

JOSÉ ADELSON DA CRUZ

**LUTA PELA TERRA, PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES
NO MÉDIO ARAGUAIA-TOCANTINS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
2000**

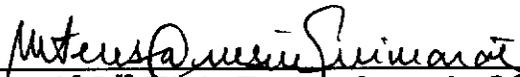
JOSÉ ADELSON DA CRUZ

**LUTA PELA TERRA, PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES
NO MÉDIO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Escolar Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Maria Teresa Canesin Guimarães.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
2000**

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a D^{ra} Maria Teresa Canesin Guimarães
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Walderês Nunes Loureiro



Prof.^a Dr.^a Artemis Torres

*É difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que se vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.*

João Cabral de Melo Neto



Fragmentos da vida camponesa, captados pelo fotógrafo Sebastião Salgado.

Este trabalho é dedicado a Joaquim, meu pai, Josefa, minha mãe, a meus irmãos, irmãs, sobrinhos e aos trabalhadores rurais que lutam dia-a-dia por um pedaço de terra e dignidade.

AGRADECIMENTOS

*A alma é divina e a obra é imperfeita.
Este padrão sinala ao vento e aos céus
Que, da obra ousada, é minha a parte feita:
O por-fazer é só com Deus.*

Fernando Pessoa

Apoio e carinho não faltaram nestes quatro anos em que me dediquei a “olhar”, o mais objetivamente possível, e com a mesma costumeira paixão, a minha práxis educativa com posseiros e trabalhadores rurais. Muito sou grato a Adilar, Chiquita, Dirsomar, Ildete, Parada, Sérgio e Sônia, dentre muitos que, colaborando com a organização camponesa, fizeram seus os sonhos daqueles que lutam por terra e pelo prazer de viver.

Toda ação ousada exige parcerias e cumplicidade que a tornem possível. A professora Maria Teresa Canesin Guimarães, minha orientadora, supriu com dedicação, leveza e maestria as duas necessidades. Ainda que institucionalmente desvinculada da UFG, prosseguiu de forma efetiva me acompanhando sem, poupar ternura ou medir esforços.

Agradeço à Professora Maria Esperança Fernandes Carneiro, pelas suas contribuições no exame de qualificação.

À Professora Walderês Nunes Loureiro, sou grato pela leitura cuidadosa do trabalho e pelos valiosos comentários para o texto final, e ainda pelo privilégio de ser minha colega de trabalho.

Çalorosas discussões regadas a cerveja, *whisky* e embaladas por boas músicas, tiveram seu lugar e mostraram sua eficácia pedagógica, seus mestres e mestras: André, Carlita, Cidoca, Graça, Maria Araújo, Mona, Nica e Olga fizeram deste um tempo agradável, compatibilizando as atividades acadêmicas, o prazer e as belezas das festas.

Mas nem tudo foi festa! Nos momentos de “aperto”, Ângela, João, Júlia e Lúia me acolheram, incentivaram e suportaram minhas incertezas.

Aos professores Anita, Ildeu e Marília sou grato pelas contribuições que “cimentaram” essas reflexões.

À Darcy Costa, pela caprichosa revisão do texto e ao Marcelinho, pelo imensurável suporte técnico, muito obrigado.

Aos colegas de turma e funcionários do curso de Mestrado em Educação Escolar Brasileira da Universidade Federal de Goiás, com os quais compartilhei importantes momentos no processo de estudos muito obrigado.

Agradeço também a todas as pessoas que me concederam entrevistas, documentos, deram hospedagem em suas casas e facilitaram meus contatos com outras, numerosas demais para mencionar. Espero que este agradecimento geral seja suficiente para indicar a todas elas minha profunda gratidão.

RESUMO

Luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins.

Trata-se de captar e entender o significado político-pedagógico da luta pela terra entre trabalhadores rurais e empresários na década de 1980, no município de Formoso do Araguaia-TO, então norte goiano, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Buscou-se verificar como a práxis educa, que formas de pedagogia e de saber social são reforçados, ou criados, na luta social no campo, tendo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), especificamente, a Equipe Araguaia/Tocantins como principal mediadora dos conflitos de terra.

O corpo deste trabalho está centrado em um apanhado dos aspectos identificadores da problemática embutida na luta dos trabalhadores rurais, que é indispensável como quadro de referência da análise; no destaque e caracterização da atuação da CPT, e na compreensão da educação como uma prática histórica e social que se liga diretamente, quer às condições objetivas quer às ações organizativas e às concepções de mundo gestadas pelo grupo social na qual a mesma se realiza.

Neste sentido, os trabalhadores elaboram e transmitem saberes e as mais diferentes formas de resistência e organização que resultam das experiências concretas, nascidas no dia-a-dia da luta, do seu fazer. Com esse propósito, destacamos dois aspectos que permitem visualizar as formas de aprendizagem dos envolvidos na luta pela terra e da sociedade como um todo.

O primeiro diz respeito à capacidade de ruptura, apresentado pelo movimento dos trabalhadores rurais em relação à tradição camponesa, na perspectiva de avançar para a construção da cidadania. O segundo refere-se à capacidade de pressão do movimento sobre o Estado, o que remete à discussão das possibilidades e aos limites do movimento para democratização da sociedade.

Por fim, a educação constituiu o grande saldo das mobilizações, das organizações e dos movimentos das camadas populares e médias da sociedade brasileira na década de 80. Apresentou-se como forma de aprendizagem, com efeito pedagógico multiplicador que espalhou ações coletivas por todo o país, o que implica dizer que os movimentos sociais possuem um caráter educativo assimilável aos envolvidos e à sociedade como um todo. Os resultados das situações de aprendizagem traduzem-se em modos e formas de construção da democracia brasileira.

ABSTRACT

The land struggle, educational practice and learning in the mid Araguaia-Tocantins Region. This study attempts to capture and understand the political-pedagogical meaning of the struggle for land between the rural workers and agribusinesses in the 80s, in Formoso do Araguaia-TO, formerly in the north of Goiás, focusing on the role of praxis as an educational tool. An effort was made to verify how praxis educates, what forms of pedagogy and social knowledge are reinforced or created through the social struggle in the countryside, where the Pastoral Land Commission (CPT), and more specifically, the Araguaia-Tocantins team has been the principal mediator of land conflicts.

The main part of this study centers on a summary of the identifying aspects of the problem imbedded in the rural workers' struggle, which is indispensable as an analytical frame of reference: the characterization of CPT activity, the understanding of education as an historical and social practice, which is directly connected both to the objective conditions and to the organizational actions, as well as to the world vision born within the social grouping in which the activity is carried out.

In this sense, the rural workers create and communicate learning and the very varied forms of resistance and organization which result from concrete experiences, born in the living out of their daily struggle. With this in mind, two aspects which allow one to visualize the forms of learning of those involved in the land struggle and of society as a whole, are emphasized.

The first refers to the capacity for rupture in relation to peasant tradition, shown by the rural workers' movement, in the perspective of moving towards the building of citizenship. The second refers to the capacity for pressure exercised by the movement over the State, which, in turn, leads to a discussion of the possibilities and limitations of the movement in its efforts to democratize society.

LISTA DE SIGLAS

- BASA — Banco da Amazônia
- BB — Banco do Brasil
- BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEBs — Comunidades Eclesiais de Base
- CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores
- CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COBRAPE — Companhia Brasileira de Agropecuária
- CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT — Comissão Pastoral da Terra
- CSN — Conselho de Segurança Nacional
- CUT — Central Única dos Trabalhadores
- DEBRASIL — Companhia de Desenvolvimento do Oeste Brasileiro
- FETAET — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
- FUNAI — Fundação Nacional do Índio
- GEBAM — Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazônia.
- GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins
- IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBRACE — Instituto Brasil Central
- IDAGO — Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
- IFAS — Instituto de Formação e Assessoria Sindical
- IFC — *International Finance Corporation*
- INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INIC — Instituto Nacional de Migração e Colonização
- IPES — Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- MIRAD — Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
- MEB — Movimento de Educação de Base
- MST — Movimento dos Sem Terra
- PNRA — Plano Nacional de Reforma Agrária
- PT — Partido dos Trabalhadores
- SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- UDR — União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| MAPA, PROPÓSITOS E TRAJETO DA BUSCA | 11 |
| 1. POLÍTICA AGRÁRIA DOS MILITARES NA REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA-TOCANTINS | 28 |
| 1.1 A luta pela terra nos anos 70 | 31 |
| 1.2 Conflitos de terra no Médio Araguaia-Tocantins | 34 |
| 1.3 O Estado Militar e os conflitos agrários | 49 |
| 2. A QUESTÃO AGRÁRIA NA PASTORAL CATÓLICA E A LUTA DOS POSSEIROS NA AMAZÔNIA LEGAL | 55 |
| 2.1 Os camponeses e a ação da Igreja Católica no Brasil | 58 |
| 2.2 A pastoral da terra nasce na Amazônia legal | 66 |
| 2.3 Estrutura organizativa da CPT | 73 |
| 2.4 A transição política e a emergência de novos mediadores | 78 |
| 3. LUTA PELA TERRA NO MÉDIO ARAGUAIA-TOCANTINS: AS DIFERENTES FACETAS DO PROCESSO EDUCATIVO | 87 |
| 3.1 Empresas e posseiros enfrentam-se... | 88 |
| 3.2 O nascer da associação dos posseiros | 94 |
| 3.3 A CPT Araguaia/Tocantins apóia a luta | 98 |
| 3.4 A regularização fundiária | 108 |
| 3.5 Desencontros entre posseiros e CPT | 111 |
| 3.6 Novas experiências como práticas educativas | 116 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 122 |
| BIBLIOGRAFIA | 136 |
| ANEXOS | 144 |

MAPA, PROPÓSITOS E TRAJETO DA BUSCA

O importante dos fatos é como vamos buscá-los e não como vamos encontrá-los. Porque, (...) é do buscar e não do achar que nasce o que eu não conhecia e que instantaneamente reconheço.

Clarice Lispector

O objetivo deste trabalho é o estudo da luta dos posseiros tocantinenses e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), especificamente, a Equipe Araguaia/Tocantins como agente mediador dos conflitos entre posseiros e empresas rurais no Médio Araguaia-Tocantins. Procura entender este campo de conflitos sociais como espaço educativo dos atores sociais envolvidos.

A análise da atuação da CPT, como organização da Igreja, tem como referência os posseiros da região do Médio Araguaia-Tocantins, seus interesses, suas formas de organização e lutas. O trabalho privilegia as condições em que os trabalhadores rurais, como categoria profissional, se transformam em sujeitos coletivos e as mediações políticas do movimento, que organizou a vontade dos posseiros para fazer valer seus interesses coletivos. Por mediação política entende-se os projetos e intervenções de agentes que se constituem nos intelectuais orgânicos dos movimentos (na concepção gramsciana) ou no "serviço" (na concepção da CPT).

A investigação tem como eixo central as relações entre educação e hegemonia, tendo como base a realidade de posseiros e a ação da CPT Araguaia/Tocantins. O ponto de partida é a compreensão da educação como uma prática histórica e social que se liga diretamente, quer às condições objetivas, quer às ações organizativas e às concepções de mundo gestadas pelo grupo social na qual a mesma se realiza. Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre a luta dos posseiros e desta, com os outros agentes construtivos da luta em distintos tempos, objetivando entender a ação educativa da CPT Araguaia/Tocantins com os trabalhadores rurais no Médio-Araguaia.

A análise busca captar e entender o significado político-pedagógico dessas lutas, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Noutros

termos, pretende-se verificar como a práxis educa, que formas de pedagogia e de saber social são reforçados ou criados na luta social no campo, tendo a CPT-Araguaia/Tocantins como principal mediadora¹ dos conflitos de terra.

Ao examinar as tensões entre as forças sociais, objetivando entender a relação entre educação e hegemonia, penetra-se no campo das batalhas ideológicas pela conquista da hegemonia² cultural. Para Gramsci, o conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras e que as formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. É importante assinalar que a teoria dos intelectuais, desenvolvida por Gramsci, decorre da importância que o autor dedica à cultura como componente fundamental da hegemonia.

Para Gramsci (1968), a constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura. A hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um *“bloco histórico”* (ampla e durável aliança de classes e frações). A modificação da estrutura social deve preceder uma revolução cultural que, progressivamente, incorpore camadas e grupos ao movimento racional de emancipação. Sendo assim, a revolução passa a ser concebida como *“uma batalha cotidiana e a longo prazo, travada no seio das instituições, envolvendo a participação consciente da grande maioria da população”*. (Coutinho, 1981: 9)

Neste sentido, as relações hegemônicas são pedagógicas e vice-versa, pois as práticas pedagógicas — serviço pastoral, como consideram os agentes de pastorais — implicam a compreensão das contradições para transformá-las em uma concepção de mundo unitária e coerente.

“Prática pedagógica” é aplicada a todas as relações existentes na sociedade em seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpo de exército. (Gramsci, 1986: 37)

¹ Recentemente desenvolveu-se uma intensa discussão sobre “mediação” e “interlocação”. Para um maior aprofundamento da questão ver, especialmente, Ferrante (1994) e Novaes (1994).

² Etimologicamente, hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser chefe”, e do verbo *erghemoneuo*, que quer dizer “conduzir”, e por derivação “ser chefe”, “comandar”, “dominar”. *Eghemonia*, no grego antigo, era a designação para o comando supremo das Forças Armadas. Trata-se, portanto, de uma terminologia com conotação militar. O *eghemon* era o *condottiere*, o guia e também o comandante do exército. Cf. Gruppi (1978).

O saber social foi investigado no sentido de averiguar como contribuiu para reforçar a organização e a luta do camponês, entendendo, portanto, o saber social como instrumento de construção da hegemonia. Segundo Damasceno:

O saber social é criado no cotidiano do trabalho e das lutas camponesas e, por isso, é a expressão concreta da consciência deste grupo social; um saber que é útil ao trabalho e aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelo camponês. (Damasceno, 1994:128)

A definição do papel e o significado das práticas de educação desenvolvidas no processo de afirmação e luta que os trabalhadores rurais no Médio Araguaia-Tocantins, como sujeitos coletivos, travaram com outros grupos sociais para garantir seus interesses no campo, de acordo com Grzybowski, passa necessariamente pelo reconhecimento:

- a) da diversidade e da desigualdade das condições de produção e vida na agricultura;
- b) da integração/subordinação da população trabalhadora rural a uma estrutura e a um processo de expansão da agricultura que privilegia os interesses do capital e da grande propriedade;
- c) da existência de uma questão agrária que tem no problema da terra o ponto de encontro das diferentes lutas e aspirações dos trabalhadores rurais. (Grzybowski, 1981:1)

A heterogeneidade de situações e a segmentação do trabalho no campo como fruto destas características, apontadas por Grzybowski, repercutem e definem a própria educação como processo social, forjando identidades de interesses, expressão da unidade dos diferentes trabalhadores rurais em face do capital e do Estado. O autor acrescenta:

O debate acerca da educação no campo hoje adquire seu sentido pleno quando referido à emergência dos trabalhadores rurais enquanto classe no cenário sócio-político no concreto embate ideológico-político que se trava na atual conjuntura da sociedade brasileira em torno da questão da reforma agrária, reatualizada pelas lutas dos diferentes trabalhadores rurais. (Grzybowski, 1981:2)

Nesta mesma linha, para Bezerra a educação é:

Um componente conjuntural e as instituições se moldam e produzem o tipo de educação que corresponde ao jogo de força do momento. A educação é ela mesma uma arena particular no confronto entre as classes sociais. (Bezerra, 1980:25)

A CPT Araguaia/Tocantins, nos anos 70 e na metade dos anos 80, no tocante à luta pela terra, tornou-se “um espaço” de apoio aos trabalhadores rurais da região, para em seguida, controlar e dirigir a luta dos rurais. Nesse percurso, sua ação não se fez de forma supletiva, pois implementou diversas formas organizativas e interveio no movimento sindical e se constituiu em partido político, na acepção de Gramsci. Foram os valores religiosos que deram contorno e justificaram sua concepção de mundo, que a princípio, contou com a adesão dos trabalhadores. Esta concepção de mundo sacralizou a política e, de certa forma, garantiu a vivência de um discurso político com características proféticas e a construção de um tipo particular de ética e identidade para o movimento que entrara em choque com o movimento sindical e com o Movimento dos Sem Terra (MST), no final dos anos 80.

O objetivo deste trabalho não é portanto, saber o que esta atuação significou à Igreja como instituição, nem a amplitude que alcançou em seu próprio interior, mas entender as perspectivas e as possibilidades do “serviço educativo” prestado pela CPT aos posseiros, e sua relevância para a organização dos trabalhadores rurais na atualidade.

Em síntese, o corpo deste trabalho está centrado em um apanhado dos aspectos identificadores da problemática embutida na luta dos posseiros, que é indispensável como quadro de referência da análise; no destaque e caracterização da atuação da CPT; no balanço crítico das concepções e práticas político-educacionais da CPT junto aos posseiros; por fim, as relações entre CPT e as novas formas educativas gestadas na luta pela terra.

Para Ianni, a luta pela terra envolve uma gama bastante diferente de categorias sociais e o Estado e, principalmente a partir de 1970 é elemento importante para compreensão dos conflitos de terra. O autor destaca o fazendeiro e o posseiro como figuras centrais no embate, e acrescenta:

Para o posseiro (camponês) a terra é o seu principal meio de produção, depois do próprio trabalho, que o posseiro só pode desempenhar na terra. Para o fazendeiro (burguês) a terra é um entre outros meios diretos e indiretos de produção, dentre os quais se colocam também a maquinaria agrícola, o jipe, o caminhão, o avião, o crédito bancário, o incentivo fiscal, a força de trabalho do peão, do vaqueiro e outros. São esses, em forma breve, alguns dos componentes principais do antagonismo existente entre o fazendeiro e o posseiro, antagonismo esse que alimenta a violência física e as tricas jurídicas que acompanham a luta pela terra. (Ianni, 1981: 190)

O posseiro é sempre encarado como anomalia, como pessoa que está em uma situação provisória, como alguém que está fora do lugar: não tem situação jurídica definida, nem reconhecimento do Estado e das autoridades locais que o representam. Martins aponta o posseiro como:

Lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte de sua produção para o sustento da sua família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma ou outra coisa necessária à casa ou ao trabalho. Como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho. Posseiro é produto das próprias contradições do capital. A funcionalidade da sua existência se desenvolve porque está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capital. (...) *a posse é a negação da propriedade.* (Martins, 1986: 104-116)

Este estudo focaliza o município de Formoso do Araguaia, região do Médio Araguaia-Tocantins, no estado do Tocantins, antigo Norte goiano (ver mapa, anexo 2). Formoso do Araguaia está situado a 560 km de Goiânia e a 320 km de Palmas, capital do estado de Tocantins. Desde a década de 80, é espaço de intensos conflitos sociais provocados pelo projeto de “modernização da agricultura”³ com a implantação de projetos agroindustriais, como: o Projeto Rio Formoso um grande investimento econômico da iniciativa pública; e a Companhia Brasileira de Agropecuária (COBRAPE), pertencente à iniciativa privada.

A COBRAPE instalou-se na região do Médio Araguaia-Tocantins em 1980, fruto da articulação de outras empresas que transformaram os lotes da antiga Fazenda Pantanal de Cima em lastro financeiro, e pleitearam, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) empréstimos financeiros e incentivos fiscais para produção de arroz, carne e leite. Tais mecanismos de incentivos à agroindústria eram as bases fundamentais da política agrária dos militares para a região da Amazônia Legal⁴, nos anos 70 e 80, responsável pela valorização das terras e móvel dos conflitos agrários na região.

³ Sobre os fatores determinantes da modernização agrícola e as mudanças operadas ver, Silva (1982); Martins (1980); Sorj (1986); Delgado (1985).

⁴ A Amazônia Legal, além dos estados cobertos pela floresta equatorial, compreende a porção oeste do meridiano 44 do Maranhão, acima do paralelo 16 ao sul do Equador do Mato Grosso e a metade superior de Goiás, ao norte do Paralelo 13, atualmente estado do Tocantins.

Tratava-se de projetos econômicos de grande envergadura, com plano de colonização, produção mecanizada, industrialização, armazenagem e rodovias de grande impacto social e ambiental, mas que não tiveram por destinatários as populações locais.

O conflito intensificou-se em 1980, quando surgiu um grupo de empresários, que se dizia proprietário da Fazenda Pantanal de Cima e determinado a “limpar a área”⁵, ocupada por 103 famílias de pequenos e médios agricultores que, desde os anos 50, vinham se constituindo como seus “legítimos” donos.

A resistência dos posseiros iniciou-se, de forma sistemática, em 1982, persistindo nos dias atuais. Parte destes posseiros aparentemente tem seu domínio de posse assegurado pelo acordo firmado entre INCRA e COBRAPE. Ou seja, 70 famílias foram contempladas na regularização fundiária em 1988, e as 33 famílias restantes têm como alternativa resistir na área ou vender suas benfeitorias e migrarem para outras regiões, como o Sul do Pará.

O conflito COBRAPE/posseiros refere-se a uma pendência agrária de grandes dimensões sócio-político-ambientais na região e ainda em curso. Não se trata de problemas decorrentes das relações de conflitos em regiões recentes, como procuram explicar alguns autores, mas de situações que se dão em áreas de ocupações antigas, desde metade do século. Ocorre que o mesmo espaço já estava, ou vinha sendo ocupado por outros segmentos: índios, grupos agropecuários, madeireiras, mineradoras, garimpeiros dentre outros. Assim, as lutas camponesas na região são resultado de uma acumulação de outras experiências de lutas ocorridas em outras regiões brasileiras. São fruto da resistência camponesa à modernização da agricultura e ao modelo de como o capital se expande na região.

As expressões camponês e campesinato foram introduzidas na literatura brasileira, pela esquerda, nos anos de 50, para designar o movimento dos trabalhadores rurais e denominar as organizações que deram forma à luta dos trabalhadores rurais, a partir desta data. Para Martins, não são meras palavras. *“Estão enraizadas numa concepção de história, das lutas políticas e dos componentes entre as classes sociais no campo”* e assinala que o uso dessas palavras *“é mais [uma] questão política do que teórica”*. (Martins, 1986: 23)

⁵ Expressão utilizada pelos novos empresários e jagunços que se instalaram na região, a partir dos anos 70, e significa expulsar posseiros por mecanismos jurídicos e/ou violência.

Neste trabalho, o conceito de camponês e seus derivados são empregados como sendo pessoa, ou grupo de pessoas que vivem em áreas rurais, exercendo profissionalmente atividades ligadas ao campo, tendo como base de organização do trabalho a unidade familiar, e que não utiliza a compra de força de trabalho na sua produção.

Grzybowski aponta que a denominação de “trabalhadores rurais” constitui uma definição de caráter legal dos anos 60, cunhada pelo Estado brasileiro, em consequência da extensão dos direitos trabalhistas no campo, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, e acrescenta:

“trabalhadores rurais”, no Brasil, é comumente usado para abarcar as várias categorias de trabalhadores assalariados existentes e as diferentes categorias de camponeses e pequenos produtores familiares. Esta denominação não exclui outras, mas é a forma pela qual hoje ainda é identificado coletivamente o conjunto destas categorias de agentes sociais do campo, em especial a nível da política. Trata-se de apropriação feita pelos próprios movimentos. (Grzybowski, 1979: 1)

O modo como se buscou apreender o significado das lutas dos posseiros no Médio Araguaia-Tocantins exigiu estudos, leituras e a ampliação de observações para compreender as diversas formas e a complexidade das relações sociais que envolvem as lutas no campo, resultando num longo processo de reflexão e indagações sobre os fatores objetivos e subjetivos que condicionam as circunstâncias materiais e espirituais da existência dos homens e como estes se constituem em sujeito coletivo.

Sujeito coletivo, neste trabalho, refere-se ao conceito desenvolvido por Eder Sader para conotar os movimentos sociais que emergiram no Brasil na década de 70. A noção de “sujeito”, empregada pelo autor, vem do discurso produzido no interior das comunidades de base caracterizado como: *“uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”* (Sader, 1988: 55).

Segundo o mesmo autor, a importância e a novidade que os sujeitos coletivos apresentavam às ciências sociais, e à esquerda, era a defesa de sua autonomia, pois rompiam com a tradição sócio-política da tutela e da cooptação, e passaram a fazer política e criar novos espaços para exercê-la. Ainda argumenta Sader:

Já não se trata da idéia de algum sujeito histórico privilegiado — por exemplo, o proletariado de uma tradição marxista do modo como foi finalmente sacralizado na *História e consciência de classe*, de Luckacs — que esteja no centro dos acontecimentos, graças ao seu lugar na estrutura; um sujeito de cuja posição se pudesse captar o sentido de toda sociedade e de toda história. Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processo de reconhecimento recíprocos, e cuja composição são mutáveis e intercambiáveis. (...) e a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro de várias estratégias. (Sader, 1988: 55)

A luta dos posseiros é encarada como uma realidade, uma “*totalidade dinâmica*”, ou seja, “*uma unidade de complexidade e processualidade*” (Luckacs, 1979 *apud* Germano, 1993:30) considerada como um aspecto de uma totalidade histórico-concreta da sociedade brasileira, que tem na propriedade da terra as bases fundantes do Estado brasileiro. Nesse sentido, Canesin (1993) assinala:

Um sujeito coletivo deve ser historicamente examinado no contexto de relações de forças presentes numa dada conjuntura, dado que as forças sociais sintetizam relações que se estabelecem entre condições objetivas e subjetivas de uma sociedade. As forças são expressões de contradições, tensões no âmbito da economia e da política à medida que a economia só se expressa como força política e, por outro lado, as forças políticas só se configuram se existir uma determinação econômica. (1993: 13)

A compreensão de que não existem fatos sociais isolados, fragmentados ou pontuais é o ponto de partida metodológico, conforme afirma Gramsci (1868) para aquele que tem “*a pretensão (...) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura deve ser combatida*” (Gramsci, 1968: 31). Isto é, não assumir uma postura mecanicista e economicista.

Questões teórico-metodológicas

Na colocação dos problemas histórico-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais “avançado quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, talvez, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista “crítico”, o único fecundo na pesquisa científica. (Gramsci, 1968: 31)

Desde o início da década de 80, venho de perto acompanhando os trabalhadores rurais, isto é, o nascer e desenvolver destes como sujeitos coletivos, e o aguçamento da crise dos sindicatos de trabalhadores rurais, pela incapacidade destas organizações absorverem as demandas de luta dos sujeitos contra a expropriação da terra e exploração do trabalho. Durante este período, trabalhei como assessor sindical, ligado a entidades de apoio a trabalhadores rurais, atuando na formação sindical. Atuei no sertão sergipano até 1988 e, a partir daí, em Tocantins, até 1995.

Na minha ação de formador sindical, uma inquietação sempre me acompanhou: como a vida sindical em suas estruturas e lutas poderia se transformar em instrumento de educação dos trabalhadores? Seria possível uma formação sindical permanente, tendo como base as vivências cotidianas? Entretanto, não pretendo condicionar a legitimidade deste trabalho a meu “compromisso” com o “objeto”. Espero — e todo o esforço foi feito nesse sentido — ter conseguido “olhar”, com certo distanciamento analítico, em uma perspectiva menos imediatista e mais histórica, o que possibilitou compreender diferenças entre um trabalho acadêmico e o documento político, que se caracteriza e se alimenta de denúncias e de imediatas tomadas de posição, como bem caracteriza Novaes.

Na verdade, a contribuição específica do trabalho acadêmico pode ser justamente a de localizar dificuldades e impasses que não podem ser vistos na ótica da militância. (...) o desafio está em encontrar o caminho intermediário entre irracionalismo muito em moda que nega a ciência e a

camisa de força da crença na ciência como realidade exterior. (Novaes, 1997: 9)

A leitura de textos sobre a problemática dos conflitos agrários no Brasil, e minha experiência como assessor do movimento sindical, no estado do Tocantins, ajudou a recortar e melhor redimensionar o objeto de estudo. Na trajetória de levantamento bibliográfico e estudo foi possível delimitar a produção intelectual consultada em dois grandes blocos.

O primeiro bloco, mesmo sendo uma produção intelectual recente, dos anos 70 e 80, ainda está presa ao dualismo, que considera a questão fundiária como fruto do atraso econômico e vê a importância da Reforma Agrária na eliminação do arcaico ou atrasado. Apresenta propostas de políticas compensatórias, sem alteração dos nexos da exclusão. Nessa abordagem, a reorganização da produção e dos recursos tecnológicos, por si só, garante os incrementos fundamentais na recuperação econômica das regiões “atrasadas”.

Seguindo esta lógica, as lutas dos posseiros não podem ser entendidas como resistência, visto que, inseridos no modo capitalista de produção, desfrutando das relações de mercado, paulatinamente libertam-se da ação negativa do intercâmbio desigual. Para reverter tal situação, esses analistas defendem a idéia de que a intervenção competente do Estado regula a divisão do trabalho, cabendo ao camponês a produção de alimentos não-industrializados, desinteressantes para o empresariado agroindustrial, dado seu baixo padrão de aplicação de capitais e sua baixa taxa de acumulação.

Para eles, [teóricos desse bloco] o capital subordina, mas não produz, as relações pré-capitalistas. Por isso mesmo, o capital não *re-produz*. O problema fundamental nas análises está na falta de discernimento do que é *contradição social* em relação ao que é *temporalidade das relações sociais*. O *atrasado* (conceito que envolve uma certa concepção de *tempo*) é, para eles, *pré-capitalista*, mesmo que *transformado*. O que eles não percebem é que o processo de *transformação* não recria, simplesmente, o *atraso* (o “passado”), mas cria a contradição do presente, produz o *desenvolvimento desigual* do capital, o descompasso dos diferentes tempos que determinam essa relação social que é a relação capitalista. (Martins, 1986: 139; grifos do autor)⁶

⁶ Para maior aprofundamento do papel da pequena produção familiar, objetivos das lutas camponesas e espaço político dos camponeses ver, dentre outros: Martins (1986); Ianni (1988); Tedesco (1999).

Nesse bloco podemos citar as seguintes obras: Velho (1979); Graziano da Silva, (1982); Silva (1980); Wanderley (1981).

No outro bloco, a linha de interpretação considera a questão agrária e camponesa como fruto de uma formação econômica social que, no bojo do modo capitalista de produção, revela a desigualdade de tempos históricos simultâneos, ou seja, o tempo da economia camponesa subsumido pelo capital em seu tempo linear fabril. Essa simultaneidade de tempos faz com que o camponês tenha de resistir à sua transformação em proletário ou "lumpen", fato que ocorre quando ele perde sua terra. A resistência, que se realiza com a ocupação de áreas de latifúndios ou de terras devolutas, permite ao camponês, em sua ação, transformar-se em elemento questionador da desigualdade produzida nas economias de tipo capitalista. Por outro lado, a questão da renda fundiária passa a ser compreendida também em seu conteúdo político.

Para esses analistas, moderno e arcaico convivem como elementos simultâneos na sociedade moderna, e são contradições que permitem entender os movimentos sociais que se manifestam por diferentes estímulos que, habitualmente, transcendem o nível econômico.

Nesse bloco destaco os trabalhos de Martins (1986); Oliveira (1987); Grzybowski (1987); Ianni (1981). Suas influências intelectuais são variadas de Marx a Weber, de Gramsci a Lefebvre, dentre outros. A obra destes autores iniciou-se nos anos 70 por uma reconstrução histórica das relações sociais de produção não-capitalista, desenvolvendo o que Santos (1999) denominou de sociologia do campesinato e das relações dos camponeses com a política, demarcando uma crítica teórica dos pressupostos da "sociologia rural".⁷

O presente trabalho aponta na direção do segundo bloco, pois o estudo dos conflitos agrários, especificamente, POSSEIROS/COBRAPE possibilitou-nos perceber que as lutas no campo se movem em diferentes níveis, e por múltiplos caminhos plenos de conteúdos simbólicos, em que os grupos apresentam seus valores, suas necessidades e suas relações com a religião num processo permeado de avanços e recuos que motivam mais perguntas que conclusões. Para apreensão do movimento do real, optei pela reconstrução da luta dos posseiros, não apenas

⁷ Santos (1999) aponta José de Souza Martins como principal representante dessa reviravolta na questão agrária brasileira e assinala que recentemente, Martins preocupa-se com a participação das classes subalternas nos processos, nas formas de violência no campo, em particular o trabalho escravo, e nos processos de constituição da utopia camponesa.

usando documentos ou descrição do passado, mas por meio do trabalho de campo, utilizando a “história oral”, a memória do grupo de posseiros e agentes da CPT, como fonte de pesquisa.

Na pesquisa com grupos de pessoas cujas atividades podem resultar em prisões, torturas, atentado de morte, etc.,⁸ há com certeza o problema da aproximação. A melhor forma de abrir as portas em tais situações é por meio de pessoas que tenham a confiança da população local. Por outro lado, essa alternativa de aproximação implica no risco de que esse intermediário busque influir na orientação da pesquisa, pela sua escolha daquilo que o pesquisador terá chance de observar e de quem entrevistará. Embora possam, e devam ser tomadas medidas para amenizar essa tendência, a possibilidade de que isso aconteça é, até certo ponto, inevitável, uma vez que sem a cooperação de intermediários, o pesquisador não teria nenhum acesso a pessoas para entrevistar em contextos politicamente delicados.

Graças à literatura sobre movimento social no campo, aliada a minha experiência com o movimento sindical rural, descobri dois pontos importantes para desenvolver o trabalho de pesquisa. O primeiro diz respeito ao mapeamento das áreas consideradas fronteiras, ou seja, regiões para as quais políticas governamentais específicas haviam estimulado a migração de camponeses e capitais que intensificaram os conflitos de terra. O segundo refere-se à compreensão de que entre os sindicatos mais atuantes do Tocantins, todos tinham sido iniciados ou assumidos por pessoas (lideranças) da Igreja Católica. Com base nisso, concluí que, mesmo realizando um estudo sobre lutas sociais e educação de trabalhadores rurais, sem nenhuma referência específica à religião, a fonte mais produtiva de contatos e estudo seria a ação desenvolvida pela CPT Araguaia/Tocantins.

No percurso, o contato com os trabalhos de Canesin (1988), Loureiro (1988), Grzybowski (1987), Paiva (1985), Krischke (1979), Ianni (1981), Martins (1983) e Almeida (1991) apresentaram elementos teóricos e empíricos para compreender a luta social no campo. Foram fundamentais para compreender os movimentos históricos como manifestações de concepções de mundos, vontade coletiva, que se organizam na sociedade, em determinadas circunstâncias a partir das condições históricas: *“Descobrir a unidade real sob a aparente diferenciação e*

⁸ Em virtude de tais circunstâncias omitir o nome dos entrevistados. Dessa forma identifiquei os posseiros com números arábicos (Entrevista 1, 2 e 3...) e os agentes pastorais com letras (Entrevista A, B e C).

contradição bem como descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade...” (Gramsci, 1989: 174)

Minha estada na área foi intermediada pelos agentes da CPT, por não conhecer a região nem o grupo. Possuía informações de leituras e conhecia alguns posseiros que militavam no movimento sindical. Para estabelecer uma relação de múltipla confiança com os posseiros, à proporção que deixava claro meu objetivo junto ao grupo de posseiros, colocava-me diante da necessidade de programar um itinerário de pesquisa que permitisse manter com eles um diálogo permanente. Planejei a ação, restringindo-a às relações que desenvolveria com cada posseiro e cada uma das pessoas de sua família. Diante disso, em um primeiro momento, limitei-me a ser observador passivo.

Posteriormente, procurei adotar uma posição de reciprocidade, o que significava abandonar a postura convencional de pesquisador que só observa, pergunta, escuta e passar à prática do diálogo, ou a uma prática na qual o conhecimento do outro ocorre ao mesmo tempo em que o pesquisador se deixa conhecer.

Assim, fui apreendendo aos poucos o vivido, o refletido e o concebido pelos posseiros no tocante às suas lutas, às experiências organizativas e à ação desenvolvida pela CPT. Com esta perspectiva, selecionei posseiros para entrevistá-los. Este primeiro momento, denominado de observação e primeiros contatos com o grupo ocorreu de 20 de janeiro a 5 de fevereiro de 1998.

As entrevistas foram realizadas após a observação participativa do cotidiano dos posseiros: a produção, as relações familiares, as práticas religiosas, a escola, que aprofundou meu entendimento da realidade e de suas relações com o meio social. Entrevistei três agentes de pastorais que atuaram na região no período do conflito, no mês de julho de 1998.

Utilizei como instrumento metodológico a *entrevista semi-estruturada* como forma de coletar os dados importantes no mapeamento e sistematização dos fatos que melhor expressassem a luta dos posseiros, a prática da CPT, as circunstâncias da ação, e as formas de aprendizagem. As entrevistas foram estruturadas com os seguintes eixos:

Procedência — entender o ciclo migratório, as razões e condições da migração, objetivando periodizar o povoamento da área em conflito e contextualizar o desenvolvimento da região;

Conflito — atuação dos posseiros no conflito, motivações que os levaram a resistir e permanecer na área, como analisam sua ação, e intervenção individual na luta e as estratégias coletivas;

CPT Araguaia-Tocantins — como o posseiro analisa a intervenção do agente mediador no conflito, sua capacidade de mobilização, articulação e organização junto aos posseiros;

A luta — lições aprendidas pelos posseiros e agentes pastorais, importância destas lições para suas vidas cotidianas e;

Perspectivas — a leitura que o posseiro faz do ontem, valendo-se do vivido hoje, e as principais transformações no seu modo de ver, conceber e construir sua vida e a luta pelas gerações vindouras.

Como suporte para as entrevistas, estruturadas com base nos eixos acima, com suas devidas adaptações para o melhor entendimento do entrevistado, passei a gravar os depoimentos de posseiros e agentes pastorais da CPT (ver quadro 2 e 3, em anexo). O critério de escolha pautou-se nos elementos que, durante o tempo de convívio, julguei importantes para o resgate e análise das lutas e experiências organizativas dos posseiros da Fazenda Pantanal de Cima.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. No momento das entrevistas, preferi a técnica de fazer poucas perguntas direcionadas, e depois incentivar o entrevistado a falar livremente. Em muitos casos, a pessoa discutia o assunto antes que eu formulasse a pergunta o que facilitava significativamente o diálogo. Embora algumas pessoas apresentassem, às vezes, lapso de memória em relação a datas e fatos específicos, procurei compensar a deficiência formulando as mesmas perguntas a mais de uma pessoa, para depois confrontar a informação com documentos escritos, sempre que possível.

Em todos os depoimentos, os entrevistados citaram, mais de uma vez, outras pessoas ou outros agentes de pastoral que poderiam também falar sobre o assunto em pauta. Ao final, todos os entrevistados haviam citado outros, com a constante preocupação de um deles sempre pudesse falar com “mais certeza” sobre a questão. Na maioria das vezes, essa citação marcava também algumas relações de parentesco que tinham origem no período da ocupação.

Para Bragatto a memória coletiva é também uma memória herdada, resultado da projeção ou da identificação do grupo com determinado passado por meio de uma socialização política ou histórica e acrescenta:

O imaginário de acontecimentos, de pessoas e também de lugares de apoio da memória como a fazenda, o rio, pode muitas vezes fazer parte da própria essência da pessoa, como também ser modificado pelos interlocutores. O próprio sentimento de pertencimento a um grupo pode ser reforçado por essa memória herdada, pela memória dos pais e dos mais velhos. (Bragatto, 1998:165)

Depreende-se que o momento do conflito com os empresários foi também de ordenação da memória diante das preocupações do presente. Desta forma existe ligação entre a memória e o sentimento de identidade, sendo a memória um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, porque possibilita o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si: *“a organização da memória é dada também em função das preocupações pessoais e políticas do momento em que é reconstruída”* (Pollak, 1992; *apud* Bragatto, 1998: 171).

No segundo momento, do trabalho de campo, realizado no período de 4 a 12 de setembro de 1998, retornei à região para discutir as entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Com os agentes de pastoral, a discussão girou em torno da leitura das entrevistas, procedimento que possibilitou aos agentes a reconstrução, de forma mais precisa, dos fatos. Com as famílias de posseiros, ouvimos trechos da entrevista, objetivando esclarecer fatos e datas imprecisos nas entrevistas.

O retorno ao campo, para precisar os dados obtidos, criou uma atmosfera de confiança, um contato mais próximo com os sujeitos que passaram a discutir abertamente, e com mais calor humano, evocaram suas lembranças, enriquecendo significativamente as respostas anteriores. Confiaram recordações que os envolviam emocionalmente, às vezes empenhando todo seu ser em expressões corporais, e dizendo: *“vou contar tudo direitinho dessa vez”, “agora eu sinto o valor da nossa luta e da vida”*.

Percebi que ao relatar a luta, nesse segundo momento, o posseiro relembrou sua vida, dando-lhe outro sentido. Neste trajeto, lembrar não foi simplesmente reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado, como também, ligar sua memória à do grupo, aos elos e laços de coletividade, que vinculam sua tradição e valores, que não se prendem ao passado, mas apontam o futuro. Compreendi também que as entrevistas foram de suma importância para os posseiros, pois, ao lembrarem sua

luta, deram a ela outros sentidos, antevendo mudanças na sua prática, que possibilitariam reunir ao mesmo tempo, pessoa e trabalhador, vida e trabalho. Nas palavras de Kramer,

lembrar é, aqui, perfilar o tempo, assumir o tempo como medida humana, como história. Cada um dos passos dados modifica o futuro e, ao mesmo tempo, re-interpreta o passado (...) pela rememoração, na linguagem e na narrativa, resgata-se o poder de ser no presente, no passado e no futuro, possibilitando tecer o sentido da história, não mais como um encandeamento cronológico, mas como um processo de re-criação do significado. (Kramer, 1998: 23)

Minha principal fonte de informação foram as 11 entrevistas. Para obter informações sobre conflito de terra, fiz uma pesquisa documental no escritório regional da CPT Araguaia/Tocantins em Paraíso do Tocantins e no escritório nacional, em Goiânia/GO, examinando e fotocopiando dados de todos os relatórios avaliativos da CPT Araguaia/Tocantins, entre 1980 e 1996. Coletei informações também na Delegacia Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET), além dos Processos Judiciais nos Fóruns de Gurupi e Formoso do Araguaia. Li reportagens em recortes de jornais disponíveis nos escritórios da CPT. Por fim, usei fontes publicadas e as entrevistas colhidas para montar o arcabouço histórico do trabalho.

O tempo presente é também feito de futuro. Resistir na luta não implica em idealizar a volta ao passado, mas pode ser um olhar para o futuro, a interiorização de uma vivência para anunciar o projeto de agir, visando o futuro. A terra para esses camponeses, foi e continua sendo um espaço de luta. Segundo Ianni,

Acontece que toda opressão econômica é também cultural e social, além de política. A terra não é um fato da natureza, mas produto material e espiritual do trabalho humano. A relação do camponês com ela compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em jogo, também, a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a história e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar. Na luta pela terra pode haver conotações culturais importantes, decisivas, sem as quais seria impossível compreender a força das suas reivindicações econômicas e políticas (Ianni, 1988: 192).

O movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a fala, a raça entram na formação e no desenvolvimento de suas reivindicações e lutas, ingredientes que busquei na pesquisa por entendê-los como relações sociais e, como tal, processo educativo e organizador do movimento social.

O chamado “serviço educativo” prestado pela CPT aos posseiros, é pensado e analisado como uma ação política, no sentido rigoroso da palavra, pois tem como suporte operacional a sua inserção no campo — numa estreita relação com o homem do campo —, além da conjuntura específica do início dos anos 80, que possibilitou à Igreja Católica constituir-se em principal mediadora das lutas dos posseiros. Trata-se de desvendar o significado, as possibilidades e os limites, enfim, as condições em que se realizam a luta dos posseiros e a intervenção político-pedagógica da CPT. Estas questões são abordadas no capítulo I.

Na região Médio Araguaia-Tocantins, na década de 70, a CPT emprestou aos camponeses um discurso articulado, que justificou e alimentou suas lutas e, assim, a própria criação e a militância dos sindicatos e dos partidos têm como base o trabalho e concepção de mundo da CPT. O objetivo do capítulo II é entender como a Igreja Católica, por meio da CPT, constituiu-se na principal mediadora dos conflitos agrários nas décadas de 70 e 80.

O trabalho desenvolvido pela CPT pautou-se em práticas educativas que elaboraram, sintetizaram e difundiram conhecimentos, habilidades, atitudes e valores valendo-se das condições sociais de vida e em função dos interesses dos trabalhadores rurais no Médio Araguaia-Tocantins. A análise da natureza desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores é objeto de estudo da capítulo III.

CAPÍTULO I

**POLÍTICA AGRÁRIA DOS MILITARES NA REGIÃO DO
MÉDIO ARAGUAIA-TOCANTINS**

*Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguelim
Vamos embora.*

Chico Buarque

Ao longo das décadas de 70 e 80, a economia e a sociedade de Formoso do Araguaia, município do então Norte goiano, hoje Tocantins, passaram por modificações rápidas e intensas. Estas modificações, em ritmo acelerado, atingiram todas as atividades e relações sociais. Desta forma, a vida cotidiana dos posseiros que habitavam o meio das matas, às margens do rio Javaés, e os interesses dos latifundiários também foram afetados.

No final dos anos 70, no município de Formoso do Araguaia-TO, estavam em curso dois processos combinados. Ao mesmo tempo que se formava e se expandia a empresa rural, com fartos financiamentos e incentivos fiscais do governo federal, decompunha-se o campesinato em geral e o seu contingente de posseiros, em especial. Trata-se de dois movimentos combinados, estruturalmente articulados, que transformaram as relações sociais e econômicas na região do Médio Araguaia-Tocantins.

O desenvolvimento do capitalismo industrial, localizado basicamente no Centro-Sul brasileiro, alterou a estrutura agrária em muitas partes do país alcançando amplas áreas dos estados do Pará, Mato Grosso, Maranhão e Goiás, dentre outros. O movimento do capital também deslocou fortes contingentes de trabalhadores rurais do Nordeste, que se assentaram nas terras do Médio Araguaia-Tocantins. Tempos depois, os projetos agropecuários amparados pela

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁹, iniciaram sua implantação na região e, em curto espaço de tempo, emergiram tensões e disputas de terra.

O regime militar, implantado em 1964, acelerou o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária que privilegiava as grandes empresas, mediante incentivos financeiros de um lado, e, de outro, expulsava e reprimia os trabalhadores que lutavam pela terra. A finalidade dessa política, dentre outras, era reduzir parcialmente o poder dos coronéis latifundiários e, ao mesmo tempo, impedir o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais, que vinham construindo suas formas de organização, sobretudo a partir de meados da década de 50.

Em Formoso do Araguaia, e em toda a Região Norte do estado de Goiás — atualmente Tocantins — em meados dos anos 70, registrou-se um aumento significativo de ações de manutenção e de reintegração de posse, nas quais os pretensos proprietários, recém-chegados à região, alegavam aos Juizes das Comarcas, que perderam suas posses por atos de “invasão de trabalhadores”. Citavam, com freqüência, o exemplo das áreas devolutas, “*em que criavam gado solto e que passaram a ter inúmeros roçados e demais benfeitorias de posseiros*”. Baseados no argumento de “invasão”, os juizes expediam mandados liminares, resultando no despejo incontínente das famílias de pequenos produtores que haviam ocupado as áreas, o que agravou o clima de conflito e tensão social em diversos municípios de Goiás, resultando em atos de extremada violência.

Nesse período, o Estado desempenhou papel importante como agente viabilizador da empresa rural, fornecendo o apoio financeiro necessário, e favorecendo a remoção de obstáculos que limitassem o movimento de capitais na região. “*Armava-se, pois o Estado brasileiro de uma rationale cuja única lógica era a da intervenção – reconquista*”¹⁰ (Oliveira,1994:7). Esta lógica apoiava-se no Estatuto da Terra e no Estatuto do Trabalhador Rural, bases delimitativas da política

⁹ Criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, para dinamizar as atividades agropecuaristas na região, por meio da concessão de créditos e incentivos fiscais. Cf. IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes: 1981.

¹⁰ Conceito utilizado por Francisco de Oliveira: “*reconquista parte do mesmo pressuposto de descobrimento: (...) o que descobre é seu, ele lhes dá o nome, o conforma e é o seu sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. (...) Essa idéia de reconquista podemos remontá-la ao pensamento geopolítico brasileiro, basicamente em sua vertente militar: o que só seria politicamente viável a partir de um forte entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro*” (Oliveira (1994:4).

agrária, posta em prática e viabilizada pela concretização da SUDAM e, posteriormente, pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).¹¹

A implantação de projetos agropecuários no município de Formoso do Araguaia data de meados da década de 70. A SUDAM, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Programa FOMENTAR, desenvolvido pelo governo estadual, foram os precursores das transformações ocorridas no município, promovendo desapropriações, loteamentos, estradas, que possibilitaram a infra-estrutura necessária para estimular a instalação de grupos empresariais de outras partes do país, bem como a organização de grupos locais, que buscaram implementar a “modernização” da agricultura no Médio Araguaia-Tocantins. Como exemplo, destaca-se a criação da Companhia Brasileira de Agropecuária (COBRAPE) que consolidou a articulação de diversos grupos agropecuaristas que se instalaram na região, com base no Projeto Rio Formoso¹².

A diretoria da COBRAPE¹³ era composta de industriais e empresários portugueses,¹⁴ procedentes de Moçambique/Angola, que se estabeleceram no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, após a revolução popular na antiga colônia portuguesa. Em maio de 1979, este agrupamento adquiriu a Fazenda Pantanal de Cima, da falida Companhia de Desenvolvimento do Oeste Brasileiro (DEBRASIL), que tinha como um dos principais acionistas o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

A Fazenda Pantanal de Cima funcionou como patrimônio financeiro para a COBRAPE. A aquisição da propriedade possibilitou angariar altos

¹¹ Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) criado por Decreto-Lei, em 1º de fevereiro de 1980. Órgão responsável pela regularização fundiária das áreas em conflito. Na verdade, o GETAT foi o braço militar na questão agrária e sua atuação na região intensificou mais os conflitos. Para melhor aprofundamento dessa questão, ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *A segurança nacional e o revigoramento do poder regional*: setembro de 1980 (mimeo), e MARTINS, J.S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes: 1984.

¹² Sistema de cooperativas baseado na experiência desenvolvida pelo Ministério do Interior, às margens do Rio São Francisco no Nordeste brasileiro, coordenada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). As cooperativas do Projeto Rio Formoso, desde sua implantação, assumem o caráter de concentração e acumulação adotado no desenvolvimento da agricultura brasileira. O Estado, responsável pela expansão da fronteira no Médio Araguaia-Tocantins, adota um cooperativismo travestido de empresa privada e, ao mesmo tempo, impede aos desapropriados e aos proprietários próximos ao projeto o ingresso nas cooperativas. Cf. Barbosa (1996)

¹³ A empresa foi constituída por decisão de Assembléia Geral, convocada justamente para esse fim, em 28 de novembro de 1978, cuja ata de fundação foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás, em 6 de dezembro de 1978, e publicada no Diário Oficial do estado de Goiás. Denominada Companhia Brasileira Agropecuária (COBRAPE), na forma de sociedade constituída por ações, em conformidade e regida pelas disposições da Lei nº 6.404/76, com os seguintes objetivos: “a— exploração agropecuária de suas propriedades; b— silvicultura. c— beneficiamento e/ou industrialização de produtos agropecuários; d- importação e exportação de bens ou produtos para suas atividades ou delas decorrentes”.

¹⁴ O Popular. Goiânia, 29 dez, 1985 ; e Processo Denúncia do Promotor de Justiça da 2ª Vara da Comarca de Gurupi, de 30 de março de 1987.

financiamentos com a SUDAM. A empresa foi criada nos moldes exigidos pela Lei nº 1.376/74, que institui a colaboração financeira, e a Lei nº 756/69, alterada pelos Decretos-leis números 1.564/77 e 1.898/81, que tratam da isenção de impostos para atividades agroindustriais na região Amazônica. A condição de sociedade, formada por ações, possibilitou que outras empresas¹⁵ a ela se associassem e, com isso, obteve alta soma de recursos do Estado, por intermédio da SUDAM, e repassados pelo Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia (BASA).

A implantação da COBRAPE não ocorreu de forma pacífica como era o esperado, uma vez que os antigos posseiros que ocupavam a área, desde a década de 40, resistiram às tentativas de serem expulsos da terra e ao processo de serem transformados em trabalhadores assalariados.

Sob vários aspectos, o conflito instaurado nos anos 80 entre posseiros e COBRAPE revela como se deram a formação e a expansão da empresa rural no município de Formoso do Araguaia. A luta não envolveu somente a disputa pela posse — de fato, ou o domínio — jurídico, da terra, mas também a expulsão do produtor autônomo, ou a sua proletarização; compreende sobretudo a expropriação de grande parte dos camponeses do seu mais importante meio de produção, depois da sua força de trabalho — a terra. Ao mesmo tempo, o conflito envolveu a atuação do Estado, mais freqüentemente a favor da formação e expansão da empresa agropecuária.

1.1 A luta pela terra nos anos 70

A luta dos posseiros pela permanência na terra é absolutamente recorrente na história do Brasil, e originou-se tanto do processo de expansão da lavoura comercial, para além de suas áreas de ocupação, quanto do aumento de

¹⁵ Grupos que se associaram para criação da COBRAPE e suas respectivas cotas como acionistas: SARAMAGO S/A - Empreendimento e Participação, 52,85%; Sistema Financeiro BRADESCO/ ATLÂNTICA BOA VISTA, 10%; Sistema Financeiro INTER-ATLÂNTICO, 10%; TICKET Restaurante do Brasil, 5%; OASIS Soc. Agrop. Ltda. 8,08%, Soc. Agr. Lagoa Formosa Ltda., 8,07%; Pantanal Soc. Agrop. Ltda., 3%; Goiânia Soc. Agrop. Ltda., 3%.

intensidade da ocupação nas áreas já exploradas. O fato novo da luta pela resistência na terra no Médio Araguaia-Tocantins é que ela não partiu da necessidade dos capitalistas de ampliar a produção comercial, mas da necessidade de ocupação patrimonial da terra, dada a transformação desta em “ativo financeiro”, que se valoriza.

As lutas dos posseiros visam, em geral, a manutenção da terra ocupada e organização da produção em moldes que permitam a reprodução social dos atores em luta. A resistência dos posseiros na Fazenda Pantanal de Cima, na década de 80 inscreveu o camponês da região no conjunto de lutas da sociedade civil brasileira. A ditadura militar, além de ter agravado os problemas de produção e reprodução dos trabalhadores rurais, não se mostrou disposta sequer a aplicar a legislação existente, como o Estatuto da Terra, que ela mesma promulgou.

A partir do final dos anos 70, cresceu o número das organizações e manifestações no campo. As manifestações e organizações representam uma pluralidade maior de atores sociais e uma diversidade de interesses coletivos, dentre elas: a luta por uma política agrícola e pela fixação de preços mínimos aos pequenos produtores rurais; reivindicação por aumento de salários e melhores condições de trabalho, manifestada nas greves dos assalariados e bóias-frias; luta pela imediata reforma agrária nos acampamentos de sem-terras; mobilizações da mulher agricultora pela sindicalização e previdência social; organização do seringueiro pelo direito à preservação das reservas extrativistas; luta dos atingidos por barragens; luta dos posseiros e indígenas pela defesa de suas terras e comunidades e conseqüentemente, de sua identidade cultural.

Os movimentos ganharam o cenário nacional na década de 80, expressando a resistência contra a expropriação da terra, a exploração do trabalho e a subordinação deste ao capital, defendendo o direito a cidadania, à organização e à socialização política. Levantaram, também, questões sobre alianças políticas e as dimensões culturais e simbólicas das organizações, destacando-se as questões referentes à religiosidade popular, à construção de identidades sociais e à consciência social dos atores. Enfim, contribuíram, de forma significativa, para a democratização da sociedade brasileira.¹⁶

¹⁶ - Para uma análise acerca dos movimentos sociais rurais no Brasil contemporâneo, ver especialmente: Grzybowski, 1987 e Martins, 1984 e 1988.

O ressurgimento de organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais foi significativo nos anos 70. Em 1975, criou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A nova atuação da Igreja Católica inscrevia-se nas marcas da revisão que a Igreja estava realizando desde o Concílio Vaticano II, em 1964, e das novas linhas pastorais definidas, a partir de 1968, em Medellín, na Colômbia, e Puebla em 1979, no México, culminando com a *“opção preferencial pelos pobres”*, cujo objetivo era promover uma atuação junto aos pobres, tendo a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) como o núcleo de sua ação evangelizadora.

A pedagogia desenvolvida pela Igreja com a população rural procurou adequar e articular as dimensões simbólicas da religiosidade popular à visão de mundo ruralista da Igreja Católica. Esta visão concebia a sociedade ideal como a reunião de várias comunidades de pequenos produtores (Grzybowski, 1987:71), e encontrou em uma nova ênfase teológica – Teologia da Libertação – o espaço privilegiado de atuação. O eixo da concepção era fazer germinar a esperança onde só havia descontentamento e dor, o que se traduz no argumento encontrado pela Igreja para motivar e mobilizar milhões de pessoas com o objetivo de participar de suas pastorais e ações.

A princípio, a nova pedagogia da Igreja obteve sucesso no meio popular, porque soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias e sua cultura. Desbloqueou os constrangimentos a que eram submetidos os camponeses, transformando suas expressões em discurso profético, o que possibilitou a organização de suas lutas.

O surgimento da CPT e sua rápida atuação e estruturação em todo país estão diretamente ligados aos efeitos da política de ocupação da Amazônia, empreendida pelos governos militares. A entidade foi criada em 1975, durante o Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, realizado em Goiânia:

Assumindo inicialmente o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, a CPT teria por finalidade interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais. (Medeiros, 1989: 112)

Iniciado na Amazônia, o trabalho da CPT expandiu-se rapidamente por todo o Brasil e, em 1979, já possuía 15 regionais. Seu principal eixo de trabalho consistia no apoio à organização popular:

Os trabalhadores precisam organizar-se livremente, desde as formas mais localizadas de comissões ou associações até a constituição de partidos políticos que canalizem suas forças para organizar ou reorganizar a sociedade segundo suas aspirações. (CPT, 1975:3)

A Igreja Católica teve grande importância na luta dos posseiros no Médio Araguaia-Tocantins, não só por meio das CEB's e da CPT, mas como instituição dotada de voz e ação social, dinamizando e fortalecendo o movimento de resistência dos posseiros em toda região.

1.2 Conflitos de terra no Médio Araguaia-Tocantins

Os conflitos pela posse da terra na região do Médio Araguaia-Tocantins originaram-se no início do século XX. Historicamente, eram terras ocupadas pelos povos indígenas Carajás¹⁷ e Avá-Canoeiros¹⁸, até que, em 1940, instalou-se o conflito na região, ocasionado pela descoberta do cristal de rocha¹⁹, que atraiu milhares de garimpeiros e trabalhadores rurais oriundos principalmente do Maranhão.

A região do Médio Araguaia-Tocantins foi basicamente povoada por migrantes provenientes do Maranhão. No fim do século XIX e início do século XX, chegaram os piauienses e paraenses e em menor número, os cearenses e pernambucanos. Neste período, o movimento de povoamento caracterizou-se por

¹⁷ Os Carajás, atualmente encontram-se nas praias do Rio Araguaia, tendo os maiores núcleos na Ilha do Bananal, que constitui hoje o Parque Nacional do Araguaia, criado em 31 de dezembro de 1959, por meio do Decreto nº 47.570. Vivem nas aldeias às margens do rio Javaés, integrados ao modo de produção capitalista, como pescadores.

¹⁸ Os índios Avá-Canoeiros são um grupo indígena, oriundo da bacia do Tocantins, vulgarmente denominados na região de "cara-preta". Sua presença na bacia do Araguaia decorre de uma cisão na terceira década do século passado. As maiores perseguições foram dirigidas a esse grupo indígena. Muitos morreram e uns poucos indivíduos ainda vivem na Ilha do Bananal.

¹⁹ Trata-se do quartzo, preciosíssima matéria-prima utilizada na indústria bélica que, na Segunda Guerra Mundial, impulsionou a economia do Norte goiano.

iniciativas particulares de pequenos camponeses, fugitivos da seca e/ou de convulsões sociais no Nordeste, constituindo povoados em razão da migração de toda família do Nordeste. Por outro lado, a ação governamental e religiosa, no tocante à construção de presídios²⁰ e missões indígenas, coordenadas pelos dominicanos, foram determinantes para o processo de povoamento da região do Médio Araguaia-Tocantins.

Até início do século XX, Tocantinópolis, localizada no extremo Norte do então estado goiano, caracterizou-se como zona estável de expansão. Com o aumento de seu contingente populacional, expandiu-se até Miracema, às margens do rio Tocantins, ocasionado por um novo e substancial fluxo de imigrantes, conforme depoimento de um dos posseiros:

Vim do Maranhão... passei por Tocantinópolis, por Miracema e cheguei aqui no Formoso do Araguaia. Eu fui e comprei uma posezinha. Morei lá e aí era muito apertado porque tinha meninos demais. Aí, eu mudei pra cá. Mais pra cá perto da COBRAPE. Mais aí, ainda, não tinha COBRAPE. Aí, eu entrei mermo na mata, fiz casa e morei lá por muito tempo, até hoje. (Entrevista 1)

A partir da década de 30, o movimento migratório caminhou lado a lado com as ações governamentais na região que, em ritmo crescente, foi transformando não só o Médio Araguaia-Tocantins, mas todo Norte goiano. O Estado objetivava desenvolver ações, no sentido de ocupar os espaços “vazios” da região Norte do Brasil e, assim, promover a sua integração. Pouco a pouco, o Norte goiano transformou-se no “portão” de entrada para a região Amazônica.

Nesse período, a comunicação entre as regiões Norte e Sul brasileiras dava-se pela cidade de Anápolis, mesmo antes da construção da Belém/Brasília, por estrada de ferro, o que, para Asselin (1982), tem importância no entendimento de “quem é quem” na grilagem e dos interesses desenvolvidos na região.

Com a fundação de Goiânia, em 1935, Anápolis perdeu um pouco a função de articulação Centro-Sul e de entreposto de distribuição de mercadorias para o Norte. A nova capital do estado — Goiânia — passou a incrementar e direcionar o crescente fluxo migratório dos Estados da Bahia, Minas Gerais e do Sul

²⁰ Presídio eram colônias militares de povoamento, defesa e especialização agrícola. No Médio Araguaia-Tocantins, o presídio de Santa Maria — atualmente Araguacema — foi o mais importante no estado de Goiás. Na verdade, o pouco incremento agrícola se deu, por causa do isolamento e inaptidão dos soldados para o trabalho. (Palacin, 1989: 42)

do país para o estado de Goiás, e logo após, se estendendo ao Mato Grosso, Maranhão e, nos últimos anos, ao Sul do Pará. De acordo com Asselin,

Goiânia foi o primeiro despertar do Centro-Oeste, em termos de ocupação de terras, nesta área de fronteira agrícola, pois, com a construção de estradas, sua produção primária era escoada, a preços sempre barato para o Sul, de onde eram importados os produtos industrializados. (Asselin,1982:14)

Nos anos 40, a realização da chamada “Marcha para o Oeste” intensificou o processo migratório com abertura de estradas. A “Marcha para o Oeste”, como ação estatal tinha a função de dirigir e controlar o movimento migratório dos trabalhadores rurais, graças à atuação do Instituto Nacional de Migração e Colonização (INIC). Nesse sentido, a “Marcha para o Oeste” acelerou o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral, já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a “expansão espontânea” de nordestinos que, desde o final do século XIX, migraram para a região Amazônica.

Com a intervenção direta do Estado, as frentes de expansão assumiram outro caráter, e passaram a ser constituídas tanto de populações ricas como de pobres, que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas — fazendeiros de gado, como ocorreu nas ocupações das pastagens do Maranhão e Médio Araguaia-Tocantins em Goiás; seringueiros e castanheiros, que se deslocaram para vários pontos da Amazônia; e até pequenos agricultores. Os grandes proprietários submeteram trabalhadores e agregados às formas de dominação pessoal e de exploração, apoiadas no endividamento e na coação.

O ideário político nacionalista dava sustentação à investida de consolidar, de modo efetivo a ocupação territorial brasileira, sob o argumento populista de que era necessário uma prática eficiente, no que se refere à criação e fortalecimento da propriedade familiar, amparo aos trabalhadores rurais e produtividade econômica. A partir desse momento, o Estado deixou de ser apenas um mediador, como na década de 40, e passou a ser também um agente interventor das transformações econômicas. De acordo com Ianni,

Em decorrência da inadequação do padrão exportador para atender às exigências crescentes e multiplicadas da economia e da sociedade nacional, constitui-se o modelo substituição de importação. (...) com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelece gradações nas rupturas estruturais indispensáveis à sua execução. Fundamenta a política externa independente e implica numa doutrina do Brasil como potência autônoma. Os elementos fundamentais desse padrão político – econômico estão consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945. (Ianni, 1967:54)

A crescente participação do Estado na economia foi, ao mesmo tempo, uma exigência e uma consequência do programa de nacionalização das decisões e da política de massas, como componente fundamental do padrão de desenvolvimento econômico, implantado desde os anos 30.

Esterci (1972), refletindo a respeito dos efeitos da “Marcha para o Oeste”, com base em pesquisas realizadas no Sul do Pará, assinala que os estados de Goiás e Maranhão, na década de 50, foram transformados em área de fronteira agrícola, conectada aos principais centros da região Centro-Oeste e desligados da própria região amazônica. No Centro-Oeste, estradas de ferro foram construídas e/ou estendidas para garantir o movimento “espontâneo” que vinha de São Paulo e Minas Gerais, em direção ao Sul do Mato Grosso e Goiás. Inicialmente, objetivava-se reocupar as terras que, após o declínio do ciclo do ouro, foram aproveitadas com uma pecuária dispersa. O movimento de expansão prosseguiu para terras de mata, contando com apoio estatal, porém não articulando a Amazônia Legal.

Segundo Bertran (1978), na região do Médio Araguaia-Tocantins, o processo de ocupação desencadeado em Tocantinópolis, na década de 40, se intensificou com a descoberta de cristal de rocha, nos municípios de Araguaçu, Cristalândia e Dueré, em direção ao vale do Javaés. A garimpagem atingiu os povoados de São Miguel do Araguaia, Barra da Cruz e os antigos núcleos isolados de Araguacema e Couto Magalhães e, nos anos 50, alcançou o Sul do Pará. Com a descoberta do garimpo de cristal de rochas, no município de Cristalândia, surgiu o vilarejo que, na década de 60, constituiu o município de Formoso do Araguaia

Nos anos 40, segundo Barbosa (1996), Antônio Siriano e sua família, vindos do Maranhão, estabeleceram a primeira posse no local, onde se situa atualmente o município de Formoso do Araguaia, que, naquela época, pertencia ao município de Cristalândia. A região era habitada pelos índios Carajás e Avá-Canoeiros, com quem os primeiros posseiros procuraram conviver de forma pacífica.

O município de Formoso do Araguaia surgiu, então, com base na descoberta do cristal de rocha, em março de 1949. Três meses depois, a população passava de 5.000 garimpeiros espalhados pela área de mineração e vilarejo. Com o aparecimento do garimpo, o vilarejo passou a conviver com a violência, sem conhecer qualquer tipo de justiça. Os homicídios eram rotina na região. Surgiram os conflitos entre garimpeiros, posseiros e índios. As maiores perseguições ocorreram contra os Avá-Canoeiros, índios mais arredios. A reação dos grupos indígenas era notória diante da invasão de seu território pelos garimpeiros, que passaram a ocupá-lo e a extrair a renda da terra, com a venda do cristal de rocha. No dizer de Barbosa,

O cristal, depois de ser extraído num processo artesanal (primitivo), seguia para o Rio de Janeiro, onde se realizavam melhores negócios com obtenção de um valor bem maior, e seguia dali para outros mercados no exterior. O transporte da mina para o Rio de Janeiro era realizado por via aérea. Havia um campo de pouso no garimpo e quase diariamente pousava um avião para levar os cristais. (Barbosa, 1996:22)

No pós-guerra, ocorreu significativa queda no preço do cristal, e substituiu-se esta atividade pela pecuária de transumância²¹. A princípio, as atividades agrícolas tinham pouca importância para a nova região mineradora, em razão do caráter provisório da situação dos mineiros e garimpeiros, que viviam na ilusão de enriquecer e voltar para sua terra natal. No entanto, a precariedade da situação do comércio, provocada por uma crise alimentar sem precedente, impelia a produção de gênero de subsistência em sítios e lavouras, que se formavam nas imediações dos povoados circunvizinhos e nas minas de cristal de rocha.

Da produção de subsistência, surgiu a agropecuária como prática econômica alternativa ao processo de decadência da mineração. De um modo geral, a grande maioria da população plantava para consumo. Pequena parte da população vivia nos povoados e vilas em condições de extrema pobreza. Aqueles que moravam em posses produziam pouco mais que o necessário para sua sobrevivência, e o excedente era comercializado no povoado ou em outras regiões.

O isolamento da região foi fator determinante para que a agricultura não se desenvolvesse, acrescido aos ataques indígenas, aos conflitos entre os garimpeiros, entre posseiros e fazendeiros, que contribuíram para uma produção

²¹ Passagem periódica do rebanho das planícies em direção às terras altas, e vice-versa.

extremamente limitada, superada pela pecuária, a partir dos anos 50, com a queda no valor do cristal de rocha e o fechamento dos garimpos.

Depoimentos de antigos garimpeiros, entrevistados por Barbosa explicam o processo de transição do garimpo para a pecuária e de como uma nova atividade econômica foi avançando e ocupando as imensas várzeas naturais:

Bom, ele enfraqueceu em 1953. Já começô a ficá ruim, 53... 54. aí o povo mudô pra Xambioá. Aí ficô aqui só as pessoas, os fazendeiros, algum comerciantezinho. Aí o garimpo acabô, aí surge a pecuária. Num tinha prá quem vendê o gado aqui naquela época, então quando surgiu o garimpo, ou trazia o gado pra matá pra açougue, né! Então tinha aquela vaca bonita, aqueles cara ficava aí veno essas vacona bonita, vô comprá essa aí e num vô matá, vô soltá aí e ia comprano. Aquele home que tinha mais condição ia comprano e largano, num ia pra canto nenhum porque era pasto demais. E aí foi juntano aqui e acolá. E aí foi tirano terra e assituano gado. Aí era muito bom pra criá. Todo mundo queria criá uma vaca e foi assituano e o garimpo largô, cabô, foi embora pró Goiás, Xambioá, Chiqueirão. Aí ficô só fazendeiro. (Barbosa, 1996:28)

No contexto de isolamento da região, conflitos sociais e fim dos garimpos na região, a pecuária desenvolveu-se de forma mais intensa, em razão da reduzida exigência de técnicas de produção e utilização de força de trabalho. Além disso, a abundância de terras com pastagens naturais na região favoreceu a criação do *gado vacum*²², e a possibilidade de comércio com a Bahia constituiu elemento estimulador para os produtores da região. As condições e facilidades naturais da região do Médio Araguaia-Tocantins atraíram um número significativo de camponeses para o Vale dos Javaés.

No cenário de intensas transformações nas regiões Centro-Oeste e Norte, nos anos 50, 103 famílias de trabalhadores rurais oriundas do Sul maranhense, migraram aos poucos e, por etapas, instalaram-se numa área de 50.000.00 hectares no Médio Araguaia-Tocantins, denominada Pantanal de Cima. Os maranhenses seguiram sua trilha em direção ao pôr-do-sol, conforme afirma um posseiro:

Passava um tempo num lugar e depois seguia em frente, é na direção do pôr do sol que fica a liberdade, é nas margens do Araguaia a região de fartura, terra livre e de gente livre e por mode isso nossa familia seguia em frente. (Entrevista 2)

²² Gado constituído de vacas, bois e novilhos.

Dessa forma, a frente de expansão, que se deslocava do Sul do Maranhão, aos poucos e como grupos familiares, ocupavam as margens do rio Araguaia e seus principais afluentes. Um entrevistado declara:

Vim do Riachão [Maranhão] e lá a gente ouvia falar que prá cá era bom. Lá era um cativoiro a gente vivia lutando com a vida e não ia prá frente, porque era na beira dum brejo, a gente pelejava pra criar um gado, comprava uma novilha bonita... e aí botava assim no pasto um pouco mais os urubus estava voando. (Entrevista 1)

Os lavradores que migraram para o atual estado do Tocantins eram originários de região pecuarista, e na sua maioria antigos moradores das fazendas, trabalhadores diaristas, vaqueiros e até mesmo pequenos proprietários. Suas histórias de vida são marcadas pela necessidade de sempre ir adiante, procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, fazer a roça, esperar a chuva e cuidar do gado... Chegando à “terra prometida” — às margens do Javaés — depois de ter percorrido a trilha do pôr-do-sol, constituíram suas posses em área considerada de terras devolutas e “terras de quem chega primeiro”.

Nós se instalamos aqui, achando que as terras eram terras devolutas, terras de qualquer um que chegasse primeiro, inclusive quando foi pra me mudar pra cá, eu me informei da região nesse tempo existia o Instituto de Terras em Goiânia, se chamava-se IDAGO. Eu estive lá e me informei da região, e me informaram que aquelas terras era terras devolutas, que a gente podia morar, e esperar, que futuramente o Estado tomaria providência, e medir aquelas terras pra nois mesmos, né? (Entrevista 3)

Os posseiros — denominação genérica — compreendem diferentes segmentos, cujas formas de ocupação prescindem dos instrumentos das ações fundiárias oficiais. Os posseiros desenvolvem uma heterogeneidade de atividades: agricultura, pecuária, pesca e extrativismo que variam de uma região para outra ou, até mesmo, a combinação de todas essas atividades. Os posseiros da Fazenda Pantanal de Cima destacam-se, sobretudo, pela criação de gado. Esta característica predominante está ligada à sua experiência de origem e às condições gerais da região do Médio Araguaia-Tocantins. No dizer de um dos agentes da CPT:

O pessoal é criador de gado e tem a agricultura de subsistência como um complemento. A maioria é de origem maranhense que veio sendo vaqueiros dos primeiros depois foram instalando suas próprias fazendinhas de criação. Era tudo criação extensiva. (Entrevista A)

Os posseiros, de modo geral, dispõem de certa autonomia face aos seus tradicionais antagonistas, que deixaram para trás, em busca da liberdade numa terra livre. Têm decisões próprias quanto ao processo produtivo, escolhendo a área na qual plantar, o quê criar, elegendo o produto e definindo os procedimentos de cultivo. Para os posseiros, trabalho, terra e família não são dissociáveis e falar de um é falar dos outros. Tudo articula-se como produção familiar e, neste caso, é a subsistência da reprodução da propriedade familiar que determina, por intermédio do chefe da família o quê, quanto e onde produzir. Esse fato contribui para entender os conflitos agrários, como parte da estrutura do sistema de relações sociais dos lavradores, que não incorporam passivamente a histórica subordinação da força de trabalho, ditada pelos interesses das empresas que se instalaram na região nos anos 70.

Na mesma região, na década de 80, chegou um movimento oposto em todos os sentidos – a frente pioneira do Sul e Sudeste brasileiros – buscando também a terra, não para trabalho, mas como objeto de compra e venda; lastro para montagem de empresas para receber créditos e incentivos fiscais. A frente pioneira do Sul e Sudeste brasileiros conta com o apoio estatal e o Estado é o grande investidor e promotor dessas frentes, não só no Médio Araguaia-Tocantins, mas em toda a região Norte, numa atuação autoritária, decorrente da própria natureza autoritária do regime militar.

Assim, ao longo dos anos, o apossamento das terras do médio Norte de Goiás adentrou a região Amazônica. É a marcha do grileiro investindo sobre as terras dos posseiros e dos índios, “limpando a área” para a implantação dos projetos agropecuários, que, pouco a pouco, transformam as atividades e as relações sociais em processos intensos de compra e venda de terras.²³

Com o início da construção de Brasília e da estrada Belém — Brasília, as ações dos grileiros intensificaram-se na região, à medida que a nova capital e a nova estrada estabeleciam a ligação do Sul com o Centro e o Norte do país; ampliavam o comércio Sul – Norte; valorizavam as terras; proporcionava uma

²³ O conflito mais sério e de maior repercussão ocorrido no médio Norte de Goiás, no período de apossamento e que contou com a mediação do Partido Comunista foi Trombas — Formoso, no final da década de 40 e que se expandiu a partir de 1953, até sua destruição completa pela repressão em 1964, com expulsão, ou prisão dos camponeses liderados por José Porfírio, ele mesmo preso e, desde 1973, incluído na longa lista dos presos políticos desaparecidos durante o regime militar. Cf. Carneiro (1986) e Canesin (1982).

intensa migração de camponeses de um lado e, de outro, o aumento dos conflitos com índios e posseiros da região.

A rodovia Belém — Brasília, a partir dos anos 70, por ocasião do seu asfaltamento, acentuou a migração do Nordeste brasileiro para a região Norte, culminando com a construção da Transamazônica, que facilitou a comunicação, e valorizou ainda mais as terras, instigando a cobiça dos grileiros, acentuando a especulação das terras, especialmente nos limites geográficos do Norte goiano, Maranhão e Pará, área denominada região do Bico do Papagaio, marcada pela violência.

Anápolis, Goiânia e Brasília, com seus cartórios, bancos e órgãos estatais, constituem-se centros irradiadores da "grilagem" na região Amazônica. A Belém — Brasília, a Transamazônica e os campos de pouso, construídos ao longo dessas rodovias nas cidades emergentes, tornaram-se o "caminho das pedras" para expansão do capital na região. Neste movimento — desenvolvimento desigual, contraditório e combinado de expansão do capital — mesclam-se Estado, grileiros, jagunços, advogados, funcionários da burocracia cartorial, polícias e empresários, e empresas, todos organicamente articulados contra os grupos indígenas e os posseiros. De acordo com Ianni,

Desenvolveu-se uma corrida à terra, tanto por parte de grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, como por parte de camponeses e operários do campo. Estes, os camponeses e os operários do campo, em muitos lugares estavam na prática realizando uma reforma agrária espontânea, de fato. (Ianni, 1979:141)

Vale ressaltar que a construção dessas rodovias não pode ser sempre considerada como precursora da chegada de posseiros, grileiros, latifundiários, empresários, agentes do poder público, igrejas, seitas e bancos. Em muitos casos, a rodovia caminha depressa ou devagar, ou par a par com a ocupação da área. Outras vezes, a ocupação precede a rodovia. A verdade é que a construção das rodovias, a transferência da capital federal para o Planalto Central e a fundação de Goiânia assinalam uma nova fase na formação e desenvolvimento das atividades econômicas e políticas em cada área.

Ao mesmo tempo que famílias de trabalhadores rurais ocupavam, após o fim do garimpo, as terras do Vale dos Javaés e a margem direita do rio Araguaia, o governo estadual intervinha na região para controlar os conflitos agrários e

direcionar a posse de terras no Norte goiano. A expansão do capitalismo em nível nacional exigia maior integração de Goiás no processo econômico e, conseqüentemente, maior intervenção do Estado na economia. A demarcação das terras do Vale dos Javaés, em 1957, e a classificação da área como terras devolutas são ações sinalizadoras da intervenção do Estado.

Segundo Canesin (1988), no governo de Mauro Borges (1961/1964), delineou-se uma política agrária mais definida visando a incorporação e a mobilização dos trabalhadores rurais, sobretudo posseiros, em cumprimento às exigências determinadas ao Estado para subsidiar o avanço do capital em Goiás:

A atuação do Estado convergia para duas vertentes: uma incrementava uma política de colonização em lugares em que tensões sociais poderiam ser aliviadas, pregando a possibilidade de uma reforma agrária em áreas localizadas e restritas; outra indicava o processo de sindicalização social em massa como alternativa para disciplinamento e controle das expectativas dos trabalhadores rurais em relação à posse da terra. (Canesin, 1988: 91-101)

Como parte da política agrária, o despacho de nº 3.335, de 19 de setembro de 1961, do então governador do Estado, Mauro Borges Teixeira homologava uma nova divisão do Vale dos Javaés e a formação de vários loteamentos no município de Formoso do Araguaia. A área ocupada pelas 103 famílias foi denominada de loteamento Pantanal de Cima por causa dos grandes alagados que são formados ali na época das chuvas²⁴.

A questão da titulação e distribuição indevida dos lotes, processo iniciado em 1957 em toda a região, e concluído em 1962, com a nova divisão da área, é explicitada no relatório do Ministério da Reforma Agrária:

Face a titulação pelo Estado de Goiás, através do IDAGO, em 1962, sem um levantamento sócio-econômico sério, vez que os lotes foram titulados a pessoas que não tinham posses e as famílias ali existentes já residiam no local. (MIRAD/INCRA, 1986)

O documento oficial refere-se ao conflito, destacando que

²⁴ O mapeamento da área foi todo realizado pelo processo de aerofotogrametria, totalizando 32 lotes e, posteriormente os lotes foram titulados em nome de pessoas que nunca tiveram posses na região. A divisão do município em lotes favoreceu a ação de "grileiros" e o Estado funcionou como uma imobiliária, e com os lotes demarcados torna-se fácil dar-lhes uma destinação. (Arquivo do IDAGO)

Todas as famílias envolvidas no conflito continuam residindo no imóvel, resistindo a tudo e a todos, esperando que o Governo Federal tome providências a fim de corrigir o erro cometido pelo Órgão Estadual, nos idos de 62. (MIRAD/INCRA, 1986)

Na mesma linha, buscando a explicação legal sobre a eclosão do conflito posseiros e COBRAPE, a imprensa local noticiou o fato, com os seguintes argumentos:

Os 32 contemplados com os títulos são pessoas fictícias. Não se sabe ao certo como, um a um dos lotes foi passando para o controle do grupo "DEBRASIL" que perdeu o direito de explorar as terras em 1980, depois que deixou de pagar o Banco Interatlântico de Investimento, com sede em Washington. O banco que injetava 15 mil dólares semestrais na região, a título de "subsídio à produção", retornou as terras da "DEBRASIL" e as revendeu a COBRAPE. (O Popular, 26 jan. 1984)

O processo de compra, venda e incorporação dos lotes da Fazenda Pantanal de Cima, a partir de 1962, foi breve e decorreu da política agrária dos militares na região do Médio Araguaia-Tocantins, permitindo compreender a concentração fundiária dos anos 80 no município de Formoso do Araguaia, como também, a formação das empresas rurais, que se utilizam dos lotes como garantia para os empréstimos financeiros e incentivos fiscais.

De agosto a outubro de 1962, de acordo com a listagem do anexo 3, o IDAGO vendeu 27 lotes a poucas famílias. Pelos sobrenomes, filiações e endereços dos primeiros requerentes, depreende-se que o objetivo da transação era burlar a legislação, no tocante à venda máxima de cinco lotes para cada interessado. Tal procedimento permitiu a Companhia INDAIA, dez anos depois, ser a única "proprietária" de todos os lotes e num curto espaço de tempo constituir a formação de uma nova empresa, a Companhia de Desenvolvimento do Centro-Oeste (DEBRASIL).

Como demonstra o gráfico abaixo, o processo de compra/venda, passe/repasso e incorporação desses lotes serviram de lastros para empréstimos com as instituições financeiras, tanto em nível nacional como internacional, para desenvolvimento da pecuária na região. No final dos anos 70, a pecuária deixou de ser prioridade para a política agrária dos militares e os lotes foram distribuídos entre seis grupos empresariais, fundadores da COBRAPE, com objetivos voltados para agricultura mecanizada, como ocorreu no projeto Rio Formoso.

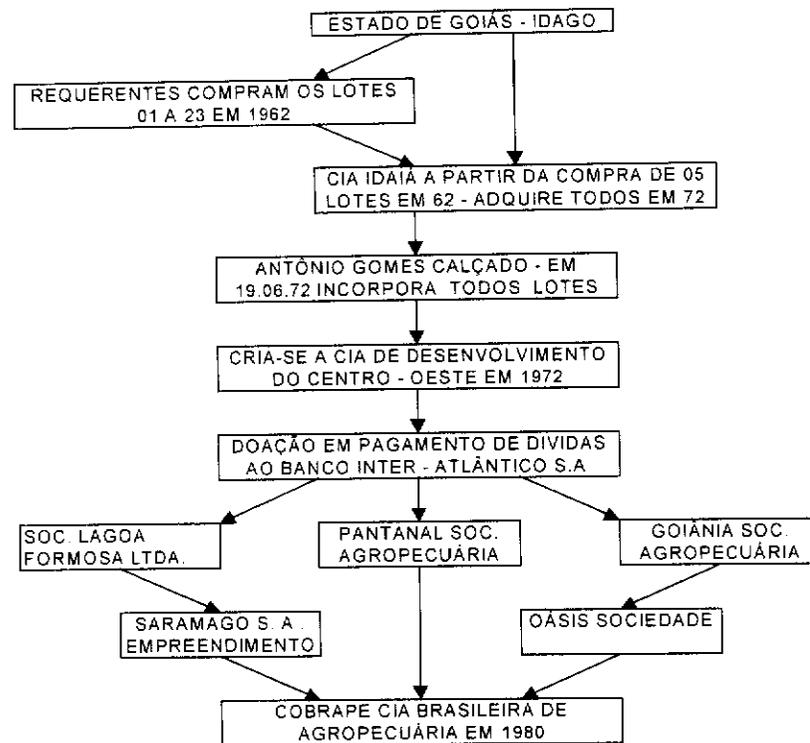


Gráfico elaborado pelo autor, com base nos Processos Judiciais e Arquivos da CPI/Araguaia-Tocantins

Valendo-se do mecanismo de repasse de títulos, no início dos anos 80, a COBRAPE adquiriu a Fazenda Pantanal de Cima, vinculada à hipoteca de primeiro grau²⁵ e assumiu a dívida do grupo DEBRASIL com a International Finance Corporation (IFC), com sede em Washington nos EUA que, na impossibilidade de resgatar a dívida com a instituição financeira repassa os lotes ao grupo COBRAPE²⁶.

Os métodos e processos de aquisição das terras não só mostram como os empresários se apropriaram de grandes áreas territoriais no Médio Araguaia-Tocantins e Amazônia Legal, mas também, como se constituem e se desenvolvem os antagonismos gestores dos conflitos sociais.

A literatura pertinente à questão de compra/venda de terras na Amazônia Legal nos anos 60 e 70, classifica em três os métodos e processos de

²⁵ A hipoteca é o direito real recaente sobre um imóvel que, embora não entregue ao credor, o assegura, preferentemente, do cumprimento da obrigação. Assim sendo, o não pagamento da dívida, cabe ao credor o direito de excluir o bem dado em garantia, para que com o produto apurado em praça pagasse, preferentemente e com exclusão dos outros credores, que só terão direito às sobras se houver. Cf. Silvio (1987)

aquisição de terras: a) compra de antigos proprietários ou posseiros; b) “grilagem” — por intermédio deste processo, todos os tipos de fraudes são aplicados, desde escrituras falsificadas, aparentando documentos antigos, até títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos; e c) requisição de terras devolutas aos governos estaduais. No processo, o intermediário, geralmente com a conivência de funcionários do departamento de terras estaduais, requer, em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais, de modo a cobrir toda área cobiçada. Após a obtenção dos títulos definitivos, de acordo com o interesse ou não do comprador, os títulos individuais passam, por meio de compra simulada, para o nome da pessoa ou grupo interessado na compra daquela região.

A concentração dos lotes pela Cia INDAIA e demais loteamentos adquiridos por outras empresas sediadas na região, provocaram mudanças profundas nas relações econômicas e sociais no município de Formoso do Araguaia, tais como: alianças políticas entre fazendeiros e empresários, aumento do fluxo comercial, crescimento populacional da cidade, implantação de bancos, rádio, hospital, escolas, colégio agrícola, construção de estradas, etc.

Nesse período, a corrida à terra foi incentivada pela política agrária dos militares, que concedia às grandes empresas incentivos fiscais, possibilitando que empresários de outras regiões desenvolvidas do país descontassem 50% do imposto de renda e aplicassem esse valor em investimentos na Amazônia Legal. Os recursos eram depositados no Banco da Amazônia, e 75% do depósito revestia-se em capital para uma empresa agropecuária ou industrial. Na verdade, tratava-se de uma doação do governo para os empresários

Para assegurar rentabilidade aos novos investimentos, até que os grandes empresários dos bancos, da indústria e do comércio manifestassem interesse em estender suas atividades à agropecuária, o governo foi mais longe e passou a oferecer aos empresários a recompensa da “doação” de 75% do capital, como incentivo para o novo empreendimento. Assim, cabia ao empresário entrar tão somente com 25% de recursos próprios. Outra alternativa apontada pelos militares

²⁶ O total da dívida era de US\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), conforme consta no Cartório de Registro de Imóvel de Formoso do Araguaia. Livro 11, folhas 68-81.

era no sentido que os empresários se associassem aos grandes proprietários de terra para estabelecer novas atividades econômicas.²⁷

Utilizando esses mecanismos, o governo federal assegurou e controlou a sobrevivência econômica e política das velhas oligarquias fundiárias, base de importante sustentação para o golpe militar, além de inviabilizar a reforma agrária, aspiração dos trabalhadores rurais, em curso desde a década de 50. A chegada dos novos empresários intensificou os conflitos, modificou o cenário e os novos personagens adaptaram-se à antiga estrutura concentradora da propriedade fundiária:

O fato de que novos proprietários rurais viessem de uma tradição urbana, moderna e propriamente capitalista não impediu que em suas fazendas se reproduzisse com facilidade o tipo de dominação, repressão e falta de liberdade política. (Martins, 1997:88)

Ao incluir a pecuária como um segmento possível de investimento mediante mecanismos de incentivos fiscais, o Estado colocou à disposição dos grandes capitais o fator de produção mais barato e abundante da região: a terra, que seria considerada um recurso próprio da empresa investidora e teto mínimo para o aporte de capitais próprios que ultrapassassem o valor da terra. Com isso, a maior parte dos capitais próprios das empresas, que pleiteavam os benefícios do sistema, ficaria imobilizada na terra e tenderia a se valorizar com a ocupação da região, minimizando, portanto, a incerteza do investimento.

Maximizar a obtenção de incentivos, por intermédio da SUDAM, equivalia a adquirir terras tão extensas quanto possível, já que elas entrariam como recursos próprios na apresentação do projeto na proporção de três incentivos para cada recurso próprio aplicado. Ou seja, os incentivos podiam corresponder até a 75% do valor total do investimento, o que estimulava a expansão do latifúndio, e até a associação dos novos empresários aos tradicionais latifundiários da região.

Criou-se, portanto, para os empresários, uma situação extremamente favorável à aquisição de terras em grandes extensões. Face ao próprio quadro caótico que caracterizava a situação jurídico-fundiária anteriormente existente na região, a grilagem e os conflitos pela terra acentuaram-se. O mecanismo de

²⁷ Para maior aprofundamento sobre essa equação ver: KRAYCHETE, Gabriel. Economia regional e projetos empresariais na Amazônia. *CESE/DEBATE*, Salvador, v5,n.4, jan. 1995; Martins (1991) e Ianni (1981).

incentivos fiscais, por si só, já constituía uma grande fonte de lucro, independentemente de qualquer tipo de produção. A geração de lucros não pressupunha atividade produtiva nas terras.

Diante das condições e facilidades da política agrária para a região Amazônica, a COBRAPE, empresa constituída com a finalidade de usufruir da política agrária, apresentou seu projeto à SUDAM, o qual imediatamente, foi aprovado. De acordo com parecer da Secretaria Executiva da SUDAM em agosto de 1981, o projeto foi classificado como: “*Projeto Faixa ‘A’* de prioridade, conforme estabelecem o art. 48 e o art.54, alínea ‘a’ da Resolução nº 2.525, de 23 de abril de 1976 — CONDEL/SUDAM”. E o mesmo parecer fixou a participação dos recursos administrados pela SUDAM nas seguintes proporções: 18,5% de recursos próprios; 55,6% de incentivos fiscais e 25,9% de outros recursos. Percebe-se que a empresa foi amplamente beneficiada pela política agrária dos militares.²⁸

Mediante crédito fácil, subsídios e incentivos fiscais, instauraram-se as empresas rurais no Médio Araguaia-Tocantins e os camponeses foram expulsos de suas terras de trabalho para dar lugar a pastagens e aos projetos de irrigações. Conseqüentemente, intensificou-se a migração para cidades na própria região, às margens da rodovia Belém — Brasília, alastrando a miséria e promovendo a instalação de favelas.

Em 1979, quando ocorreu a construção do Projeto Rio Formoso, o então governador do estado de Goiás, Ary Valadão (1979-1982) desapropriou, no município de Formoso do Araguaia, uma área de 64.065 hectares às margens do rio Formoso, que pertencia a antigos proprietários, que, no entanto foram excluídos do projeto, conforme atesta Barbosa:

O acesso às cooperativas ficou restrito a um grupo privilegiado de gaúchos, na Cooperativa Agro-industrial do Rio Formoso – COOPERFORMOSO, e a pessoas ligadas ao governo de Goiás, familiares, amigos e padrinhos políticos que participaram da criação da Cooperativa Mista Rural Vale dos Javaés Ltda. — COOPRJAVA e da Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande Ltda. — COPERGRAN, na sua segunda e terceira etapas. O Projeto Rio Formoso atendeu a interesses de um segmento preciso, pessoas próximas ao governador, mesmo aquelas sem compromisso com a agricultura. (Barbosa, 1996:30)

²⁸ Nos termos do processo: “O empreendimento, a localizar-se no Município de Formoso do Araguaia, no Estado de Goiás, utilizará recursos no montante de Cr\$ 3.359.543.344,00, sendo Recursos próprios Cr\$ 624.939.205,00; Incentivos Fiscais (art.18 DL1376/74) Cr\$ 1.874.817.615,00; Outros Recursos Cr\$ 869.697.524,00”. (Processo SUDAM, 04281/81, aprovado em janeiro de 1982).

O Estado iniciou a transformação do espaço do Médio Araguaia-Tocantins. A economia da região, centrada na pecuária depois do declínio do cristal de rocha, voltou-se para produção agrícola. Desde esse momento, iniciou-se um novo e “moderno” sistema de cultivo do arroz, altamente mecanizado, com utilização de mão-de-obra especializada e bastante arrojado para a realidade da região, que até então, empregava métodos tradicionais no cultivo do arroz sequeiro, com mão-de-obra pouco qualificada, o que revertia pouco lucro. De acordo com Barbosa, o Projeto era empresarial:

Desde o início ficou claro o seu caráter empresarial das cooperativas: Dentro do projeto podem-se citar vários empresários (...) como os portugueses proprietários da COBRAPE, que também participaram como cooperados da COOPERJAVA, por intermédio da empresa Goiânia Sociedade Agropecuária LTDA. (Barbosa, 1996: 44)

Com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, a dívida do Projeto Rio Formoso com o BNDES foi assumida pela União, permitindo, com isso, que o débito das cooperativas fizesse parte da negociação adotada na divisão de Goiás. Assim, a União assumiu o débito com o montante de recursos para concretização do novo estado do Tocantins, configurando uma política clientilista em meio a um “calote”²⁹. A COBRAPE recebeu incentivos fiscais do novo estado, por ser o maior empreendimento econômico da iniciativa privada do Tocantins; multiplicou por três sua produção de arroz, diversificou sua produção, ampliando-a para carne, leite e armazenagem.

1.3 O Estado militar e os conflitos agrários

Segundo Germano (1993), o golpe de Estado de 1964 pôs fim a “democracia populista” iniciada em 1964. Fruto de uma coalizão civil e militar, o

²⁹ Segundo Barbosa (1996), as cooperativas serviram na verdade para atividades ilícitas, e ao usarem o nome da cooperativa, arquitetaram um golpe, provocando um dos maiores calotes no sistema financeiro, ao abrirem um rombo de mais de US\$ 11 milhões em vários bancos.

golpe configurou a ascensão de um novo bloco de poder, que articulou entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira — nacional e internacional — o capital mercantil, latifundiários e militares bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas, o que

Expressa o rompimento de “uma situação histórico-política caracterizada por equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica” (Gramsci, 1977:1.619), representada pela crise política e econômica — uma crise de hegemonia desencadeada no Brasil em princípio dos anos 60. Uma espécie de “Cesarismo sem César” (Gramsci, 1977:1.619). Isto significa que no período em apreço, esteve presente um outro traço fundamental do cesarismo, que é a ausência do controle social sobre o poder político, consubstanciando na notável autonomia das Forças Armadas que exerceram o comando do Estado brasileiro entre 1964 e 1985. (Germano, 1993: 17-18)

A política de “modernização/excludente” da agricultura executada pelos militares foi definida, antes mesmo do próprio golpe militar de 1964, por grupos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),³⁰ compostos de políticos militares, além de congregar vários intelectuais: escritores, jornalistas, advogados, etc., que atuavam com o objetivo de se contrapor à ação política do governo Goulart e às mobilizações de grupos populares. Esta elite possuía inegável capacidade de organizar seus próprios interesses e disseminá-los no conjunto da sociedade.

O projeto dos grupos IPES e IBAD transformou-se no Estatuto da Terra, de acordo com os interesses dominantes. Para tornar viável a sua execução, os militares mantiveram a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitiu aos camponeses o acesso à terra, mas somente àqueles que tinham interesse em criar a propriedade capitalista.

O Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos pela terra. As desapropriações somente foram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos sociais no campo, isto é, para administrar o problema da terra sem tocar no direito de propriedade, uma vez que este previa também a ocupação de regiões pioneiras para solucionar os problemas sociais de outras regiões, no intuito de realizar a “reforma agrária”. Os projetos de colonização provocaram um vazio político no campo, ao criar uma

³⁰ O grupo do IPES/IBAD tinha acesso aos principais jornais do país e sua ação efetivava-se por cursos, palestras, seminários, simpósios, filmes, teatros, propaganda, rádio, televisão, revista, além da distribuição gratuita de alimentos provenientes da “Aliança para o Progresso” (acordo de cooperação celebrado entre o Brasil e Estados Unidos).

regularização fundiária localizada e limitada e, sobretudo, orientada para o abafamento das tensões sociais, no campo, em marcha desde a década de 50. Martins afirma que, na gestão de Costa e Silva:

O problema da terra, e particularmente da terra na Amazônia, transformou-se progressivamente num problema militar. O Ministério da interior ocupado pelo general Albuquerque Lima, um general nacionalista identificado com o pensamento da Escola Superior de Guerra, definiu como objetivo nacional prioritário a política de integração da Amazônia. Reduzindo a questão agrária a termos simples, os problemas de pressão social e fundiária do Nordeste poderiam ser resolvidos na Amazônia, mediante o desenvolvimento de projetos de ocupação de “espaços vazios”, criação de pólos de desenvolvimento, **com envolvimento decisivo das forças armadas**. (Martins, 1984: 41-42; grifos do autor)

O objetivo era colonizar, para não mudar a estrutura fundiária; então, o problema da terra, expresso nos conflitos, não foi resolvido com o projeto de colonização na Amazônia. A colonização, naquele momento, representava, na prática, uma forma de dominação sobre o colono, com o propósito imediato de minar a resistência dos camponeses combativos, e desativar as áreas de tensão social. Atrás desse processo, existia uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais, cujo resultado foi garantido pelas Forças Armadas e pelo Estado autoritário vigente. Dessa forma, os governos militares, com sua política agrária, praticar mudanças significativas no campo sem alterar o regime de propriedade da terra.

O privilégio da empresa rural, base de sustentação do Estatuto da Terra e prioridade número um da política agrária dos militares, contribuiu, de forma decisiva para intensificar o histórico processo de concentração fundiária no Brasil. Como consequência, a política de privilegiar o capital monopolista em diferentes setores da agricultura acentuou a concentração de terras, a expropriação e a exploração e, diante dessa realidade, os conflitos por terra também se multiplicaram e se espalharam por todo país, em número maior, pela Amazônia Legal.

Os dados levantados e organizados pela Comissão Pastoral da Terra, entre 1979 e julho de 1981, apontavam para o crescente aumento dos conflitos de terra no Brasil, atingindo, em nível nacional, o número de 924 casos, envolvendo 261.957 famílias e 1.974.897 pessoas, com a predominância na região Amazônica, que representou 58,2 % do total de conflitos apurados no país. Ver tabela abaixo.

TABELA 1
 Conflitos de Terras na Amazônia Legal /1979 -1981³¹

| UF | Número de Conflitos | % | Número De Famílias | % | Número de Pessoas | % | Área em ha | % |
|-------------|---------------------|------|--------------------|-------|-------------------|-------|------------|-------|
| Acre | 21 | 2.2 | 1.180 | 0.45 | 6.390 | 0.32 | 820.712 | 2.20 |
| Amapá | 05 | 0.5 | 20 | | 120 | | 253.000 | 0.67 |
| Amazonas | 23 | 2.5 | 170 | 0.06 | 6.252 | 0.31 | 91.396 | 0.24 |
| Goiás | 53 | 5.7 | 2.776 | 1.06 | 16.376 | 0.83 | 495.266 | 1.33 |
| Mato-Grosso | 62 | 6.7 | 11.010 | 4.20 | 61.400 | 3.11 | 1.033.527 | 2.77 |
| Maranhão | 207 | 22.5 | 67.184 | 25.66 | 334.080 | 16.93 | 7.706.075 | 20.70 |
| Pará | 151 | 16.4 | 37.874 | 14.46 | 208.272 | 10.55 | 13.511.865 | 36.30 |
| Rondônia | 14 | 1.5 | 2.618 | 1.00 | 13.091 | 0.66 | 147.000 | 0.39 |
| Roraima | 2 | 0.2 | — | — | 8.500 | 0.43 | 6.630.000 | 17.81 |
| Total | 538 | 58.2 | 122.832 | 46.89 | 654.481 | 33.14 | 30.688.841 | 82.41 |

Fonte: Conflitos de Terras no Brasil. CPT, 1981

As lutas dos trabalhadores rurais, no final da década de 70, tanto dos assalariados rurais, com o movimento grevista, como dos posseiros, apresentavam forte grau de mobilização em todo o país. Contavam com apoios de aliados importantes para a organização dos trabalhadores rurais, dentre os quais a Igreja Católica que, por intermédio Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulava as lutas, projetando-as no cenário nacional.

Para conter o movimento, os militares, como afirma Martins, tornaram "o Ministério de Assuntos Fundiários em quartel da terra". Assim, a federalização e a militarização das terras da Amazônia transformaram-se no instrumento pelo qual o desenvolvimento regional saiu das mãos da oligarquia, dos comerciantes e proprietários tradicionais, abriu espaço ao grande capital, cedeu terreno à acumulação dos grandes grupos econômicos, cuja escala de operação e de interesse, converteu-os em efetivos agentes econômicos da centralização do poder.

A constituição do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e Grupo Executivo de Terras do Baixo-Amazônia (GEBAM), acompanhada da aliança governo militar/empresários objetivam, controlar a região e, nesse sentido, passaram a dominar os órgãos e as administrações dos municípios, construíram escolas, hospitais, estradas e desenvolveram ações sociais. A presença do exército e dos técnicos do GETAT espalhou na região o medo e a repressão, especialmente às margens do rio Araguaia, tendo como justificativa o combate à

³¹ As porcentagens referem-se ao total de conflitos em todo o país. Os dados referentes aos estados de Goiás e Maranhão foram tomados como um todo, na impossibilidade de discriminar os municípios que se encontram na Amazônia Legal.

guerrilha do Araguaia, ocorrida em meados da década de 70. Ao mesmo tempo, as investidas objetivavam assegurar o pleno desenvolvimento dos grandes projetos econômicos na região.

Para efetivar o controle da área, a aliança governo militar /empresários, em vez de destruir os agentes do poder tradicional, estratégia postulada na sua política agrária, a eles aliou-se e cooptou-os na repressão contra as tentativas de organização dos trabalhadores rurais, que ressurgiam, por intermédio do movimento sindical e da ação pastoral da Igreja Católica.

Atualmente, Formoso do Araguaia é uma cidade pequena. Segundo o IBGE, em 1991, sua população era de 18.460 habitantes. Entretanto, a cidade enfrenta problemas sérios provocados pela imigração, que culmina com o repentino surgimento de barracos em locais sem infra-estrutura e de difícil acesso.

A situação encontra-se diretamente ligada às relações sociais de produção, pois, tanto o Projeto Rio Formoso como a COBRAPE, utilizam um sistema de cultivo com uso de alta tecnologia, com mão-de-obra especializada e reduzida, prevalecendo uma grande parcela de trabalhadores periódicos, recrutados na periferia da cidade apenas nos períodos de colheitas.

Nesse sentido, Formoso do Araguaia caracteriza-se pela forte presença do trabalhador rural assalariado e pequenos proprietários.³² Os trabalhadores rurais assalariados, desde a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso do Araguaia, em 1992, têm desenvolvido a estratégia de ocupação de terras. Atualmente, ocupações urbanas, rurais e conflitos antigos de posseiros delineiam o cotidiano de Formoso do Araguaia e região.

A política agrária dos militares concretizou a chamada “modernização conservadora da agricultura” no Médio Araguaia-Tocantins. Os militares financiaram mudanças na base técnica de produção, graças aos incentivos criados e no crédito subsidiado por sua política agrícola. Proporcionaram assim, a “modernização da agricultura” e a expansão do capital no campo, sem atualizar a estrutura fundiária. Diante da realidade, os trabalhadores rurais criaram diversas formas de resistência, por meio de lutas sociais no confronto com o Estado, com os proprietários de terra e com os capitalistas. Não só a luta pela terra está em questão no movimento camponês, mas a luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único

³² Na sua grande maioria, formada de posseiros.

tipo de propriedade. Assim, a realidade da terra no Brasil, não se refere tão somente à distribuição da terra, mas também resistir às tentativas do Estado de desarticular e destruir as formas de organização dos trabalhadores rurais. O propósito do Estado é: *“evitar que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado”* (Martins, 1986: 61).

Constitui objetivo deste trabalho recuperar a luta dos posseiros, isto é, compreender a participação e o papel dos atores sociais envolvidos no conflito, bem como examinar seu processo educativo, sua organização e sua luta pela terra. Nas palavras de Loureiro:

No caso específico de uma luta social, os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a sua realidade. Ao vivenciar estas experiências, o trabalhador estabelece relações com outros indivíduos, tanto da sua classe como de outras classes, frente a uma situação concreta e específica. Desta relação resultam conhecimentos, resulta aprendizagem. (Loureiro, 1988:83)

Nesse quadro de referências histórico-teóricas, será analisada a luta dos posseiros da Fazenda Pantanal de Cima e a atuação da CPT, como agente educativo.

CAPÍTULO II

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA PASTORAL CATÓLICA E A LUTA DOS
POSSEIROS NA AMAZÔNIA LEGAL**

As concepções de mundo para serem eficientes devem ser também, subjetivamente eficientes, a fé é um elemento irracional uma necessidade subjetiva imprescindível para suscitar adesão a uma ação histórica.

Maria Teresa Canesin

Nos anos 70, a Igreja Católica inseriu-se, como organismo mediador, na luta pela terra no Brasil, de forma diferente daquela adotada nas décadas anteriores. A indiscutível presença de seus agentes, no tocante à mobilização e à organização dos trabalhadores rurais, deu à Igreja uma sólida base para pautar suas relações políticas junto ao Estado. A questão agrária foi o principal foco de tensões no “*perpétuo conflito*” entre Igreja e Estado, no período compreendido entre 1975 e 1985, constituindo a Igreja Católica o principal mediador no campo.

No desenvolvimento das organizações dos trabalhadores rurais, merece atenção especial o processo de construção dos mediadores, deve-se entender a relação Igreja/Estado, nas questões agrárias e, mais especialmente, buscar os nexos que podem esclarecer como ocorreu a atuação da Igreja Católica, durante o regime militar, quando abriu maior espaço para o avanço das organizações camponesas no Brasil, revertendo o processo em curso desde os anos 50. A região Amazônica foi o *locus* dos novos embates entre Igreja e Estado no período pós-1964. Da nova experiência da Igreja Católica com os posseiros foi redimensionada sua ação pastoral³³ e constituída a Comissão Pastoral da Terra (CPT):

Com o desejo de caminhar com os trabalhadores rurais, não para desenvolver um serviço supletivo, mas para viver – como Igreja -- o conteúdo central do caminho de salvação do evangelho. (Perani, 1992: 31).

³³ Pastoral é a realização da Igreja nas condições reais do tempo. Cf. Arns (1981)

O dinamismo do movimento reside, sem dúvida, no seio dos próprios trabalhadores rurais envolvidos na questão da terra. Os movimentos e os sujeitos das lutas, em termos de “blocos históricos”, constituem a síntese entre elementos objetivos presentes nas relações sociais e elementos objetivos, aqueles referentes à vontade e à cultura. Os sujeitos constituem-se e exprimem-se por meio de relações ativas no processo de sua ação. Os movimentos sociais pressupõem, portanto,

Uma “unidade social-cultural”, que ocorre no momento em que, vivendo a mesma contradição, vontades desagregadas se solidificam na busca de um mesmo fim, com base em uma mesma percepção de suas necessidades (Grzybowski, 1987:12)

Nessa perspectiva, os trabalhadores rurais realizam diferentes movimentos, forjam-se a si mesmos como sujeitos diferentes, membros de grupos sociais determinados, com linguagem e identidades sociais próprias, como atesta a experiência concreta dos posseiros da região do Médio Araguaia-Tocantins.

Os múltiplos efeitos da ação dos mediadores, que foram além de seus acertos e erros e das conseqüências para articulação orgânica dos trabalhadores, dizem respeito a sua inserção não somente em um campo de forças condicionadoras e condicionadas pela elaboração das vontades coletivas, como também em disputa com outros agentes mediadores. A concorrência entre mediadores, às vezes, ajuda explicar o porquê da escolha de certos caminhos e o motivo pelo qual certas alianças foram feitas e outras, desprezadas.

Os conflitos agrários, no Brasil, a partir de 1966, colocam-se cada vez mais como um tema relevante das relações entre instituições religiosas e aparelho de Estado. Observa-se também o gradativo estabelecimento de uma diplomacia de caráter formal entre o Estado e a Igreja Católica – por intermédio de seus organismos deliberativos, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das diversas instâncias eclesiásticas, como dioceses, prelazias, congregações, etc.

A CNBB, por disposição estatutária tem a finalidade de “*cuidar do relacionamento com os poderes públicos*” (Artigo 1º, alínea d) e, por seu intermédio, as autoridades eclesiásticas organizam-se, sintetizam suas proposições e atualizam relações com os aparelhos de poder de competência específica, como ministérios, secretarias e autarquias. A atuação da CNBB, nesses espaços, é marcada pelo

exercício da delegação e pelas estratégias inerentes aos procedimentos de negociações nos conflitos com o Estado, tendo como patamares a hierarquia e suas orientações básicas, definidos na Doutrina Social da Igreja.

Historicamente, ao exercer mediações na área rural e, em decorrência destas, a Igreja funciona como interlocutora obrigatória diante do Estado. Em geral, a eclosão de quaisquer conflitos de terra que envolvam camponeses, grupos indígenas e latifundiários, passam necessariamente pela intermediação destes dois centros de poder: Estado e Igreja.

É certo que os elementos que compõem a diplomacia perpassam diferentes contextos e têm caráter universal e transitório, em razão do “*perpétuo conflito*” entre Igreja e Estado. Gramsci analisa o “*conflito entre Estado e Igreja como uma categoria eterna histórica*”, levando em conta as acomodações que este tipo de oposição pode comportar. E continua:

Poder-se-ia acrescentar que num determinado sentido, o conflito entre Estado e Igreja simboliza o conflito entre qualquer sistema de idéias cristalizados, que representam uma fase ultrapassada da história, e as práticas atuais. Lutas entre conservadorismo e revolução, etc., entre o que foi pensado e o novo pensamento, entre o velho que não quer morrer e o novo que quer viver, etc. (1968:315).

Desde a Independência do país, em 1822, até a recente Constituição de 1988, todos os pactos políticos fundaram-se em concessões aos interesses dos grandes proprietários de terra. A estrutura do Estado brasileiro está, em parte, constituída com base nesses interesses, de modo que a propriedade fundiária é uma das bases essenciais do sistema econômico e, sobretudo, do sistema político. A Igreja Católica abençoou o pacto entre propriedade fundiária e Estado, de modo que sua ação pastoral, até meados dos anos 70, pautou-se nesta aliança.

Neste sentido, pode-se compreender por que motivo, no final dos anos 70, quando um sacerdote, uma religiosa ou um bispo saíam em defesa dos camponeses de sua paróquia ou de sua diocese, em caso de conflitos, imediatamente, se estabelecia o confronto entre Igreja e Estado. Os confrontos ocorridos nos anos 70 provocaram mudanças nas concepções e nas orientações do próprio trabalho pastoral.

A história do envolvimento da Igreja Católica na questão agrária do país, está vinculada à história das contradições sociais que a têm mobilizado,

particularmente, nos últimos quarenta anos, traduzindo-se em respostas pastorais, formuladas pela Igreja, para explicitar sua “*opção preferencial pelos pobres*” e, na própria interpretação que a Igreja desenvolveu, não só da situação dos pobres do campo, mas de sua prática e de suas idéias.

2.1 Os camponeses e a ação da Igreja Católica no Brasil

A partir de 1962, a Igreja Católica dirigiu esforços para fundar entidades sindicais de trabalhadores rurais, com o intuito de combater e disputar a organização dos camponeses com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), vinculada ao Partido Comunista (Canesin,1982). A ação objetivava recuperar e preservar a influência da Igreja com os camponeses. Desde meados dos anos 50, já vinha mobilizando o clero e o laicato católico numa tentativa de superar o fenômeno conhecido como “apostasia das massas” que, há décadas, inquietava as autoridades eclesíásticas no mundo inteiro.

Em 1961, a CNBB criou o Movimento de Educação de Base (MEB) que aos poucos foi assimilando a experiência popular como elemento de sua reflexão e orientação dos trabalhos. Vale ressaltar que o populismo que inspirou a pedagogia do MEB era mais da ordem do puro idealismo do que vinculado ao pacto político-social vigente, sem querer dizer que, na prática, seus termos se contradissem. *“Havia, por parte do MEB, uma idealização com respeito às potencialidades culturais e políticas das camadas populares naquele momento. (Bezerra,1980: 35)*

O MEB atuou numa vasta extensão territorial (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) com atividades sindicais no meio rural, alfabetização, animação cultural nas comunidades com treinamento de líderes locais, visando melhor participação política.

A estratégia adotada pela Igreja Católica tinha um caráter universal e, mesmo com as inovações do Concílio Vaticano II, correspondia ainda ao trabalho desenvolvido na Europa, nas primeiras décadas do século XX, denominado “Ação

Católica”, com o objetivo, sintetizado por Gramsci: “*Enfrentar o problema de conter a chamada ‘apostasia’ das massas, criando um sindicalismo católico*” (1968:281).

Ainda que na interpretação de Gramsci “*jamais se impôs aos empregadores que dessem um caráter confessional às suas organizações*” (1968:281), pode-se ressaltar uma distinção de tática, no caso brasileiro, ao se examinar as chamadas “Semanas Ruralistas”, entre os anos de 50 e 60. Estas semanas foram promovidas pelas dioceses, objetivando, conjugar simultaneamente, organizações dos chamados “fazendeiros” e de “lavradores”, com base no princípio de que a propriedade privada da terra consistia num “direito natural” e de que a aquisição de terras seria o instrumento mais adequado para a resolução dos conflitos agrários, além de elaborar um discurso que enfatizava o ideal de harmonia entre as classes, rivalizando e opondo-se frontalmente aos trabalhos de organização política do Partido Comunista com os camponeses.³⁴

A ação da Igreja Católica objetivava superar a “apostasia” nos anos 50 e 60, numa conjuntura em que o catolicismo não era mais a religião do Estado e, segundo Almeida (1991), apontava para uma certa “*cooperação tácita*” com o aparelho de poder, pelo fato de a propalada “*ida ao povo*”, naquele momento, não significar qualquer confrontação com o Estado, sugerindo uma intervenção anterior com o pretexto de harmonizar os conflitos no campo, que funcionavam muito mais como forma de controle social sobre os camponeses.

O documento “*Conosco, Sem Nós ou Contra Nós se Fará a Reforma Agrária*”, lançado em 1950, tem valor bastante significativo porque expõe idéias e preocupações que permaneceram no centro das inquietações da Igreja Católica nas décadas seguintes, tais como: “os dias confusos que vivemos”, o êxodo rural e o despovoamento do campo, os efeitos desagregadores da vida na cidade, o perigo comunista e a agitação política no campo. A ação da Igreja, naquele momento, ganhava sentido numa proclamação emblemática: “*Antecipai-vos à revolução*”.

³⁴ Em Campanha, Minas Gerais, por iniciativa de D. Inocêncio Engelke, a Ação Católica Brasileira realizou, na diocese local em 1950, sua primeira Semana Ruralista, contando com a participação de 60 párocos rurais, 250 fazendeiros e 270 professores rurais.

“*Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também o operariado rural.*” O pronunciamento do Bispo de Campanha intitulado “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Agrária”, conclamava os “patrões cristãos” a se anteciparem à legislação, promovendo um programa de ação social com os trabalhadores rurais. Alertava para as tentativas de ação política que poderiam levar à “revolução”: “*E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vejetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à Revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja*” (Engelke, 1986:47).

A antecipação à revolução traduz-se em um “programa mínimo de ação social”:

Tomado como ponto de partida e não como ponto de chegada de uma caminhada longa a se fazer nesse difícil e complicado mundo – o formado por relações, entre proprietários e fazendeiros, de uma parte, e colonos, camaradas, agregados e meros trabalhadores assalariados do campo, de outra parte. (Engelke, 1986:47)

A ação social deve pautar-se em trabalho de apostolado direto no campo por reconhecer *“inadiável humanizar a vida do camponês”*, a quem deve *“ser concedido o direito a propriedade privada, legítima aspiração a que tem direito toda família de agricultor sem terra”*. O documento em discussão propõe ainda:

Reforma da estrutura de base, visando à seleção e à formação de líderes rurais sobre cujos ombros repousa a tarefa da recuperação desse imenso proletariado dos campos. Só assim, apoiado na ação e na palavra de elementos tirado do seu meio, nos quais deposita toda confiança, o homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas e poderá contribuir para que sua numerosa classe venha a colocar-se em igualdade de condições com as demais classes dos atores urbanos. (Engelke, 1986:50)

A responsabilidade pelo rumo das transformações sociais, já inevitáveis, conforme assinalado, era concebida como sendo não só tarefa do governo e dos proprietários, mas também da Igreja. A ação pastoral se efetivaria, de um lado, por meio da reforma agrária, e, de outro, promovendo o aparecimento de lideranças entre os camponeses.

O documento teve motivação anticomunista, pois sintomaticamente, surgiu poucas semanas após o Partido Comunista lançar um manifesto a favor de uma reforma agrária radical. Martins assinala que a tradição conservadora deste documento não reside somente nas motivações anticomunistas nele contidas, mas na premissa de superioridade social da vida comunitária rural, na negação da luta de classe e no papel da Igreja no processo de transformação social presentes em todos documentos e práticas da Igreja, a partir das décadas de 50 e 60, como: *“Uma motivação que se manteve nítida até os documentos mais recentes do episcopado”* (Martins, 1994:101).

Para Martins (1994), a concepção e a prática pastoral fundamentam-se numa visão de mundo que a Igreja herdou da escravidão. Aponta, como um dos

pilares do pensamento conservador da sociedade brasileira, a concepção de que o mundo da fazenda era um mundo unitário e destituído de contradições e conflitos. O “bem comum” era entendido como o bem do fazendeiro e o do seu agregado, assim como, no passado, o bem do senhor era também o bem do escravo, resultando a interpretação de que as tensões e os conflitos, no meio rural dos anos 50 e 60, eram fruto de agitações que vinham de fora de um mundo harmonioso, a fazenda.

A filiação da Igreja Católica à tradição conservadora, absolutista e centralizadora, em oposição à tradição liberal, oligárquica e latifundista, alinhou-a às concepções, que mais adiante, nos anos 50 e 60, seriam desenvolvimentistas e modernizadoras, com grande atuação do laicato, que resultou na concepção da responsabilidade social das elites, inclusive dela própria. Essa tradição sempre cultivou idéias, que vêm do escravismo, de que o povo deve ser tutelado (e protegido), porque é socialmente incapacitado para decidir seu próprio destino.

Essas referências são fundamentais para explicar não só o progressivo envolvimento da Igreja Católica na questão agrária, a partir dos anos 50, mas também o modo como se deu esse envolvimento, que levou setores da Igreja a uma ação pastoral materializada no que se denomina “trabalho de base”. A natureza política do confronto com o Estado deu à Igreja uma experiência social nova e renovadora no trabalho direto com as comunidades rurais, e ressocializou os agentes religiosos.

Na mesma linha, o processo de modernização da Igreja Católica no Brasil ganhou novos impulsos, a partir da realização do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1963, que conferiu maior poder aos bispos, incentivando-os a se vincular às circunstâncias concretas em que desenvolviam suas ações pastorais, e definiu a “miséria do mundo” como um dos desafios impostos à Igreja. Novas práticas pastorais foram implementadas e a própria Igreja passou a proporcionar uma descentralização de poder, entre a Cúria Romana e as Igrejas locais, à medida que aproximava os clérigos das situações locais, inclusive, adotando uma nova liturgia da missa, que passou a ser rezada em qualquer idioma, com o celebrante de frente para os fiéis. Após o Vaticano II, a intervenção da Igreja Católica ante as questões sociais:

Deixou de ser uma simples delegação ao laicato através da Ação Católica, que atingia principalmente a classe média, para atingir uma posição mais abrangente de todo povo. (Athayde, 1980, *apud* Almeida, 1991: 52)

Novaes (1997) assinala que o clero, em contrapartida, passou a interessar-se pelo problema das organizações sindicais, de uma maneira diferente daquela preconizada pelas "Semanas Ruralistas". Começaram a ser fundados, com o apoio e orientação dos vigários, os sindicatos de "lavradores", também conhecidos como "sindicatos dos padres".

No meio urbano, no final dos anos 50 e meados dos anos 60, a reorientação doutrinária e operacional da Igreja Católica objetivava combater a "massificação" urbana que caracterizava o "mundo moderno", para o que não bastava reforçar os valores tradicionais vigentes no campo, mas resgatá-los, na medida do possível, nas cidades — valores ligados à família, à vida comunal, à solidariedade vicinal, aos modos de vida ditados pela tradição. Nesta perspectiva, deveria também dedicar-se à educação dos migrantes para que, nas cidades, pudessem resistir ao desenraizamento, à destruição de suas crenças, costumes e tradições. Finalmente, apresentava-se como desafio maior à transformação da massa urbana num "povo" capaz de partilhar valores comuns, de recuperar suas tradições e emergir, ordenada e tranqüilamente, no cenário político, respeitando as regras do jogo democrático.

A redescoberta e valorização do folclore, a criação de movimentos ligados à cultura popular, a organização e desenvolvimento de comunidades e a utilização do saber próprio da antropologia cultural e social, foram usados como inspiração teórica que pudesse contribuir para uma ação mais adequada e eficaz, fundamentação e materialização da prática pastoral. A finalidade era "não perder" o homem do campo, e no meio urbano, "reconquistar" os trabalhadores, atuando assim em contraposição ao socialismo laico, eventualmente anticlerical, ou ainda, à dissolução das crenças religiosas pelo avanço de outras formas de racionalização do mundo, como outras religiões portadoras de forte apelo às massas urbanas.

A Igreja buscou, então, novas estratégias de ação, para concretizar um projeto de modernização, conforme assinala Paiva:

Se a Igreja no passado não logrou impedir a liberação do pensamento político e social da teologia, o seu "aggiornamento" permitirá o desenvolvimento de correntes teológicas que buscarão integrar o moderno pensamento político e social, incorporando à discussão dos assuntos públicos o componente religioso e avançando na luta por impedir que a religião se torne definitivamente um assunto privado. (Paiva, 1985:14)

O alcance e os limites do *aggiornamento* da Igreja são permanentemente redefinidos, em função da disputa entre tendências internas, que se cruzam nacional e internacionalmente, provocando impacto nas orientações práticas das igrejas nacionais. A compreensão da sua ação no campo não pode deixar de considerar os valores tradicionais definidos pela instituição, bem como seus modelos ideais de sociedade. No entanto, a evolução específica das igrejas nacionais é determinante na forma de sua inserção na vida nacional e dos ajustes que ela é capaz de realizar, considerando tanto a dinâmica hierárquica-clero-religiosos-movimentos leigos, quanto as orientações provenientes do Vaticano, o que possibilita a conservação da união doutrinal, como um bloco social unificado, de forma que não se constituam oficialmente duas religiões. Segundo Gramsci,

Esta luta não foi travada sem que ocorressem graves inconvenientes para a própria igreja; mas estes inconvenientes estão ligados ao processo histórico que transforma a totalidade da sociedade civil e que contém, em bloco, uma crítica corrosiva das religiões. E isto faz ressaltar ainda mais a capacidade organizativa do clero na esfera da cultura, bem como a relação abstratamente e justa que a Igreja, em seu âmbito, soube estabelecer entre intelectuais e simplórios (Gramsci, 1989:16-17)

Valendo-se da relação dialética entre intelectuais e massa, a Igreja Católica, no Brasil, modernizou-se e lançou bases doutrinárias e orientações práticas, capazes de permitir à instituição enfrentar os dilemas do mundo contemporâneo, dando-lhes respostas “modernas”, tornando-se capaz de falar em nome de interesses universais do homem, da paz mundial, da justiça social, da democracia de base, da vida e da sobrevivência da humanidade adquirindo, deste modo, maior legitimidade e autoridade moral para interpelar o Estado e seus governos. A Igreja autodefine-se como: “Mãe e mestra dos povos”³⁵.

Assim, gradativamente, a Igreja Católica foi reformulando sua atuação no meio rural, passando por várias etapas, exprimindo as situações-limite de redefinição e de ajustamento de uma prática tradicional, pautada, não só nos valores universais, mas, especialmente, nos compromissos assumidos historicamente, que lhes serviam de base para o seu poder no meio rural. Ela busca sua legitimação no meio rural para influenciar a relação com o Estado. A questão agrária colocou-se

³⁵ Cf. Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII.

como foco da atuação da Igreja, na década de 70, o que possibilitou ruptura e/ou redefinições do pacto com o Estado.

A integração da Igreja Católica na frente de oposição ao regime militar ampliou enormemente suas alianças com os grupos políticos, por meio das quais ela somou às suas forças um considerável contingente de pessoal qualificado, que se integrou ao trabalho pastoral. O estreitamento da relação entre Igreja e “povo marginalizado” se fez produzindo novas concepções de mundo, transformando-se, no que Gramsci denominou de movimento cultural emergente,

Isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como “premissa” teórica implícita (que é uma ideologia, poderemos dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica de todo bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela ideologia. (Gramsci, 1989:16)

Para Gramsci, as ideologias são concepções de vida, “visões de mundo” e, por isso mesmo, essencialmente atos políticos com a função de obter o consenso das massas na conquista da direção moral e cultural da sociedade. Sendo assim, as ideologias não são julgadas por critérios de verdade ou falsidade, mas por sua eficiência em termos práticos/políticos. Para o autor,

As ideologias não são de modo algum arbitrarias; elas são fatos históricos reais, que devem ser combatidas e denunciadas em sua natureza de instrumento de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra, como momento necessário de inversão da práxis. (Gramsci, 1989: 269-270)

Gramsci entende também que todos os homens são “filósofos”, possuem uma filosofia espontânea, uma concepção de mundo, que se expressa em sua linguagem, no senso comum, na religião popular e no folclore. Porém, a filosofia como concepção crítica do mundo, como forma de conhecimento, realiza a crítica da filosofia espontânea, transformando o senso comum no “bom senso”. Assim, a filosofia crítica, sendo conhecimento e posição política, simultaneamente transforma-se em verdadeira filosofia da práxis, em projeto para o futuro. Todo o pensamento gramsciano dirige-se para o entendimento da dialética entre filosofia espontânea

(cultura popular) e filosofia crítica (“da práxis”), para o entendimento da organicidade entre a massa (povo) e os intelectuais (os dirigentes políticos) no seio das classes subalternas. E acrescenta:

O homem ativo da massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção “verbal” não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permite nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonia” política, de direções contrastante, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. (Gramsci, 1989:20-21)

Por sua vez, a “filosofia da práxis” exige a unidade orgânica entre o homem ativo da massa e o intelectual, justamente para: *“Forjar um bloco intelectual-moral, que torna politicamente possível um progresso intelectual da massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1989:20).*

Se de um lado, uma parte da massa, ainda que subalterna, é dirigente, de outro lado, uma camada mais ou menos autônoma e independente, não necessariamente saída do seio das classes subalternas, mas identificando-se ideologicamente com elas, apesar de não estar comprometida com as mesmas no nível de suas necessidades – econômicas e imediatas – será capaz de conceber mais claramente os caminhos do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”, tornando-se assim seus intelectuais orgânicos.

Nesse sentido, o intelectual é um educador e um organizador que, ao fazer crítica à concepção de mundo antagônica à de sua classe, ao participar da elaboração da concepção de mundo implícita na prática de sua classe, e ao difundir-la, atua como mediador da classe social que representa, em vista de sua organização mais lúcida e coerente. Seu papel na formação e organização dessa consciência possibilita-lhe um contato real com a história, o que permite o seu avanço na conquista de uma maturidade ideológica.

O campo social, em que se realiza a dialética intelectual-massa, será basicamente uma rede de instituições sociais representativas das classes subalternas: o conselho de fábrica (formação histórica, nascida pela consciência de si própria de uma parte dos produtores e destinada a dominar o aparelho de produção), o sindicato (associação voluntária, que coordena as forças produtivas) e o partido (associação voluntária, modelo vivo e dinâmico de uma nova conveniência social que une a disciplina à liberdade).

Para Gramsci o partido é um “intelectual coletivo” pois: *“Todos os membros de um partido político devem ser considerados como intelectuais (...) nele importa a função, que é dirigente e organizativa, ou seja, educativas, isto é, intelectual”* (Gramsci, 1989:15).

São estas as principais contribuições do pensamento de Gramsci para compreender a ação da Igreja Católica com os camponeses, no tocante à sua constituição em sujeitos sociais e políticos no período pós-1964. Essa atuação veiculou uma identidade político-religiosa, uniu a luta pela terra à fé, e colocou em um único projeto a luta política e uma nova concepção de cristianismo.

Ao mesmo tempo em que expandia seu trabalho, tanto do ponto de vista geográfico, como qualitativamente, a CPT desenvolveu uma Teologia da Terra, reflexão sobre os elos de ligação entre a fé e a vida dos trabalhadores rurais, que têm na terra seu ponto central. Dessa forma, como aponta Novaes, tende:

A constituir-se um discurso religioso totalizador, que busca articular todas as dimensões da vida social, e dessa forma, capaz de gerar novas identidades. Uma identidade religiosa que dá contorno e justifica a luta política. Vinculando a esse discurso, organizou-se toda uma prática que passou a disputar a direção de lutas dos trabalhadores, procurando investir-se no papel de seu “intelectual orgânico”. (Novaes, 1985:243)

2.2 A Pastoral da Terra nasce na Amazônia legal

O golpe militar de 1964 alterou completamente a situação no campo e deu à questão agrária um novo enquadramento. A Igreja estava, de certo modo, atendida nesse momento. Ao contrário de seus adversários — movimento sindical e

partidos políticos — que foram duramente reprimidos, a Igreja Católica, não obstante ter sofrido algumas perdas e defecções, manteve quase intocadas suas estruturas de atuação no campo, uma vez que membros do clero, que não acataram a orientação da hierarquia eclesiástica, aceleraram seu desligamento da Igreja Católica. O mesmo aconteceu com algumas entidades que mobilizavam o laicato. As rupturas não representaram fatos novos, já que vinham ocorrendo desde 1962. A militância católica encetou um processo de afastamento gradativo das posições da hierarquia, desvinculando-se completamente dela, logo após o golpe militar.

O desmantelamento das organizações e a persistência dos mecanismos de coerção tiveram efeitos altamente desmobilizadores no campo. A repressão incidiu sobre um aspecto particular da ação dos católicos, a educação e conscientização dos camponeses. A Igreja Católica conseguiu conviver com os militares até 1968, quando o confronto se tornou inevitável, pois a reforma agrária implementada pelos militares revelou-se um mero instrumento de modernização econômica, uma questão técnica, parte de uma estratégia de preservação da ordem institucional.

O movimento sindical e partidário — ausente no campo, em razão da repressão militar — poderia contribuir para reduzir a dominação local e auxiliar os camponeses a se contraporem aos atos coercitivos do regime. Sua ausência impeliu os camponeses para a margem da cena política constituída. Nos interstícios da crise de intermediação política, a Igreja Católica passou a atuar no campo e, aos poucos, foi alcançando condição de principal mediadora, tanto pela capacidade de intervir nos conflitos agrários, como por recolocar o debate da sua resolução nos termos da redemocratização do país aos aparelhos de poder. Segundo Krischke,

Parece estar aí a chave para entender-se a tenacidade e a capacidade de adaptação e difusão das tendências oposicionistas ao regime militar dentro da Igreja. Na medida em que a sociedade continua marginalizada do processo político, os diferentes interesses de classe tenderão a expressar-se nas instituições culturais, sob formas mais ou menos radical. No caso da Igreja isto se dá, seja sob a forma da afirmação utópica de valores e normas alternativas aos sancionados oficialmente pelo Estado, seja sob forma de compromissos tópicos, porém fundamentais, como os relativos aos direitos humanos, à questão da terra e dos índios. (Krischke, 1979:105)

No final dos anos 60, a Igreja Católica intensificou o “trabalho de base”, em um momento em que as organizações e partidos políticos, antes concorrentes, achavam-se na clandestinidade e tinham como questão central a derrubada da

ditadura militar recém-instaurada. Essas organizações desenvolviam formas de ações armadas contra o regime militar, menosprezando os chamados “trabalhos de massa”. De igual modo, as organizações que não adotaram as ações armadas achavam-se debilitadas, permeadas por inúmeras divergências internas e com táticas de atuação coladas à reorganização do proletariado urbano, sem qualquer projeto maior de retomada do trabalho com os camponeses.

O *locus* privilegiado da referida “diplomacia” entre a Igreja e o Estado foi a região Amazônica. O florescimento da mediação, perpetrada pela Igreja Católica, diz respeito à relativa mobilidade no sistema de relações sociais, dificultando a mediação tradicional dos poderes locais; à fragilidade da estrutura sindical com a proeminência dos denominados “posseiros”; à presença do Estado considerada “fraca”. As tensões sociais e os conflitos violentos decorrentes da nova ocupação territorial propiciaram, na Amazônia, o espaço para a Igreja Católica tornar-se a principal mediadora dos conflitos agrários.

Diante de tais condições, a Igreja Católica reavaliou seus trabalhos na Amazônia, no sentido de redefinir a ação missionária tradicional com o camponês. O campesinato era considerado, por grande parte dos grupos de esquerda, incapaz de combater com firmeza, sem a orientação transformadora do proletariado urbano e industrial, o que inibia uma ação organizativa regular dos segmentos camponeses por parte dos grupos de oposição. O relativo menosprezo ao campesinato, mantido pelas organizações de esquerdas, de certa forma, foi suprimido pela Igreja Católica, sem que ela própria imaginasse os resultados e as implicações sobre suas formulações futuras e sobre sua estrutura funcional.

A mediação da Igreja Católica começou a consolidar-se no momento em que o poder de coerção do Estado dirigia-se prioritariamente contra as guerrilhas e tratava repressivamente todos os movimentos sociais, dispondo-os à margem dos dispositivos legais. A atuação da Igreja Católica desenvolveu-se valendo-se da marginalidade a que era submetida na cena política, sem possibilidades imediatas de representação.

O alto grau de violência e a multiplicação das disputas pelas terras na região Amazônica impuseram a necessidade de intermediação entre os camponeses e o Estado, o que possibilitou que a Igreja Católica entrasse em cena, graças ao seu prestígio e legitimidade.

No primeiro momento, a mediação possibilitou a institucionalização dos conflitos agrários que não eram, igualmente, reconhecidos pelo Estado. Em outro momento, “o trabalho de base” foi detectando problemas concretos da vida camponesa que, aos poucos, transformaram o cotidiano de missões, prelaças e bispados e, conseqüentemente, os centros eclesiais de decisões. As questões particulares dos posseiros começaram a fazer parte dos documentos oficiais da Igreja Católica, que se credenciou, na região, como uma “intermediação confiável”. Assim, o acirramento dos conflitos sobrepôs-se à arte das negociações e, quanto mais se credenciavam, mais as entidades se distanciavam dos aparelhos de poder.

Até o início da década de 70, os documentos da Igreja Católica não fizeram qualquer menção explícita à existência de conflitos sociais no campo e suas diretrizes pastorais referiam-se a uma possível solução para os problemas dos trabalhadores — direito à posse da terra — como situação concreta para a negociação com os órgãos fundiários, e encontrar solução para os conflitos.

A princípio, a Igreja pretendia manter-se em posição crítica e equidistante, em face da ação repressiva dos aparelhos de poder, e da posição de luta armada defendida e praticada pelos grupos de oposição ao regime ditatorial. Concebia os problemas dos posseiros como circunscritos ao nível jurídico, e em possíveis ajustes no mercado de terra. A despolitização dos conflitos agrários parecia, entretanto, ser mais do que uma mera estratégia, pois recomendava a aplicação do Estatuto da Terra, no que se referia à aquisição de terras, sem reivindicar a utilização do instrumento de desapropriação por interesse social, o que revela uma ação pautada num conceito de reforma agrária restrita e parcial, em conformidade com o Estatuto da Terra.

Esse posicionamento aproximou-se das concepções tradicionais da Igreja nos anos 50 e 60, veiculadas por intermédio das “Semanas Ruralistas”. Naquele momento, a aquisição de terras como solução, numa circunstância histórica completamente diferente, e ao mesmo tempo, contraditória às práticas que eram desenvolvidas por inúmeros clérigos no Norte do Mato Grosso, no Acre e no Maranhão, já transcendiam a adoção do instrumento e apontavam para outras medidas ante os conflitos possessórios. Ainda que incipientes, em 1969, desdiziam a pretensa continuidade esboçada pela medida de compra de terras em litígios, e se orientavam para o efetivo reconhecimento das pequenas posses ameaçadas pela

ação de grileiros, de companhias particulares de colonização e de projetos que contavam com incentivos fiscais.

A Igreja Católica, mediante inserção no cotidiano dos posseiros, vivenciava transformações na sua ação pastoral e no gênero dos documentos produzidos. Das “notas” e “cartas” redigidas, em tom conciso, utilizando dados gerais dos anos anteriores, a “carta pastoral”³⁶ passou a ser o principal instrumento de denúncia e politização dos conflitos, tornando os agentes pastorais os principais organizadores no campo. Assim, a Igreja, gradativamente, assumia a posição de mediadora preferencial, impondo-se às instituições confessionais, e em confronto com os aparelhos de poder, condição necessária, para além das vontades, caso queira se manter como “confiável” aos olhos dos camponeses.

A observação direta, o convívio com os novos sujeitos da ação, o conhecimento geográfico e as verificações *in loco* permitiram que os membros do clero acumulassem um conjunto de impressões sobre o modo de ser, sentir e viver dos camponeses. A análise da matéria-prima fundamentou as elaborações mais refinadas, que ganharam corpo no âmbito das instituições religiosas. Assim, a prática apostólica dos clérigos direcionou-se para o estabelecimento de relações primárias com as famílias camponesas, redefinindo sua ação de catequese, prestando serviços pedagógicos e de saúde, porém, privilegiando a terra como questão de direito essencial para as populações indígenas e camponesas. Executam, também, programas de educação sindical. Para colaborar com os novos serviços, a Igreja Católica começou a formar os líderes locais, cuja ação voluntária, combinada com a visita dos agentes de pastoral, assegurou a regularidade da ação pedagógica.

As dioceses e prelazias realizavam suas atividades revitalizando os rituais e as cerimônias litúrgicas, e incorporam objetos que simbolizam a “simplicidade camponesa”. Também, os espaços próprios das instituições religiosas tornaram-se locais de reuniões, de cursos e treinamento sindical para camponeses de diversos povoados. Os espaços do sagrado foram redefinidos.

³⁶ Documento denso, nos moldes de um estudo, com dados estatísticos, informações geográficas e propostas políticas que expressam o conteúdo de formulações de autoridades eclesiásticas, relativas à concentração fundiária e aos conflitos sociais no campo. Em outubro de 1971, surgiu a primeira carta pastoral que explicitamente reconhece a situação de confronto entre a ação da Igreja na Amazônia e o latifúndio: “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” (São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971).

Para Martins, o sagrado e o profano no cotidiano dos camponeses misturam-se. O religioso e o não-religioso articulam-se na mentalidade do homem comum, embora ele mesmo os hierarquize, segundo seus próprios critérios culturais. Na combinação-separação de senso comum, o discurso eclesiástico possui ou não importância, tem ou não sentido, para os trabalhadores rurais. A religiosidade popular possibilita uma progressiva e crescente sensibilidade dos camponeses para um discurso religioso, com forte conteúdo político, mesmo que as motivações, de quem o elaborou fossem estritamente religiosas e, muitas vezes, missionárias e políticas. Martins acrescenta que,

Este aparente equívoco recíproco, na verdade, é um acordo tácito decorrente de uma necessidade social de ambos os lados, da Igreja e "povo", existe a tentativa recíproca de apropriação da fala do outro e da força do outro. (Martins, 1988:59)

A aproximação entre a hierarquia eclesiástica e as populações indígenas e camponesas resultou na compreensão de que a Igreja deveria agir em nome dos "marginalizados", porque eles são as "vítimas", cujos direitos elementares foram negados, o que justificaria às autoridades religiosas "agir por delegações". Esta concepção e prática nortearam as relações das autoridades eclesiásticas com os aparelhos de poder. Os bispos assumem a intermediação dos conflitos em sua plenitude, em resposta clara à ação repressiva do Estado.

Em decorrência dessa postura, ampliou-se o campo de interlocução, envolvendo outros aparelhos de poder. As autoridades eclesiásticas dirigiam-se também aos órgãos fundiários oficiais e, para melhorar o desempenho, buscaram assessorias especializadas de advogados, cientistas sociais e agrônomos. Os saberes práticos de natureza aplicada tornaram-se essenciais para o acompanhamento da tramitação de processos, referentes aos "litígios" e "pendências", como são definidos operacionalmente os conflitos agrários.

Em meados dos anos 70, a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) era redefinido, no sentido de alterar a "colonização dirigida" e incentivar os novos empreendimentos agropecuários. A política de incentivo à ocupação das novas áreas voltava-se inteiramente para as grandes empresas. A Igreja Católica passou a enfatizar a importância das "pesquisas" e a observância dos dispositivos legais no tocante à aplicação do Estatuto da Terra. As

chamadas questões “técnicas” tornaram-se parte importante na atuação das instituições religiosas, respaldadas pelos saberes práticos das assessorias especializadas das dioceses e prelazias, as quais contribuíram para o aprofundamento dos dados levantados pelas comunidades, instrumentalizando os trabalhadores na crítica à ação fundiária do Estado e às medidas diante dos conflitos. Por sua vez, os clérigos eram estimulados a produzir relatórios detalhados sobre os conflitos agrários, dotando de maior força a ação da Igreja Católica diante do Estado.

O acompanhamento *in loco* dos conflitos colocava cada vez mais os bispos e clérigos numa postura de politização das “técnicas”, porém os camponeses no Norte do Mato Grosso, Maranhão e Acre contestavam a ação fundiária do Estado. No restante da Amazônia, prevalecia a prática da negociação da Igreja e órgãos fundiários, ressaltando-se a autoridade dos aparelhos de poder, e priorizando mais as “técnicas” do que as relações sociais que as condicionam cabendo à Igreja o papel de negociadora dos conflitos, em parceria com os órgãos fundiários do Estado.

Conforme assinala Almeida (1991), as diferenças de encaminhamento da ação pastoral não chegam a delinear táticas ou normas de procedimentos pastorais distintos na região, as quais, todavia, emergem quando as instituições religiosas percebem a necessidade de uniformizar suas práticas, e desenvolver uma ação mais completa e coordenada na região Amazônica. Segundo o autor, essa iniciativa partiu de D. Moacir Grecchi, bispo do Acre, ao convocar todos os bispos da região para um encontro em Goiânia/Goiás, entre os dias 19 e 22 de junho de 1975.

O aprofundamento das diversas práticas pastorais, com base no acervo documental acumulado nas diversas experiências, e o conhecimento factual, levaram os 67 participantes do encontro, representando 27 dioceses e prelazias da Amazônia Legal, à definição de forma mais global, de suas proposições de “reforma agrária” e a decidir por uma nova estrutura operacional, que abrangesse a Amazônia Legal, como um todo, com objetivo de organizar em cada diocese ou prelazia, uma assessoria jurídica de caráter permanente e promover uma ampla ação pedagógica sobre a sindicalização e os direitos dos trabalhadores rurais. Os conflitos agrários passaram a ser tratados de maneira mais abrangente e sua solução estava ligada à

efetivação da reforma agrária “em cumprimento ao Estatuto da Terra” (CNBB, 1976, v13).

2.3 Estrutura organizativa da CPT

O surgimento da CPT, em 1975, e sua posterior estruturação decorreram de um trabalho desenvolvido por algumas igrejas particulares e grupos de pessoas que, motivados pela fé e pelo Evangelho, já prestavam serviço às famílias camponesas, sobretudo na fronteira agrícola da Amazônia. A realização da tarefa de assessorar, interligar e dinamizar as lutas de resistência dos “lavradores”, tirando-os do isolamento, tornou necessária a estruturação de uma “Comissão”, inicialmente regional e, posteriormente, nacional:

Sua missão, uma vez viabilizada através do reconhecimento da CNBB como organismo pastoral autônomo, foi definida exatamente em função dos desafios enfrentados pelas igrejas da Amazônia. Evitando ser um movimento, para não repetir experiências anteriores e para não substituir iniciativas e organizações autônomas dos trabalhadores, ela deveria ser uma comissão: um serviço em favor do crescimento da articulação, proporcionando as assessorias necessárias, promovendo a dinamização dos trabalhos pastorais em favor das comunidades camponesas da região. (Poletto, 1997:35, grifos no autor)

Inicialmente, o trabalho tinha caráter eminentemente voluntário, missionário, itinerante e sem grandes estruturas nacionais ou regionais. A partir dos anos 80, a presença de equipes regionais em quase todos os estados e a composição de um Secretariado Nacional constituíram a principal estrutura organizativa da CPT, garantindo sua articulação em nível nacional.

Seu ponto de partida foi o trabalho de base realizado pelas Equipes Locais, também chamadas de Microrregionais, Equipes de Área ou Equipes Diocesanas, e até hoje definem os passos a serem percorridos, de acordo com as linhas nacionais, deliberadas em assembleias pelo conjunto dos Regionais.

Os Regionais são formados por um ou mais estados. Cada Regional é composto por Equipes Diocesanas, Conselho Regional e um Secretariado Regional. Os Regionais têm autonomia para definir sua estrutura e seu plano de trabalho. O

Secretariado Regional atua assessorando, subsidiando e articulando as equipes locais, e busca fortalecer o trabalho, possibilitando uma compreensão mais ampla da realidade, que extrapole os limites de cada área. De acordo com documento avaliativo da CPT,

A maioria das CPT's vive um processo pendular entre centralização e autonomia das equipes, unidade e diversidade. A vinculação com algumas Dioceses tem levado a situação de impasse, quando estas passam a não respaldar seu trabalho ou buscam enquadrá-lo numa perspectiva mais in'ra-ecclesial, ou transformá-lo em Pastoral Rural. (CPT, 1997:177)

Gestada pelas condições históricas, a CPT foi uma irrupção necessária dentro da Igreja, naquele momento, significando *“a novidade de um outro pólo de aliança da Igreja Católica, não mais o Estado e as elites, mas os trabalhadores”* (Costa, 1997:39). Graças ao contexto de autoritarismo e obstrução dos canais de representação política e pela sua atuação nos conflitos, a CPT atuou com os camponeses, colaborando para que se constituíssem em atores sociais.

A CPT formou-se de um expressivo corpo técnico composto de advogados, agrônomos, economistas, sociólogos etc. e de um contingente significativo de clérigos, designados para acompanhar *in loco* os conflitos.

A atuação da CPT com os camponeses foi inicialmente facilitada pela incorporação de uma linguagem que articulou a religiosidade ao cotidiano da vida política. Fez-se a politização de rituais que simbolizavam a vida camponesa: “missa da terra”, “romaria da terra”, “caminhada” e “canções da terra”. O resultado dessas práticas é visível no crescimento das instituições confessionais nas regiões conflituosas, entre os anos de 1976 e 1985, solidificando sua condição de principal mediador.

As práticas rituais objetivavam reforçar os laços solidários fundados nas crenças e na ação camponesa. Verificam-se, pois, inúmeros atos derivados em cada uma das “romarias” e “caminhadas”, tais como: benzer cruzeiros, recitando fórmulas litúrgicas relacionadas a episódios bíblicos, como a passagem dos hebreus pelo Mar Vermelho, dirigida por Moisés; celebrar missas campais; realizar cultos a cada distância percorrida, remontando à via sacra; realizar vigílias e jejuns, entoação de cânticos religiosos nos intervalos das assembléias e reuniões deliberativas.

Essas atividades limitavam-se aos ritos de agregação, que realizam função transitiva entre o fato político da organização camponesa e o fato religioso de

crença na sua eficácia. A religiosidade popular, põe em prática, por meio de representações, de mitos e de atos presentes na ocupação de certas regiões amazônicas, como as chamadas “Bandeiras Verdes” e as “terras libertas” (terras devolutas), ocupadas recentemente.

“Bandeiras Verdes” são comunidades camponesas da região, formadas em decorrência de uma motivação religiosa, e que se embrenharam na mata, a partir da década de 60. Chamadas, na maioria das vezes, de romarias – Romaria do Padre Cícero, da Santina, do Zé Ribeira, Missão da Maria da Praia, Organização do Divino Pai Eterno – e dirigidas por líderes portadores de mensagens espirituais, estas comunidades dirigiam-se para a “bandeira verde”, identificada com a mata virgem.

Para Vieira (1988), essas comunidades parecem ser um caso limite do campesinato, em que o projeto de autonomia, também familiar, ganha o caráter de projeto coletivo e de utopia. Sua formulação torna-se possível, por meio da mediação religiosa de seus líderes.³⁷

Para Martins (1993) o movimento Bandeira Verde está essencialmente ligado a idéia de espaço, já que o posseiro é um itinerante; é o espaço da itinerância, na busca de uma terra que significa para o posseiro a liberdade. A liberdade em função de várias coisas e acrescenta:

Ela tem um sentido cósmico, eles se movem, geralmente, de leste para oeste. Encontrei esses grupos de posseiros em diferentes lugares — nas ilhas do rio Tocantins, na beira do Araguaia, em Rondônia, quase todos indo numa direção só, a do pôr-do-sol. É o mesmo sentido de direção da Via Láctea, que é visível, no Brasil Central, à noite. (...) esse espaço imaginário funciona como uma espécie de atlas dos grandes deslocamentos dos camponeses em direção a um lugar determinado, cujo rumo conhecem, mas não sabem onde fica, e que só reconhecem, ao chegarem lá, pelos sinais que o identificam. (Martins, 1993: 58-59)

A Igreja Católica passou a apoiar o sistema de produção econômica do camponês, financiando projetos, mediante captação de recursos doados pelas organizações de igrejas internacionais, com o objetivo de organizar a pequena produção agrícola familiar, com aquisição de máquinas agrícolas, animais de tração, assistência técnica, etc., em regime de uso associativo, como forma de quebrar as redes de dominação locais.

³⁷ Ver ainda Vieira (1984).

A mediação exercida pela Igreja Católica objetivava romper a concentração fundiária e o monopólio do crédito, os sistemas de patronagem e dominação tradicional, ou seja, sua ação confrontava os interesses dos tradicionais detentores do poder local, e também dos chamados “investidores do centro-sul do país”, que detinham imensos domínios territoriais.

A ação repressiva dos “latifundiários” alcançou os camponeses, clérigos e agentes de pastoral com ameaças de morte, atentados e assassinatos em diferentes regiões da Amazônia. A hierarquia eclesiástica reagiu, excomungando os “latifundiários” que violam templos e atentam de maneira violenta contra seu trabalho pastoral e seus pronunciamentos dão uma conotação política aos conflitos: *“a questão agrária é uma questão política”*. Este enfrentamento potencializa a legitimidade da Igreja Católica, possibilitando a competitividade com partidos políticos e com o próprio aparelho de poder.

A Igreja Católica atua, então, como partido político, na concepção de Gramsci (1968: 22-28), como um amplo movimento de parâmetros ideológicos mais alargados e de forte conotação religiosa. A sua capacidade de aglutinação e mobilização não pode ser menosprezada, mesmo se forem consideradas as tomadas de posição da hierarquia eclesiástica.

A CPT tornou-se instrumento por meio do qual a presença da igreja expressou-se nas regiões de conflitos sociais camponeses. Ela propôs-se a constituir-se num canal de expressão e apoio para que os trabalhadores se organizassem, especialmente em sindicatos, e exigissem respeito aos seus direitos reconhecidos em lei e, até mesmo, avançassem na direção do reconhecimento legal de seus costumes relativos à concepção do direito de propriedade. Em certo momento, os militares chegaram a temer que a politização, estranha aos quadros partidários submetidos ao jogo do poder e do Estado, criasse uma força política de fundo religioso. O General Golbery do Couto e Silva utilizou-se desse argumento para propor a abertura política, a fim de que instituições como a Igreja retornassem a suas funções apolíticas (Couto e Silva, 1981).

À medida que cresciam os conflitos agrários, ampliava-se também a ação pastoral junto aos camponeses. A eficácia da mediação advinha das condições históricas em que os conflitos agrários se desenvolviam, em consequência da reprodução ampliada do capital no campo, materializada na dominação sobre novos territórios, no crescimento e “modernização” da agricultura. A Igreja Católica,

valendo-se da debilidade dos partidos políticos, na região, tornou-se a principal força social capaz de realizar a mediação nos casos de conflitos, cujas implicações são estruturais.

Em 1975, com a criação da CPT, ocorreu a unificação dos métodos de ação e parte de setores da Igreja Católica fez oposição organizada às entidades patronais do Amazônia Legal. Esse período foi marcado por grandes mobilizações camponesas e generalização das Romarias da Terra, significando a valorização e renovação de formas tradicionais de expressão da religiosidade popular, que segundo Poletto,

Deram à vivência da mística e da espiritualidade da terra um caráter de massa e mobilizador, de denúncia da violência e da injustiça e de anúncio da vontade de Deus em relação à terra e ao seu povo no Brasil, de celebração e de compromisso público. (Poletto, 1997:54)

Em clima de intensa mobilização dos trabalhadores rurais, foi realizada, entre os dias 5 a 14 de fevereiro de 1980, em Itaici (SP) a 18ª Assembléia Geral Extraordinária da CNBB, que se constituiu em momento de "consenso", com a aprovação do documento "Igreja e Problemas da Terra", em que eram apresentadas posições em defesa da reforma agrária, da propriedade familiar, dos direitos de posse e da demarcação das áreas indígenas, formulando críticas ao processo de concentração fundiária, às políticas governamentais, aos incentivo fiscais, e à propriedade capitalista da terra em geral.³⁸

Esta força crescente catalisou e deu forma às reivindicações dos movimentos sociais no campo, pressionou o Estado para efetuar reformas institucionais e, sobretudo, para "agilizar" os instrumentos de ação fundiária. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) foi criado no dia 1º de fevereiro de 1980, quatro dias antes da 18ª Assembléia, revelando como uma das prioridades da ação governamental a administração dos conflitos e a interferência, de forma mais racional, nas organização dos trabalhadores. O Estado tornou-se explícito e diretamente interessado em inúmeros conflitos, por meio de seus projetos e atos administrativos (portarias, exposição de motivos e decretos), deixando a postura de omissor ante os conflitos ou de interventor pontual, para tornar-se agente promotor dos conflitos, em particular, porque as demandas não atendidas se

³⁸ Cf. Documento CNBB. *Estudo da CNBB*, São Paulo: Paulinas: 1980, v.13

avolumaram e as pressões sociais cresceram e, desta forma, a atuação do GETAT atualizava o confronto.

A CPT passou a publicar anualmente os " Conflitos de Terra no Brasil" e desde então, começou a se defrontar abertamente com o Estado, também, no campo da produção de conhecimentos localizados.

2.4 A transição política e a emergência de novos mediadores

O final dos anos 70 e o início dos anos 80 foram marcados pela eclosão das lutas no campo e nas cidades, e evidenciou-se plenamente a crise militar, marcada por dificuldades de natureza econômica, pelo fortalecimento de setores oposicionistas no interior da própria burguesia e pela contestação popular. O conjunto desses fatores convergiu para o processo de abertura "lenta e gradual", resultando na transição negociada, e na escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República.

A anistia trouxe à cena política novos atores, com a conseqüente volta dos exilados por imposição do regime, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, as greves rurais e urbanas, as reivindicações por melhores preços de produtos agrícola, a luta pela terra.

Da perspectiva dos trabalhadores, esse momento significou uma profunda crítica à estrutura sindical vigente. Enraizada na prática de resistência acumulada durante os anos anteriores, ganhou densidade a discussão sobre o papel do sindicato na sociedade e na política e sobre a natureza da relação, que estabelecia com as suas bases e que, em 1983, se corporificariam com a criação de duas centrais sindicais que desempenhariam importante papel na constituição e organização dos assalariados: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

No campo político partidário novos partidos foram criados, dentre os quais o Partido dos Trabalhadores (PT), que teria papel fundamental na mobilização das classes subalternas e canalização das reivindicações da sociedade brasileira.

Ao longo da década de 80, o PT disputou eleições em todos os níveis, expandindo-se também no campo, com a articulação do movimento sindical rural.

No final de 1983, iniciou-se uma campanha, de grande repercussão popular, em prol da realização de eleições diretas. Sucessivos atos públicos, nas principais capitais do país, colocavam milhares de pessoas nas ruas, exigindo “Diretas Já”.

Durante o período ditatorial, o papel da Igreja Católica, como mediadora dos conflitos envolvendo camponeses, era mais nítido e sua atuação estava colada às lutas imediatas dos trabalhadores. A inserção dos agentes de pastoral à vida cotidiana dos camponeses transformou a Igreja Católica em principal mediadora das lutas sociais no campo. A Igreja Católica adquiriu esta posição, impulsionada pelos mecanismos de repressão do regime militar e/ou pela ausência das organizações políticas e sindicais, em especial, na região Amazônica. No período de transição política, continuou adensando forças numa permanente colisão com os aparelhos de Estado, e por outro lado, começou a disputar espaços com organizações e com o próprio movimento social que se rearticulava no início dos anos 80.

Em 1983, a CPT começou a abandonar os seus compromissos de luta com os trabalhadores rurais (ação direta) para assessorar, direta e indiretamente, as iniciativas de fundação de sindicatos, das oposições sindicais, da organização dos partidos, do Movimento dos Sem Terra, etc.; quer dizer, começou a priorizar as lutas mediadas pelas instituições oficialmente legalizadas. Sua ação passou do compromisso de “libertar a fala do povo” para a “organização institucional” dos interesses dos trabalhadores e de suas lutas. Até 1982, a proposta da hierarquia da Igreja era de “trabalhar por dentro para converter a paróquia” e não se cogitava criar qualquer estrutura institucional para a própria CPT.

A partir de então, a mediação, que era conduzida no sentido de solucionar os conflitos localizados dirigiu-se para a educação política e suas formas renovadas de organização, tendo como ponto de partida os partidos políticos, as centrais sindicais e um envolvimento sempre crescente com a organização autônoma das iniciativas dos sem-terra e não com os posseiros, como em 1973. Os efeitos dessa nova direção não foram tão intensamente percebidos até 1985, porque a luta pela terra continuou tão viva e forte entre os trabalhadores, que o Estado procurou administrar os conflitos agrários.

Apesar de manter o discurso da prioridade à organização das bases, a CPT passou a interferir sobremaneira na organização de oposições sindicais, nas eleições sindicais, nas Federações de Trabalhadores, na Confederação dos Trabalhadores (CONTAG), na organização das instâncias da CUT e na organização de núcleos e diretórios municipais, regionais e nacional do PT, o que relativizou o valor dos movimentos sociais e das organizações de bases. Esta opção facilitou o controle do Estado sobre a luta popular pela terra e pela democracia no país.

Em conseqüência, a CPT enfrenta um processo de “crise de identidade” por não se reconhecer nem como “pastoral”, nem como organismo de representação dos interesses econômicos e/ou políticos populares. É uma instituição vinculada à CNBB, mas não se identifica com a Igreja Católica, apesar receber o suporte político e financeiro. Sua ação burocratiza-se e já não realiza ação direta com as bases populares, sendo, portanto, considerada dispensável por esta e pelas demais instituições de apoio à luta popular no campo, porquanto sua assessoria não é especializada nem em “pastoral”, nem em outra qualquer área de conhecimento. Nesse momento, as demais instituições, como o Movimento Sem Terra (MST), Departamento Rural da CUT, PT, Associação de Produtores, etc. criam as suas próprias assessorias.

A indefinição do papel da CPT com os movimentos sociais no campo aguçou-se em 1985, quando o Movimento Sem Terra definiu seus princípios e estratégias de ação, criou sua própria organização em âmbito nacional, rompendo com a CPT e passou a dirigir sua luta pela terra no Brasil.

Os novos atores sociais desencadearam, nos anos 80, a crise de “identidade” da CPT, pressentida desde sua criação, e que se refere às dificuldades no desdobramento de sua ação, ocasionadas pela saída de quadros técnicos e da militância voluntária na ação pastoral, que procuraram os partidos políticos mais fortalecidos, desde o fim do regime militar e, ainda, pela multiplicação de Organizações Não-Governamentais (ONG's), também candidatas ao exercício da mediação com camponeses. A CPT não foi capaz de efetivar alianças com estes atores sociais.

A eficácia do trabalho da CPT ampliou-se justamente quando movimentos começaram a se articular e penetrar nos sindicatos de trabalhadores rurais, transformando-os, dando-lhes nova direção e novas bases a suas lutas imediatas.

Contraditoriamente, o trabalho esbarrou exatamente nesta canalização política. Os agentes da CPT, formados em sua maior parte em seminários e conventos, com forte espírito corporativo, têm dificuldades em se compor politicamente. A CPT, apesar de sua abertura à problemática social, suporta mal a crítica e a divergência, o que explica o medo em relação a outros intelectuais e partidos,³⁹ pois, o seu trabalho caminhou com a exclusão de outros mediadores, reforçando a tese da dificuldade da CPT em aceitar a divergência e negociar com outros mediadores, e na tentativa de purificar o movimento, chega-se à situação de impasse.

A radicalização do horror à manipulação do povo — “só o povo sabe, sua cultura é pura e originária”, a elevação do vivido à condição de fundamento da verdade, a idealização das camadas populares e do seu saber — no entender de Paiva, conduziu a Igreja Católica a um feroz anti-intelectualismo refletindo-se não apenas no nível das leituras e das discussões, mas também na recusa ao esforço de sistematização, por escrito, da experiência e da reflexão. Assim, a recusa às idéias que vêm de fora das camadas populares e a exaltação da “vivência” e da “convivência” desembocaram na impossibilidade de um conhecimento da realidade social mais amplo, que permita uma ação política que vá além do pequeno grupo. Conclui a autora:

A negação da abstração, a elevação do empírico vivenciado o fundamento da verdade corresponde a redução da ação política não apenas aos interesses imediatos do pequeno grupo, mas ao universo de seus participantes, que devem escapar ilesos dos perigos que rodam a pureza do seu saber. (Paiva, 1984: 230)

O agente de pastoral, antes detentor do poder de decisão e do saber na estrutura da igreja, passou a se identificar com os setores populares e influenciar os grupos de “base” a buscar “novos” caminhos — “*A caminhada do povo de Deus rumo a nova sociedade*”. Löwy mostra aspectos negativos e positivos na cultura dos agentes pastorais:

Existe entre os membros das CEB's e os agentes pastorais uma tendência bastante forte ao basismo, que os conduz a uma preferência pelo local, a um ritmo lento de organização, à desconfiança em relação “aqueles de fora” e aos intelectuais, e a um baixo nível de politização. Mas essa cultura política apresenta também um aspecto salutar: uma prática democrática de

³⁹ Ver especialmente Martins (1994 e 1989) e Grzybowski (1987).

base... ajudou a construir o movimento operário (urbano e rural) de massa, o maior e o mais radical de toda a história do Brasil. (Löwy, 1991:57-58)

Os desencontros entre CPT e os novos sujeitos sociais, no período de transição democrática, são assim, explicados por um de seus agentes:

Ideologicamente nem todos os agentes tinham a mesma compreensão política da realidade brasileira. As origens dos agentes que em sua maioria foram militantes de organizações partidárias clandestinas e os projetos de revolução desses partidos onde o camponês não era compreendido como sujeito político. (Poletto, 1997: 36)

Esta é a raiz da falta de empenho de muitos agentes da CPT no trabalho com pequenos proprietários. Significa uma contradição praticamente insuperável, no esforço de apoio aos que vivem no campo: de um lado, o intenso trabalho com os que não têm terra, ou com os que a têm apenas precariamente, como no caso dos parceiros e arrendatários, além dos posseiros; de outro, o receio de se tornarem pequenos proprietários. Numa frente, a heróica defesa do direito popular à terra; na outra, a certeza de que a propriedade comprometeria a possibilidade de aliados do campo para a revolução necessária. Ainda, segundo Poletto, parte dos agentes alegavam que:

A direção do processo revolucionário não pode ser dos camponeses, e sim dos operários; no campo, a prioridade é trabalhar com os proletários, os que não são proprietários, pois a propriedade privada faz do camponês um pequeno-burguês... uma das saídas para o impasse foi a condicionalidade do trabalho coletivo. (Poletto, 1997:37)

O processo de trabalho coletivo e a propriedade da terra também coletiva, eram vistos como uma espécie de “batismo”, uma prática capaz de evitar que o “egoísmo camponês” corrompesse os que nunca foram proprietários. Este propósito negava a realidade dos posseiros que já realizavam o trabalho familiar, e resistiam a qualquer proposta de colocar em comum sua terra e de trabalhar coletivamente. Sua concepção tinha como uma de suas mediações a ocupação e o uso familiar da terra. Desta forma, os posseiros eram vistos como alguém ligado à tradição, supostamente fechado a novas propostas.

Outro fato importante, para entender a mudança no trabalho da CPT, são os limites impostos pela hierarquia da Igreja Católica, sob pressão do Papa. Em meados da década de 80, o Vaticano investiu contra as práticas decorrentes da

denominada “opção pelos pobres” na América Latina. A estratégia implementada pelo Vaticano, de desestruturar a ala progressista da Igreja Católica no Brasil, surtiu efeitos, impondo uma nova formulação diante dos conflitos agrários e das ações pastorais que lhes concernem, recolocando os termos da relação Igreja/Estado, a partir de 1988.

A implantação da Nova República foi também um momento de estruturação do campo religioso e rearranjos de posições entre a Igreja Católica e o Estado. De abril de 1985, a junho de 1986, a Igreja Católica viveu o ápice da mediação. De acordo com Aldighieri:

A Nova República, sobretudo no que se refere à Reforma Agrária, queimou às pressas seu primeiro ministro, Nelson Ribeiro, idealista, apresentado para assumir o cargo por D. Alano Pena, então bispo de Marabá (PA), e aceito no Governo Sarney, não tanto para realizar uma reforma, quanto para amarrar a Igreja ao carro da Nova República e acalmar os agentes mais fogosos. (Aldighieri, 1993:127)

A Igreja Católica recuou em relação ao apoio à luta pela terra, e aceitou o pacto proposto pelas classes dominantes de realizar uma reforma agrária, sob a direção da burguesia, por meio do aparelho de Estado. Ideologicamente, a Igreja Católica considerou que as organizações sociais constituídas na luta contra a ditadura eram capazes de executar as reformas reivindicadas pela sociedade.

Essa postura foi transferida para as organizações populares pelos intelectuais orgânicos da ala progressista da Igreja Católica. Por outro lado, o projeto de redemocratização da sociedade brasileira, proposto e implantado pela classe dominante, fundamentava-se na cooptação da maioria da intelectualidade das oposições. Com isso, o governo retirou a iniciativa de luta das classes subalternas, atrelando-as ao Estado, que passou a ter em seus quadros administrativos as lideranças do movimento social.

Na CPT, a direção política esvaziou até o discurso pastoral progressista de compromisso com a luta dos oprimidos, substituindo-o pela mitificação da organização popular, exclusivamente, por meio de sindicato e partido político, sem estabelecer relações com as lutas cotidianas dos setores populares.

Com o refluxo da mediação, em razão das pressões empreendidas pelo Estado, com função repressiva no controle da ação fundiária, e o avanço das concepções conservadoras e de cunho centralizador no interior da própria hierarquia eclesial, a estrutura da CPT burocratizou-se e, dessa forma, sua direção tornou-

se um apêndice formal da hierarquia da Igreja, sem qualquer poder de comando sobre os coordenadores. Instaurou-se internamente a “livre iniciativa” dos coordenadores, e a instituição perdeu toda organicidade e, evidentemente, sentido histórico.

As determinações do Vaticano começaram a ganhar corpo, manifestando outra dimensão da “diplomacia” entre a Igreja e o Estado. A estrutura de poder transnacionalizada da Igreja Católica — o Vaticano — superpõe-se aos organismos de âmbito nacional, como a CNBB, permitindo outras vias de interlocução com os aparelhos de poder. Assim, o chefe do governo brasileiro, em junho de 1986, reconheceu a autoridade maior do Papa, dirigindo-se a este para tratar das divergências entre o Estado brasileiro e a CNBB.⁴⁰ E, 1987, a Santa Sé impôs o “Silêncio Obsequioso”, ao teólogo franciscano Leonardo Boff, teórico da denominada Teologia da Libertação. Essas investidas penalizaram a igreja “progressista” com sua ação pastoral e símbolos ligados à vida cotidiana dos “pobres”.

Após o assassinato do Padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da CPT/Araguaia-Tocantins, em maio de 1986, aumentaram as tensões entre o Governo Sarney e CNBB. Este quadro foi aguçado pelo afastamento de Nelson Ribeiro da direção do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), em 17 de maio de 1986, e setores da contra-reforma, encastelados no Conselho de Segurança Nacional (CSN), apressaram-se em neutralizar a ação inovadora das entidades confessionais, diante dos conflitos de terra.

A transição democrática, no Brasil, mais que um momento de reconstrução institucional e de novas políticas públicas, traduziu a liberação de contradições e tensões existentes na sociedade, no campo e na cidade. Foi, sobretudo, uma conjuntura de prática do conflito aberto, de aprendizagem política, de organização, de construção de sujeitos sociais coletivos na luta por seus próprios interesses, sem grandes acordos ou normas reguladas. Foi um período de liberdade de opinião, de associação e de participação, raramente vivido na história do país. Mesmo assim, a questão agrária não foi colocada na pauta nacional. A Nova República, logo, revelou-se um regime de transição conservador, feito para mudar,

⁴⁰ Cf. “O cerco da Igreja”. VEJA. São Paulo, 9 de jul. de 1986, p. 20-27.

sem dúvida, mas procurando preservar o essencial da tradicional “simbiose” entre as forças interessadas na expansão capitalista e o Estado.

Para enfrentar a crescente mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente nas lutas pela terra, e para impedir que na arena política concretizasse uma relação de forças favoráveis ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou outro projeto de reforma agrária, a reação revelou, em primeiro lugar, a fragilidade dos movimentos de trabalhadores rurais, as contradições das organizações mediadoras e a própria fraqueza política do bloco democrático-popular no Brasil. Em segundo lugar, e de forma mais contundente, a reação à reforma agrária e às lutas concretas revelou o poder das classes dominantes e as formas de ação política adotadas, para enfrentar os novos desafios.

Vale destacar o nascimento da União Democrática Ruralista (UDR), seu extraordinário crescimento, suas mobilizações e sua capacidade de *lobby*. A UDR foi também uma organização de enfrentamento direto com o movimento de trabalhadores rurais. Para financiar-se, a UDR passou a organizar leilões de gado, que foram também momentos de pregação política e de consolidação de núcleos locais. Na defesa das prioridades, além da ofensiva jurídica, a UDR estimulou a formação de “milícias privadas”. Na verdade, entendeu bem que o desafio maior era a própria luta levada a cabo pelos trabalhadores rurais, pois colocava em xeque a forma de uso da terra. Foi objetivo prioritário da UDR impedir que as lutas se desenvolvessem politicamente, mesmo que para isso usasse a mais cruel violência. Este é um grande desafio à democratização rural.⁴¹

A Nova República diante das pressões, quer do movimento sindical, quer das diferentes formas de organização que emergiram no campo (MST, Movimento das Seringueiros, Movimentos de Atingidos por Barragens), apresentou a sociedade brasileira seu Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que ante as pressões dos latifundiários, reduziu-se a algumas desapropriações.⁴²

⁴¹ Sobre UDR, ver *A ofensiva da direita no campo: Dossiê IBASE e CPT/MST: UDR, a campanha eleitoral do latifúndio*. 1988.

⁴² Sobre os conflitos na área rural na década de 80, ver Grzbowski (1987), Medeiros (1989), Esterici (1991), Almeida (1994). Para uma análise do significado político da luta por reforma agrária no período, ver Tavares (1989), Pacheco (1993). Um relato extremamente rico do debate interno ao Aparelho de Estado pode ser encontrado em Gomes da Silva (1987). Uma síntese recente dos debates em torno da questão agrária pode ser encontrada em Palmeira e Leite (1998).

Essas desapropriações, que, no discurso governamental, são classificadas como “assentamentos”⁴³ de reforma agrária, apresentavam uma grande diversidade de situações: regulação fundiária em terras ocupadas há décadas por posseiros; assentamentos em áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de rendeiros e agregados; e áreas objeto de ocupação por organizações de trabalhadores rurais (MST).

É importante ressaltar que, do ponto de vista das políticas públicas, a emergência desses assentamentos fez-se pela lógica de intervenção pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade e/ou importância e capacidade de se fazer valer diferentes interesses envolvidos na desapropriação. Sob esse prisma, as unidades criadas são especialmente dispersas, muitas vezes sem nenhuma infraestrutura viária, com apoio financeiro, assistência técnica, sanitária e educacional, em geral muito, deficientes.

Valendo-se dessa retrospectiva, limitada pela primazia da ordem cronológica, evidenciamos a constituição da CPT como materialização da atuação de setores da Igreja Católica com os trabalhadores rurais, nas décadas de 70 e 80. No próximo capítulo, objetivamos apreender a ação pedagógica da CPT Araguaia/Tocantins, no conflito entre posseiros e Companhia de Agropecuária Brasileira (COBRAPE), no município de Formoso do Araguaia/TO.

⁴³ O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e difundiu-se para inúmeros outros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. Cf. Bergamasco e Norder (1996).

CAPÍTULO III

LUTA PELA TERRA NO MÉDIO ARAGUAIA-TOCANTINS: AS DIFERENTES FACETAS DO PROCESSO EDUCATIVO

Deus vem, guia por uma légua, depois larga. Então tudo resta pior do que era antes. Esta vida é de cabeça-para-baixo, ninguém pode medir suas perdas e colheitas.

Guimarães Rosa

A luta pela posse da terra contribuiu para educar os agentes sociais que dela participaram, por intermédio dos enfrentamentos, das disputas que a luta pela terra comporta. Seus atores construíram um aprendizado, um saber social e descobriram que seus direitos são lesados por setores que detêm recursos e/ou poderes. Por esse prisma, a luta pela terra tem contribuído para a ampliação da cidadania no Brasil.

O processo originou-se da luta pela resistência e pela tentativa de recriação das unidades camponesas, a pequena propriedade familiar, a partir de meados dos anos 70, e desempenhou um papel fundamental para a organização sindical e partidária dos trabalhadores rurais na Amazônia Legal.

O reconhecimento da situação vivenciada pelos camponeses, marcada pela expulsão e violência enfrentada pelos posseiros diante do avanço do capital no campo, possibilitou um novo aprendizado no exercício das organizações. Os atos de participar, negociar e reivindicar, levaram os grupos a construir sua identidade de posseiros — pequenos produtores rurais.

A construção da identidade social dos posseiros está associada, também, à participação e apoio de diferentes instituições mediadoras, que buscam democratizar os processos sociais, por meio da mobilização e articulação dos posseiros, amparo legal, educacional e político, no sentido de legitimar as lutas do movimento social rural.

Educar implica em *“formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade”* (Loureiro, 1988: 20); ocupa lugar central nas lutas dos trabalhadores, que reivindicam direitos baseados em interesses coletivos com forte conteúdo social, e que expressam o lugar que ocupam no processo da divisão social do trabalho, a exploração e a expropriação a que são submetidos, como também, a ausência de direitos sociais elementares. Isto porque a educação se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo.

O movimento social efetiva, também, o exercício da cidadania, que não se constrói por decreto ou intervenções externas, programas ou instituições pré-figuradas, mas como um processo no interior das práticas sociais em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas no cotidiano, por meio de identidades político-culturais geradas pelas lutas cotidianas.

Neste capítulo, explico as condições histórico-estruturais que possibilitaram e, ao mesmo tempo, condicionaram a luta dos posseiros no município de Formoso do Araguaia/TO, especificamente o conflito entre a Companhia Brasileira de Agropecuária (COBRAPE) e posseiros, e a CPT Araguaia/Tocantins, agente educador, na luta pela permanência na terra.

3.1 Empresas e posseiros enfrentam-se...

No início dos anos 80, quando a COBRAPE se instalou na região, os posseiros não tinham conhecimento de qualquer ação do Estado, com vistas à regularização da área, do processo de compra e venda de lotes, da hipoteca da terra em bancos nacionais e estrangeiros e sequer imaginavam que as terras que, até então, julgavam devolutas, tivessem dono cuja produção era contabilizada pela Companhia de Desenvolvimento do Oeste-Brasileiro (DEBRASIL), como suporte para financiamentos externos.

Na década de 70, a DEBRASIL iniciou o processo de desocupação da Fazenda Pantanal de Cima, acenou a possibilidade de indenização das benfeitorias

dos posseiros e efetivou esse propósito para algumas famílias. Naquele momento, o intuito de “limpar a área” não se concretizou pela resistência dos posseiros e pelas dificuldades financeiras da empresa. No final de 1977, a DEBRASIL entrou em falência, com a conseqüente “doação em pagamento de todos os lotes ao BANCO INTER-ATLANTICO DE INVESTIMENTO S/A, com sede à Rua do Rosário nº 78, Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1978”⁴⁴. O prefeito local, em setembro de 1971⁴⁵, denunciou ao recém-criado INCRA, em Brasília, a tentativa de expulsão dos posseiros por outra empresa a Companhia INDAIÁ, dando ciência da presença de posseiros na região. Cabe ressaltar que o prefeito, também, era posseiro no loteamento Pantanal de Cima. Um dos posseiros relata:

Nessa época JK morreu, não estou lembrando direitinho a data que ele morreu... [22 de agosto de 1976] só sei que a gente pensou, agora é só a viuva que é dona da fazenda, pensamos que ela não ia fazer nada com a gente e logo dentro de pouco tempo ela vendeu a essa firma que tá aí, pra este grupo de advogados portugueses. Moço esses portugueses chegaram com tudo, com aquela tradição do tempo do descobrimento de expulsarem quem tava em cima da terra. (Entrevista 4)

A partir de sua constituição, em 1982, a COBRAPE de forma sistemática e violenta começou a expulsar os posseiros e, desde então, o conflito propriamente dito se estabeleceu no loteamento Pantanal de Cima ou COBRAPE, como a área passou a ser denominada.

Para resgatar as experiências organizativas e as ações dos agentes sociais envolvidos no conflito da Fazenda Pantanal de Cima, apresento em duas fases o processo de resistência e organização dos posseiros. A primeira fase foi caracterizada por ações de cooptação da empresa, visando a expropriação dos posseiros e sua transformação em mão-de-obra assalariada. A segunda fase foi marcada pela violência praticada pelos pistoleiros, funcionários da empresa, policiais bem como pelo momento em que, de forma organizada, os posseiros reagiram e se

⁴⁴ Cartório do 1º-Ofício de Formoso do Araguaia. Livro nº 2D de Registro Geral.

⁴⁵ A Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia em 17 de setembro de 1971, encaminhou ao INCRA em Brasília, documento que protesta a ação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) pela venda dos lotes e alega: “a Companhia INDAIÁ de Administração e Participação não possui qualquer empreendimento na referida área...” O documento questiona o desconhecimento do IDAGO em relação a presença dos posseiros na região e anexa a relação das 103 famílias de posseiros e reivindica do INCRA intermediar com o IDAGO no sentido de desfazer a negociação e destinar a área aos posseiros. (Processo INCRA – BR nº 03072/9-71)

constituíram como grupo social, redefiniram seus espaços sociais e consolidaram sua identidade camponesa.

A liberação de recursos financeiros, em 1982, provenientes dos projetos e empréstimos aprovados em níveis nacionais e internacionais para a COBRAPE⁴⁶ foi o marco inicial da primeira fase, quando a região passou por rápidas transformações. As matas foram derrubadas, estradas e grandes canais foram abertos, construíram-se vilas residenciais, escritórios, galpões, oficinas mecânicas, cantinas, depósitos e armazéns por todos os lados. As transformações em toda margem do rio Javaés deixaram os antigos moradores da região perplexos e sem entender o que estava acontecendo, conforme um deles explica.

Era carro prá tudo que é canto. Maquinas que dava até medo, uns homens bem vestidos – os doutores e os advogados. A luz elétrica também chegou era o maior progresso por todos os lados. A gente perguntava a um e a outro e ninguém esclarecia nada e tudo isso foi de uma hora prá outra, coisa de dias. Nós ficou de pé e mãos atadas sem saber como agir. (Entrevista1)

Os acordos assinados entre COBRAPE e instituições financeiras eram condicionados a *“liberação dos recursos restantes ao fornecimento de certidão negativa de aldeamento indígena na área do projeto, emitida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e legalidade dos títulos referentes à propriedade dos lotes”*⁴⁷. Para comprovar a legalidade dos títulos e a ausência de grupos indígenas na área, em 18 de dezembro de 1981, a COBRAPE apresentou uma certidão fornecida pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), declarando constar de seus assentamentos a homologação dos títulos, por despacho nº 3.335, de 19 de setembro de 1961, do então Governador do Estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira e a certidão negativa de aldeamento indígena, fornecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Para efetivar o real domínio da área, contornar eventuais resistências dos posseiros, que comprometeriam o repasse das parcelas restantes, a COBRAPE começou a desenvolver atividades de “lazer”, com farta comida, bebidas e futebol, como estratégia para convencer os posseiros a abandonar as terras. Usou como

⁴⁶ Tais como: 1.691.661 ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) da SUDAM e US\$ 5.500.000 da International Finance Corporation. Em moeda corrente da época corresponde respectivamente a Cr\$ 85 bilhões de cruzeiros da SUDAM e Cr\$ 60 bilhões da IFC. (O Popular, Goiânia, 29 dez. 1985 e Processo SUDAM nº 04281/81, aprovado em janeiro de 1982).

⁴⁷ Processo SUDAM n.º 04281/81.

argumento a contratação das famílias, mostrou as vantagens de tornarem-se empregados da nova empresa — “trabalho fichado e decente” — com moradia digna na vila da empresa, assistência médico-hospitalar, educação, etc., esperando, então, que os posseiros “pacificamente” desistissem de suas posses. Os depoimentos abaixo mostram que a estratégia não funcionou:

Não aceitamos e não entramos em acordo com a firma para trabalhar nela. Não queria ser cativo de ninguém. De cativo bastava minha vida no Maranhão. (Entrevista 5)

Nós cuidava era de gado e roça, do nosso próprio bem. Porque largar tudo isso e ser empregado da COBRAPE? Isso nós não queria. (Entrevista 2)

Os depoimentos explicitam o desejo dos posseiros de permanecer na área, como também a reprodução da pequena propriedade, com base no trabalho familiar, ou seja, a defesa da terra produzida pelo trabalho. O posseiro concebe a posse não pela terra em si, mas pelo trabalho: a terra constitui instrumento do trabalho, mediador do trabalho. A devastação das matas e a expulsão implementada pela COBRAPE confrontavam essa concepção, pois negavam o uso da terra e a forma livre de ocupar a terra, experimentadas pelos posseiros desde os anos 50.

Segundo Martins, o posseiro é produto da própria expansão do capital e pode ser indenizado por seu trabalho, como um dos recursos para a remoção da terra pretendida pela empresa, e acrescenta: *“Ele [o posseiro] não compreende a lógica do capital, mas o capital compreende a sua lógica, que não é a de quem acumula, mas a de quem trabalha”* (Martins, 1986:117)

Na mesma linha, a concepção de relativa liberdade, entendida como a liberdade do trabalho familiar, a liberdade de trabalho autônomo, a liberdade de locomoção e liberdade de decisão é determinante para existência dos posseiros como pequenos produtores. A negação destes elementos pelo capital é o móvel da luta. Assim, a terra, como equivalência de trabalho e a autonomia do trabalho familiar, determinante na organização produtiva dos posseiros foram alvo de ataques da COBRAPE, resultando em resistência dos posseiros.

As primeiras tentativas de expulsão dos posseiros não funcionaram, então, a empresa acionou seu setor jurídico, e solicitou um plano de ação para desocupar a área, fundamentado na legislação vigente. Os advogados

apresentaram como saída o Contrato de Comodato, cuja base legal são os artigos 1.248 e 1.255, do Código Civil Brasileiro.

O instrumento — Contrato de Comodato — revogava juridicamente a condição de posseiro e instituía a figura do comodatário. Isto é, o uso da terra pelos posseiros constituía-se num empréstimo da empresa, com prazo fixado para permanência na terra. Em síntese, o contrato legitimava a COBRAPE proprietária dos lotes e destituía os posseiros do direito de continuar em seus lotes. A cláusula 2 do contrato estabelece:

2. O COMODATÁRIO reconhece expressamente a propriedade e a posse da COMODANTE sobre os referidos lotes rurais, bem como tem conhecimento de que a mesma está implantando o referido projeto de plantio de arroz irrigado e criação de gado. (Contrato de Comodato, 1982:1)

O contrato assinado pelos posseiros transferia para a empresa a propriedade da terra, sem indenização das benfeitorias, pois não reconhecia o trabalho investido ao longo do tempo pelos posseiros em suas respectivas posses, como explica a cláusula 7:

Fica estipulado que o COMODATÁRIO somente poderá fazer, ainda, na área, benfeitorias destinadas ao melhor aproveitamento da mesma, segundo o uso concedido. Todavia, uma vez cessado o comodato, o COMODATÁRIO não terá direito a qualquer indenização em razão das benfeitorias e construções que já existam e que vieram a ser feitas durante o curso do comodato, as quais assim aderirão ao imóvel. (*Ibid.*,3)

A realidade econômica, política e social do município de Formoso do Araguaia, Tocantins transformou-se com a chegada de novos agentes sociais: empresários, advogados, engenheiros, Juizes, policiais, técnicos, assalariados do campo, etc., que passaram a fazer parte da vida cotidiana dos posseiros. A concepção de vida e de mundo do posseiro não incluía a necessidade de revestir a posse física do imóvel com um título de propriedade legalmente reconhecido, porque a posse já se constituía por trabalhar a terra e nela morar.

A mudança de conceito e valores foi ditada por interesses bem precisos da COBRAPE em estender seu domínio sobre a terra e o trabalho dos posseiros, para o que se utilizou do formalismo jurídico como instrumento de expansão do domínio fundiário. A lei positiva estabelece que “*posse não provada juridicamente é posse não tida*”, portanto, sua comprovação depende de uma

estrutura complicada e praticamente ininteligível ao posseiro, que se vê, de repente, em total insegurança. Segundo um dos posseiros,

No início da confusão era a maior tristeza e insegurança no meio da gente, mas a gente já tinha um pouquinho de conhecimento da história foi aprendendo na vida, do Maranhão prá cá aprendemos muito. Começamos a se informar e conversar um com os outros. (...) Chegamos aqui primeiro né? Essa firma chega agora dizendo que é dona de tudo, como é que vamos sair e deixar tudo prá ela? O que é que a gente vai fazer? Começamos a discutir essas coisas na lida diária, no lombo do animal e na casa dos vizinhos e parentes. Muita gente, no primeiro momento, foi na conversa da empresa e não resistiu saiu largou sua posse ou passou a ser trabalhador da COBRAPE, mas depois se juntou a nós. (Entrevista 3)

Em busca de soluções para a nova realidade, conforme o relato, os posseiros relembavam seus feitos na longa caminhada do Maranhão até às margens do Javaés, as qualidades e atitudes desenvolvidas na caminhada, sendo a valorização do trabalho investido na terra o elemento definidor para a luta, de modo que, o passado ia apontando saídas para o presente. Na concepção de Thompson:

Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. (Thompson, 1979, *apud* Gohn, 1992: 19)

As expressões e situações como: “aprendemos com a vida”, “a consciência do direito à terra”, “o conhecimento da história”, “a luta foi nossa escola”, etc., aparecem nas entrevistas de posseiros e agentes de pastoral como saberes importantes, construídos ao longo do processo que direcionou sua luta e sua organização. É interessante atentar para a dimensão educativa do movimento, porque certas atitudes, tidas como conservadoras por certos analistas pretensamente revolucionários, não são mais que parte do processo pedagógico vivenciado pelo grupo, como evidencia Novaes:

As lembranças após décadas, trazem consigo as marcas da permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. Algumas histórias são vividas “por tabela”, isto é, contadas por muitos, fazem parte de um imaginário, ainda que não tenha sido pessoalmente experimentado. (Novaes, 1997: 86)

Nesse despertar, uma comissão de posseiros dirigiu-se a Goiânia, objetivando expor a problemática ao IDAGO, outros começaram a visitar parentes e

amigos em Imperatriz, Gurupi, Conceição do Araguaia, Goiânia e etc., e esses contatos alargaram a compreensão dos posseiros, possibilitando o entendimento da real situação dos trabalhadores rurais na região Amazônica.

As visitas a parentes e amigos na cidade – “*pessoas bem esclarecidas*” — conforme relataram, apontaram como saída a contratação de advogados, objetivando a defesa das posses, além da intervenção destes perante o Estado, a fim de garantir suas respectivas posses e, conseqüentemente, trazer de volta a paz para a região.

Diante do conflito, os posseiros mesmo de forma individual, procuraram assegurar o seu direito de posse por meio de advogados:

A gente contratou muitos advogados. Só que era assim: a gente fazia um negócio com eles, te pago tanto prá tu defender esta situação, a gente se juntava vendia gado, angariava aquele dinheiro pedido e entregava prá ele. A COBRAPE chamava ele lá dava mais dinheiro e o cara passava prá o lado dela. Sempre era assim. (Entrevista 3)

A pressão exercida pela empresa materializava-se na figura dos advogados em uma espécie de ritual sagrado, ameaçando os posseiros com expulsão e prisão. A movimentação dos posseiros para constituir advogados com o objetivo de garantir suas posses, despertou reações da empresa, que, imediatamente, entrou na justiça com Ações Possessórias contra trinta famílias de posseiros. A situação tornou-se tensa e os posseiros deram os primeiros passos para sua organização e representação social, criando a associação dos posseiros.

3.2 O nascer da Associação dos Posseiros

A luta dos posseiros contra determinadas situações de ameaça às suas condições de existência, provocadas pela valorização do capital na agricultura constituem sua identidade, passaram a identificar melhor seus oponentes, a forjar novas alianças e buscar novas formas de organização compatíveis com suas aspirações. A afirmação dos posseiros, como sujeitos de sua ação política, modificou as estratégias da COBRAPE. Embora o processo de modernização da agricultura tenha um sentido, uma lógica própria, o seu ritmo e sua intensidade

alteram-se em decorrência do próprio grau de organização e luta dos posseiros, conforme se verá a seguir.

Os posseiros passaram a trilhar o caminho da constituição de sua identidade como camponeses e este caminho impôs a criação da Associação de Moradores da Ilha do Formoso em 1983, e, muito tempo depois, em 1992, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso do Araguaia/TO.

A criação da associação é entendida como a primeira experiência de ressocialização política dos posseiros, que viabilizou a criatividade cultural e ideológica, ajudou a construir um novo ponto de vista sobre a vida, sobre a sociedade, sobre os outros e sobre eles mesmos, como também normalizou ações e atitudes dos associados no tocante ao conflito. Segundo o estatuto registrado legalmente:

A sociedade tem por finalidade por fim o litigio [sic] entre os posseiros associados e os Grupos Econômicos que se dizem proprietários do terreno compreendido no loteamento Pantanal de Cima, envolvendo os lotes nº 01 a 32 (zero hum a trinta e dois) e reivindica junto às autoridades legalmente constituídas no país, melhoria de condições de vida, tais como: escola, saúde e assistência social.(Estatuto da Associação dos Moradores da Ilha de Formoso, 1983: art. 4)

O artigo acima transcrito materializa, de um lado, o conflito entre posseiros e COBRAPE de um lado, e de outro, expressa não só o direito à terra, como também reivindica educação, saúde e a inserção dos posseiros na sociedade. A popularidade adquirida pela associação despertou nova estratégia de ação da COBRAPE, pois as finalidades da sociedade questionam diretamente a dominação tradicional, seja em sua face paternalista e clientelista, seja em sua face violenta, desencadeada desde a da fundação da Associação.

A Sociedade Pantanal – Associação de Moradores da Ilha de Formoso, foi fundada pelos posseiros, em 27 de janeiro de 1983. O processo de convocação, elaboração e registro do Estatuto da Associação contou com a assessoria de Adonias Barbosa da Silva, advogado contratado pelos posseiros. Na assembléia de fundação, os posseiros elegeram José Bezerra de Almeida como presidente da entidade.

Cabe ressaltar que, segundo os depoimentos colhidos, que sustentam este trabalho, a fundação da Associação foi lembrada como uma festa, a

materialização da união e, ao mesmo tempo, a articulação dos interesses e desejos de todos. Um entrevistado declara:

A gente passou a confia mais na gente mesmo, todo mundo tava junto no mesmo barco e lembro como hoje, foi a coisa mais bonita, de velhos a menino todos como se fosse uma só família. (Entrevista 5)

O fato dos trabalhadores fundarem sua associação, recorrendo imediatamente à justiça é indicativo da constituição de sua identidade. Pouco a pouco, o medo dissipou-se, os conflitos foram enfrentados, transpondo o espaço privado da empresa e ocupando espaços públicos: o fórum, a rodovia, a praça, o INCRA, as ruas da capital, conforme ilustra o depoimento:

É isso foi em 83... ai nois infretamos com um magote de home e ela infretava com pistoleiros armados e o diaba a quatro. Tinha aqueles chefes e nois infretamos mesmo assim, com tudo armados. Eles viram que nois era muitos... Ai nois reunimos em Goiânia e em Gurupi. No Fórum de Gurupi, esse povo todim foi, que quaió a assim por longe à praça, tomou tudo de carro é! E de gente também ficou tudo tomado, quando o juiz veio ficou espantado e disse: vige esse povo todim a COBRAPE quer tirar. Saiu e não teve audiência. Quando eles viram que a gente era muito desse dia em diante eles conheceram que não tiravam nós. (Entrevista 1)

Os posseiros começaram a agir de forma coletiva, e formaram comissão para negociar com o INCRA/GO o fim do conflito. O INCRA, por sua vez, realizou um levantamento minucioso da área, casas, benfeitorias e o tempo de ocupação de cada família, e o documento elaborado no ano de 1983, explicita que os posseiros mais novos na área residiam e produziam há mais de cinco anos e a maioria deles foram os primeiros moradores/produtores da área.

Com a fundação da associação, estreitaram-se as relações entre os posseiros. A experiência coletiva exigiu, no decorrer do processo, o reforço da identidade do posseiro, como aquele que adere a um grupo e passa a partilhar seus símbolos e representações, diferenciado de outros trabalhadores que não pertencem à mesma organização.

Diante da movimentação dos posseiros, a COBRAPE recorreu à justiça, solicitando o despejo de trinta famílias, justamente aquelas que mais se destacaram no processo de organização da Associação, como uma clara represália à atitude dos posseiros. Ao mesmo tempo, deslocaram 12 pistoleiros para a área, instaurando o

período de intensa violência, marcado por perseguições, espancamentos, atentados a tiros, torturas, destruições de lavoura, de casas, prisões arbitrárias.

A repercussão da Associação na região fortaleceu a luta dos posseiros de um lado, mas de outro, intensificou a pressão da empresa, dos fazendeiros e do poder político municipal. E assim, os posseiros começaram a entender os mecanismos da sociedade e os interesses em jogo na luta pela terra, com base nas relações estabelecidas no embate, conforme um dos relatos:

Esse pessoal todo durante nossa briga estava do lado da COBRAPE. Prefeitura, polícia, fazendeiros, tudo enfim apoiava a firma. Quando a gente ia na prefeitura pedir um carro pra viajar, o que eles prefeitos e vereadores colocavam pra gente é que a gente devia abrir mão daquela terra prá COBRAPE mesmo, que nois não ia conseguir aquilo, era melhor ir embora prá outro canto. Tudo era no sentido da gente desocupar a terra. Os políticos que tão ai no poder, todos são a favor dos grandes. (Entrevista 3)

Em confronto com pistoleiros, em janeiro de 1984, o presidente da Associação foi baleado, e então os posseiros decidiram ir em caravana para Goiânia, e mantiveram contato com várias autoridades estaduais, dentre as quais o secretário de segurança da época, José Freire e o Diretor de Planejamento do IDAGO, Nelson Martins. Na ocasião, reivindicaram medidas com o objetivo de conter a violência na região e assegurar ao posseiro o direito de reunião em seu órgão de representação (a associação). Em seguida, dirigiram-se a Brasília, buscando soluções no Ministério Extraordinário para Assunto Fundiário (MEAF), mas não conseguiram ser recebidos pelo Ministro General Danilo Venturini, que se encontrava em viagem pelo Nordeste. De acordo com o jornal de Brasília:

Ainda com projéteis alojado nas costelas, José Bezerra veio a Goiânia e Brasília com os demais posseiros e na reunião de ontem falou em nome do grupo ao secretário da Segurança e ao diretor de planejamento do IDAGO e hoje pela manhã chegam a Brasília. (Jornal de Brasília, 24 jan. 1984)

O ritmo de expansão da Empresa foi alterado e, em alguns momentos, interromperam-se as construções de grandes silos, galpões e diques, fruto das ações desenvolvidas pelos posseiros. A criação da Associação e as mobilizações repercutiram em toda a região, a imprensa cobriu os fatos com matérias favoráveis ao avanço do movimento dos posseiros, à suspensão dos financiamentos internacional do International Finance Corporation (IFC), instituição do Banco Mundial, e ao bloqueio da conta-corrente no Banco do Brasil.

Para contornar a situação, a Empresa ampliou o quadro de “fiscal de divisa” (jagunços e pistoleiros) na área, espalhou guaritas nos seus limites como forma de controlar a entrada e saída das pessoas e carros, bolsas e sacolas eram revistados, como represália aos posseiros que não aceitaram o Contrato de Comodato, proposto pela COBRAPE.

3.3 A CPT Araguaia/Tocantins apóia a luta

O despejo de três famílias comandado pelo Oficial de Justiça da Comarca de Gurupi/GO, em novembro de 1985, abriu espaço para a empresa acionar seus pistoleiros que passaram a destruir lavouras, casas, fechar estradas, interditar reuniões de posseiros etc. Comunicações/denúncias foram enviadas pelos posseiros às autoridades, comunicando a situação de extrema perseguição e violência na região.

A violência marcou esta fase com sessões de torturas físicas, tiros para cima com intuito de inibir mulheres e crianças, porém essas atitudes da empresa, em graus variados, foram enfrentadas por todos, e tanto posseiros como jagunços saíram baleados. Os posseiros apresentaram várias queixas-crimes na Delegacia de Polícia local contra empregados da COBRAPE ou o Oficial de Justiça da Comarca de Gurupi/GO.

Os atos de violência foram denunciados pela Diocese de Porto Nacional/TO a quem pertence o município de Formoso do Araguaia/TO, segundo a divisão territorial e a estrutura eclesial, mas o envolvimento da Igreja Católica no conflito, de forma sistemática, só aconteceu em 1985, por ocasião da constituição de uma nova equipe de CPT, no Regional Araguaia/Tocantins, objetivando atender ao Sul do atual estado do Tocantins. A luta dos posseiros ganhou reforço com a entrada da CPT, como agente mediador do conflito, em novembro de 1985, como atestam os entrevistados:

A CPT é que foi nosso milagre. Na época chegou e se instalou dentro da área né, foi quando nós foi tomando consciência né, que a gente tinha

direito naquilo ali e nós não tinha nada de abandonar porque quem chegou primeiro foi nós e a COBRAPE chegou por último chamando a gente de invasor. Então através de reuniões a gente tomou consciência das coisas. Tudo começou com a CPT em frente né. (Entrevista 2)

Foi aí que a gente sentiu a força da união; quem fez a gente acreditar na força da união foi a luta; se ficasse só com reunião a gente num tinha entendido direito esse negócio de ser unido não. (Entrevista 4)

A Regional CPT Araguaia/Tocantins (antes formada pelas equipes diocesanas de Conceição do Araguaia no sul do Pará, São Félix do Araguaia no Mato Grosso e uma equipe no Norte de Goiás) reestruturou e ampliou a equipe do Norte goiano para melhor articular os lavradores e responder de modo satisfatório à crescente demanda social, com um trabalho diferenciado conforme cada realidade. Cabe ressaltar a imensa faixa territorial do Norte goiano, que torna impossível um trabalho de qualidade a não ser com a estruturação de duas equipes, uma no Bico do Papagaio e a outra na região que hoje constitui o Sul do Tocantins.

Com o acompanhamento da CPT, o movimento de resistência dos posseiros tornou-se aglutinador e participativo, e foram constituídas novas formas de ações coletivas mais organizadas, com a participação de um grupo significativo de sujeitos envolvidos no processo, o que permitiu o avanço da luta dos posseiros. A nova dinâmica foi resultado de uma avaliação, coordenada pela CPT, sobre o movimento desde o seu início.

Inicialmente, a atuação da CPT teve caráter essencialmente político-pedagógico de discussão sobre a situação vivencial, processo de organização anterior e formas possíveis, com o fim de pressionar uma solução para o conflito, fortalecendo, assim, a luta dos posseiros, com objetivo mais orgânico, como o exercício da cidadania. Dessa forma, as reuniões passaram a comportar todos os envolvidos: homens, mulheres e crianças, e foram acontecendo com mais frequência nos locais de moradia, proporcionando a participação de todos, e grandes decisões eram tomadas em assembléias, depois de discutidas em reuniões realizadas por vizinhança.

A metodologia de trabalho desenvolvida pela CPT Araguaia/Tocantins possibilitou que os agentes se inserissem no cotidiano dos posseiros. O estreitamento das relações entre posseiros e agentes garantiu a participação das mulheres e das crianças no movimento. A participação das mulheres teve grande importância para o desenvolvimento da Comunidade Eclesial de Base, como um

espaço que permitiu maior percepção da realidade, desenvolvendo a consciência de que os problemas não são individualizados, mas uma experiência comum a todos, o que reforça o direito pela terra e a certeza da conquista deste direito mediante fortalecimento da luta de todos. Um dos entrevistados declara:

Ela [CPT] dava força pra nós, num mandava fazer, mas dizia assim que a gente entendia. E qualquer coisa que havia aqui a CPT tomava conta, tratava tudo que fosse confusão... se não fosse a CPT nós tinha morrido ou perdido a peleja. (Entrevista 1)

A discussão coletiva da realidade e possíveis ações que realizariam durante as reuniões coordenadas pela CPT tinham como preocupação básica desenvolver a percepção de que só se encontra a possibilidade de criação/preservação dos direitos, mediante a participação de todos os envolvidos na questão. A “pequena comunidade unida”, era apontada como modelo de organização para a nova sociedade — e especialmente, de defesa da pequena produção familiar, organizada com base no trabalho comunitário — fundamentou a ação da CPT com os posseiros, valendo-se da concepção distributivista, isto é, “ver a terra de Deus dividida” e a transformação de todos em pequenos produtores/proprietários foi a bandeira que pautou a atuação da CPT na região.

A mediação da CPT Araguaia/Tocantins objetivava a concretização dessa visão do mundo e buscou implantar uma plataforma de trabalho para superação da fragmentação e localização da luta pela terra, que possibilitasse desenvolver um trabalho global. Na investida da Igreja o movimento sindical foi apresentado como solução para o dilema, em razão da qual a fundação do sindicato passou a ser prioridade maior de sua ação, como forma de articulação das lutas dos posseiros.

O “isolamento”, “localismo”, “fragmentação” e a “não-cidadania” do movimento de posseiros, presentes na literatura que trata da relação entre campesinato e política, ou movimentos sociais no campo, ainda que por intermédio de diferentes termos e perspectivas, são apontados, como entraves para o movimento a dependência, via de regra, da atuação de mediadores – pessoas ou instituições – que organizam e estruturam o movimento.⁴⁸ Para Novaes,

⁴⁸ Cf. Hobsbawn, 1998; Martins, 1981 e Grzybowski, 1987.

O reconhecimento social e político das lutas camponesas está diretamente vinculado à existência de um elemento "externo" que os liberta da teia de relações de dependência pessoal e os arranca do localismo que lhes é fatal. (Novaes, 1985:209)

A Igreja Católica foi a instituição que mais se destacou, nos últimos anos, no papel de falar em nome dos camponeses, especialmente em meados da década de 70, superando o partidos políticos, o movimento sindical e até mesmo o próprio Estado. A CPT informou a opinião pública, por meio de declarações em jornais e publicações especializadas, a respeito das lutas dos trabalhadores rurais, além do confronto Estado/Igreja em área de conflito no campo, revelando destaque na imprensa, em razão disso, a ação da CPT legitimou-se como única mediadora no campo e confrontou-se com outros mediadores pela direção do movimento camponês. É importante assinalar que a CPT Araguaia/Tocantins, na região do Médio Araguaia-Tocantins, não enfrentou a luta, por exemplo, com o movimento sindical camponês, que só se constituiu com base no trabalho da CPT, conforme um dos relatos:

Nós somos ligados também ao Partido dos Trabalhadores, mas isso é uma coisa que já nasceu da história da Igreja e da CPT. O sindicato, a FETAET e o PT só conhecemos quando tivemos essa aproximação da Igreja e com a CPT, a gente passou também a conhecer o partido e entende que uma coisa esta ligada a outra, com a Igreja na frente da nossa luta vimos que realmente temos instrumento de luta, só que a gente não tinha conhecimento naquela época. (Entrevista 5)

Com o objetivo de "politizar" a luta dos posseiros, arrancar o movimento do "isolamento" e conscientizá-los para o exercício da cidadania, os agentes de pastoral desconsideraram o movimento dos posseiros para a constituição de sua associação, conforme um agente afirma:

E nós chegamos e quando foi apresentada essa associação, como nossa visão de organização dos trabalhadores na época era o movimento sindical, nós colocamos essa associação na verdade em banho-maria e tentamos começar trabalhar essa figura do sindicato. (Entrevista A)

A proposta política/educativa da CPT para a região do Médio Araguaia-Tocantins objetivava a fundação de sindicatos. Assim, a Sociedade Pantanal criada antes da sua intervenção na área, propositadamente, foi desativada pelos agentes, em nome das transformações radicais e definitivas que o sindicato

impulsionaria em toda região. A atitude adotada pelos agentes bloqueou a iniciativa tática dos posseiros que passaram a desconhecer sua associação, a quem coube no princípio do conflito, juntar em seu interior indivíduos até então dispersos e pulverizados, os quais, aos poucos, passaram a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Um dos agentes aponta o fato de que

A associação no nosso entender é um instrumento de conquistas econômicas e imediatas e não uma representação política. Na época a gente vinculava muito a questão do conflito com uma representação política para resolver e para se impor. Era isso a nossa concepção de organização em que toda tentativa devia ser no sentido da fundação de sindicatos e ao mesmo tempo a constituição de CEB"s. (Entrevista A)

A questão sugere o despreparo teórico dos agentes e a insuficiência de orientações ideológicas. Imaginavam que, para passar de uma existência atomizada para uma experiência coletiva, a militância sindical era essencial e uma associação específica estaria separada e isolada do geral. Suas práticas revelaram-se dependentes do arsenal de fórmulas e conceitos que vêm das organizações partidárias e sindicais, pouco adestrados no manejo do pensamento crítico, além de não estabelecer uma relação coerente entre teoria e prática. Segundo Martins,

As tendências e os grupos de esquerda acabaram tendo sucesso em convencer agentes de pastoral de que nada adiantaria todo trabalho que faziam se sua proposta não fosse além dos limites da igreja e da religião. Em grande parte, desse ponto de vista, todo trabalho pastoral só teria sentido se transformado em momento do processo político. A política, e sobretudo a política partidária, passou a definir o sentido da ação dos agentes. (Martins, 1992:19)

Na verdade, houve uma lentidão de aprendizagem dos agentes em face da rapidez, da profundidade e da direção das mudanças sociais e políticas. A com isso, a teoria não se enriqueceu com a prática nem a prática com a teoria, e não houve a crítica da teoria. Os agentes da CPT, naquele momento, não lidaram bem com um dos aspectos de seu trabalho educativo – o de serem mediadores na elaboração interpretativa e teórica de suas experiências, de sua prática e de sua luta com os posseiros.

Em conseqüência disso, o objetivo maior da criação do sindicato, sem a devida conexão com a realidade vivenciada pelos posseiros, predominou sobre as

necessidades proclamadas pelos trabalhadores rurais. Os sobrepostos objetivos políticos impuseram a forma da mediação, que viabilizou o processo e a organização – o sindicato e o partido político.

Assim, a própria mediação passou a definir a identidade do sujeito — o trabalhador rural genérico — que devia se enquadrar no figurino, assumir sua ideologia e projeto, como também a natureza do projeto e as necessidades dele decorrente. Nesse âmbito, o projeto da “classe”, com base em uma visão ortodoxa de partido e sindicato predominou sobre possibilidade e convivência do reconhecimento das necessidades diversificadas e “menores” dos trabalhadores rurais. Predominou o pressuposto da classe social e de que só a classe é politicamente eficaz, sem, no entanto, considerar as transformações por que passavam a sociedade e o Estado brasileiros.

Nesses termos, o trabalho educativo da CPT Araguaia/Tocantins realizado com os posseiros da COBRAPE desenvolveu-se em três frentes de atuação: a fundação do sindicato, o acompanhamento jurídico e a Comunidade Eclesial de Base.

A primeira frente de trabalho juntava esforços com a finalidade de mobilizar os posseiros para a necessidade de criação do seu sindicato, visto como algo novo e distante da realidade dos posseiros, o que exigiu encontros e dias de “estudos” sobre a história do movimento sindical e o papel do sindicato dos trabalhadores rurais. Essas atividades desenvolvidas na própria área foram o início da longa “caminhada” para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso do Araguaia.

O agente da CPT era o “animador” da discussão, o transmissor dos conteúdos. Nas atividades formativas, utilizava como suporte pedagógico, cartilhas, cartazes, vídeos, *slides* produzidos pelos Centros de Educação Popular, Instituto de Formação e Assessoria Sindical (IFAS) e pela própria CPT e, como recurso de integração, as dinâmicas de grupo proporcionavam a participação de todos e garantiam o direito de voz e voto para todos.

No processo, os agentes “despertavam” e mapeavam as lideranças que iam surgindo nessas atividades, e as envolviam nas futuras ações, tanto de atividades sindicais como em outras frentes de trabalho, conforme o “talento” demonstrado pelos posseiros durante os eventos formativos. Essa metodologia foi aplicada em toda área de atuação da CPT da qual constavam também cursos de

formação sindical, com duração de quatro dias, com frequência bimensal, em Gurupi/To ou Goiânia/GO, para onde se deslocavam todas as “lideranças comunitárias”.

Os trabalhadores rurais, acompanhados pela CPT Araguaia/Tocantins, participavam de atividades formativas com outras instituições, em ação conjunta, com o objetivo de discutir temas reivindicados pelas lideranças, com a realização de seminários e cursos específicos para o movimento sindical. Faziam parte do programa o Instituto de Formação e Assessoria Sindical (IFAS), o Instituto Brasil Central (IBRACE) e a CPT Regional de Goiás. A metodologia utilizada era a participativa, e a assessoria geralmente era requisitada de outros estados, especialmente do Sul e Sudeste. Os seguintes eventos sevem como amostra das temáticas mais trabalhadas: Curso sobre Trabalho de Base, Curso sobre Comunicação e Expressão, Seminário sobre Socialismo e Curso sobre Comunicação.

Outro instrumento de formação sindical utilizada pela CPT, era o boletim denominado “O Pote”, sistematicamente distribuído nas paróquias divulgando as lutas dos posseiros da região.

Além dessas atividades, para potencializar sua força no campo, notadamente na área de formação, estabeleciam-se convênios de formação com a CUT, e as principais lideranças se dirigiam a São Paulo para participar de cursos e encontros.

No campo jurídico, o acompanhamento pela CPT do conflito entre posseiros e COBRAPE foi apontado como a ação mais eficiente da entidade. A CPT passou a acompanhar o conflito na fase de intensa violência, e a presença de advogados amenizava a violência por meio de encaminhamentos jurídicos. Além disso, o procedimento jurídico era discutido com o grupo, permitindo a instrumentalização dos posseiros sobre noções básicas do Direito e as ações que, como cidadãos, poderiam desenvolver sem a presença do advogado. Um dos agentes de pastoral entrevistado declara:

O advogado na nossa região, no nosso trabalho sempre teve grande atuação. Não porque acreditássemos que se resolveria os conflitos pelo judiciário, mas para tentar utilizar das brechas e das contradições do próprio judiciário para defender também, os trabalhadores contra as decisões judiciais. Nossa região foi um pouco diferente efetivamente do resto das CPT's no país quanto a atuação dos advogados. (Entrevista C)

A constituição e fortalecimento da Comunidade Eclesial de Base, terceira frente de trabalho implementada pela CPT, tornou-se o lugar de reflexão, o espaço de socialização política, e o objetivo de trabalho desencadeado pelos agentes era a conscientização acerca da realidade do grupo. A CEB transformou-se em espaço de liberdade, uma vez que ali se podia falar, ouvir e pensar. Neste sentido, a criação da CEB na Fazenda Pantanal de Cima foi de fundamental importância para o despertar e o envolvimento da mulher, que então passou a ser reconhecida e respeitada como companheira de luta.

Por meio da ampliação do processo pedagógico, os sujeitos refletiam suas histórias de vida, articulavam as ações de resistência na terra, fortalecendo a crença na luta e na organização. A leitura do evangelho era associada à realidade da luta e as celebrações passaram a ser momentos de reflexão acerca da vida concreta, como a Grande Celebração das Comunidades em Gurupi, que anualmente reunia todas as comunidades da área de atuação da CPT para celebrar a luta, e também as diversas Romarias da Terra.

A CEB tornou-se um espaço de socialização, no qual as famílias se reuniam para refletir sobre o seu papel na sociedade, discutir os mais variados temas, algumas vezes orientadas pela campanha da fraternidade, outras vezes, pela própria ação da comunidade diante dos problemas. As pessoas participavam das mais diversas formas: ensinando com base em experiências de sua própria vida, ou associando com o conteúdo dos livretos ou Bíblia. Constituíam um espaço personalizado ("minha comunidade") e, ao mesmo tempo, coletivizado.

A pedagogia desenvolvida enriqueceu a organização dos posseiros com a finalidade de consolidar a participação política de todos e no entendimento da Igreja, estava em marcha o movimento, a fermentação da caminhada para a terra prometida. As ações, que objetivavam a fundação do Sindicato, o acompanhamento jurídico sistemático, eram respondidas com mais violência pela empresa. Os posseiros ao retornarem das reuniões, cursos ou celebrações encontravam suas casas e currais queimados, roças destruídas. Tiroteios com posseiros e jagunços feridos passaram a ser rotina na região, os ataques eram praticados tanto pelos jagunços como pelos posseiros.

Como forma de garantir suas posses, do ponto de vista legal, os posseiros passaram a delimitar suas áreas, isto é, mediram as terras e construíram

cercas. O ato de construir cercas não fazia parte do cotidiano do grupo, em que ela era usada exclusivamente para proteger as roças do gado e, no fim da colheita, a cerca só seria erguida para uma nova roça. Cercar as áreas foi um ato social, imposto pelo conflito que passou a estabelecer diferenças políticas e sociais no grupo. Um ato igualmente simbólico, constituído como trabalho ideológico, que teria sérias repercussões na vida dos posseiros porque viria à tona uma realidade até então ocultada, referente ao tamanho das posses e ao trabalho investido pelas famílias.

O encaminhamento foi fruto de várias reuniões coordenadas pela CPT e apontado como solução para a questão jurídica no que se referia à titularização da área em conflito. Dessa forma, a cerca passaria a ser a garantia das posses, uma vez que passou a delimitar e a materializar o trabalho investido pelas famílias de posseiros. Um agente da CPT declara:

Ninguém tinha cerca, a criação era na solta, começou a existir limites efetivamente depois que surgiu o problema. Só as roças eram cercadas e o gado pastava em comum, todos criavam o gado junto e nunca foi problema. A demarcação das posses aconteceu depois que nós passamos a acompanhar a área. (Entrevista A)

Os posseiros tinham a apropriação coletiva da área e a utilização privada, conforme a necessidade de cada família, em última instância definida pelo volume de trabalho da produção familiar. Essa forma de utilização da terra estava ligada aos laços de consangüineidade e da unidade de trabalho familiar como fator determinante para uso da terra.

Por ocasião da delimitação e da construção das cercas, essa concepção deu lugar à seguinte lógica: *“Eu moro aqui o outro mora lá, nós fazemos um risco aqui no meio, dá tanto para mim e tanto prá ele”*. (Entrevista A)

Essa foi a resolução encontrada para solucionar o problema da demarcação da área em vista de sua possível titularização, o que causou entrave à organização dos posseiros. O “mutirão” foi a forma encontrada para o feitiço das cercas que, em pouco tempo, se efetuou por toda área e desde então, os posseiros perceberam a diferenciação entre eles no tocante ao tamanho das posses. O encaminhamento acabou exercendo um papel decisivo, reforçando ações isoladas, calcadas no individualismo, cuja raízes se acham no projeto da propriedade

autônoma e privada da terra, que ganhou outra materialidade com a delimitação da área.

Com o intuito de solucionar a dispersão do grupo e proibir a venda do direito de posse, a CPT elaborou o Contrato Particular de Manutenção de Comosse⁴⁹ como instrumento jurídico capaz de contornar a situação, o qual por sua vez, foi registrado no Cartório do 2º ofício de Gurupi/TO e assinado por todos os posseiros. O documento coibia que os posseiros se desfizessem, de forma individual, de suas posses, além do que interrompia o acesso da empresa na área, desde a da compra das posses.

Esse fato gerou um conflito interno que, não sendo contornado adequadamente pela CPT, estendeu-se a todos, gerando um mal-estar geral e prejudicando a recente e frágil organização grupal. A semente da desconfiança e da dúvida foi rapidamente germinando entre os posseiros e a CPT.

A meu ver, a mudança de concepção dos posseiros e a atitude expressada são perfeitamente compreensíveis, pois, além da ilusão da autonomia do trabalho camponês, todo o suporte da atividade do pequeno produtor familiar são marcados pelo isolamento, e somente o produto do trabalho — a mercadoria — ao atingir o mercado alcança a socialização. Portanto, parece lógico inferir que *“condições individuais e familiares de trabalho isolado produzem também uma consciência, uma visão de mundo, que reflete, que expressa esse isolamento”* (Martins, 1980; apud Damasceno, 1994)

Damasceno (1994) constata que *“a forma fragmentária como se apresenta a consciência do campesinato, qual seja, a incapacidade de apreender sua realidade como uma totalidade”* é gerada pelo modo como se processam as relações sociais de produção, típicas dos camponeses, em que a apropriação do produto não ocorre de modo claro e direto, como se dá no caso do operariado.

Fica claro que os fundamentos da consciência do operário e do camponês são diferentes. E segundo a autora, *“em consequência, esperar que o campesinato atue historicamente de forma idêntica ao operariado é uma expectativa absurda e idealista, pois o camponês é socialmente outra pessoa”* (Damasceno 1994:150).

⁴⁹ Comosse é um termo jurídico que significa posse coletiva.

3.4 A regularização fundiária

A solidariedade internacional de entidades, que defendem os direitos humanos norte americanos como: *Sisters of Mercy, Catholic Social Ministries* de Oklahoma City, *United States Catholic Mission Association* de Washington, *Marynoll Fathers and Brothers* de New York, *Franciscan OFM Conference* de Los Angeles e *Center for Nonviolence* do Canadá, dentre outras, teve papel importante no desfecho do conflito, culminando com a “desapropriação” de parte da área. Estas instituições desenvolveram manifestações em seus países, incriminando o Banco Mundial de envolvimento no conflito, denunciando-o de financiar uma empresa que atentava contra os direitos humanos.

As mobilizações internacionais surtiram efeitos imediatos, sobretudo na sociedade norte-americana, suspendendo os financiamentos do IFC à COBRAPE e instaurando uma comissão para apurar as denúncias de violação dos direitos humanos e do meio ambiente, a qual se deslocou ao Brasil para verificar *in loco* a veracidade das acusações.

Os bispos da região Centro-Oeste implementaram a mesma estratégia nas instituições financeiras brasileiras, o que resultou no bloqueio das contas da COBRAPE, pois os empréstimos nos respectivos bancos tinham como garantia os mesmos lotes que os posseiros reivindicavam.

Em 1986, a conjuntura nacional foi marcada pela tentativa de implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como resposta às mobilizações dos trabalhadores rurais, que, de forma sistemática, pressionavam a aplicação do PNRA, com ocupações de terra em todos os estados do País. De outro lado, fazendeiros e latifundiários organizavam-se na União Democrática Ruralista (UDR), objetivando obstruir a implantação da reforma agrária e, a todo custo, reprimiam a organização dos trabalhadores.

Durante o impasse, Pe. Josimo coordenador da CPT Araguaia/Tocantins foi assassinado, em 10 de maio de 1986, fato que obrigou o Presidente Saney a reunir, no dia 13 de maio, os governadores do Maranhão, Luiz Rocha, de Goiás, Onofre Quinan, do Pará, Jader Barbalho, do Mato Grosso, Júlio Campos, do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins e da Bahia, João Durval Carneiro, com o

objetivo de debater o problema da terra e tentar uma solução para questão agrária no país, isto é, encontrar uma forma de administrar melhor os conflitos da terra no Brasil.

Em 23 de fevereiro de 1987, fruto da pressão nacional e internacional ao governo federal e ao Banco Mundial, reuniram-se na Secretaria de Planejamento em Brasília, representantes do MIRAD, da COBRAPE e do IFC com o fim de encaminhar o processo de desapropriação parcial da Fazenda Pantanal de Cima, da qual se excluíram os lotes de 33 famílias. Segundo um dos posseiros entrevistados:

Teve uma época que houve uma desapropriação de uma parte, isso aí foi um negócio que também não foi bem de acordo com todo o pessoal. Houve uma divisão do povo. O INCRA, fez uma negociata com a COBRAPE, e resolveram desapropriar uma parte, dizendo o seguinte: que iam desapropriar aquela parte, e os outros que ficavam dentro da área de conflito, mudaria pra aquela área desapropriada. Só que foi um negócio feito entre eles sem combinar com todo mundo. (Entrevista 2)

O acordo previa que os posseiros cujos lotes não entraram na negociação INCRA/COBRAPE, seriam transferidos para a área desapropriada. Em um primeiro momento, os posseiros rejeitaram a proposta e envidaram esforços para permanecer coesos na resistência:

Só que quando aconteceu a desapropriação, o pessoal tomou conhecimento de como é que tinha sido a negociata, e não aceitaram. Porque cada qual já tinha seu serviço aqui né, seu investimento aqui, prá sair daqui prá ir lá prá cima da posse do outro que também já tinha quase tudo cercado, já com divisa, nem o cara lá não aceitava, e nem a gente queria abandonar o que tinha aqui prá ir prá lá. Então aí continuou a questão. (Entrevista 3)

O acordo de desapropriação foi celebrado à revelia dos posseiros, configurando-se em um “presente” para a COBRAPE, já que os lotes negociados não representavam interesse para a companhia pelo fato de que 80% das terras ficavam alagados durante metade do ano. Por outro lado, a COBRAPE deixou de ser “latifúndio por exploração” e passou à condição de “empresa rural” no cadastro do INCRA, configuração jurídica que lhe proporcionava maiores incentivos fiscais pela SUDAM, conforme ocorreu depois da negociata. O acordo beneficiava prontamente a COBRAPE que, como “empresa rural”, tinha assegurada de um lado, sua perfeita expansão amparada nos incentivos fiscais e, de outro, a retomada dos

créditos nacionais e internacionais, temporariamente suspensos, em decorrência do conflito.

O Diário Oficial de 31 de maio de 1988, publicou o Decreto nº 96.098, de 27 de maio de 1988, que declarou a desapropriação de interesse social, para fins de Reforma Agrária porém, na prática, essa medida restringiu-se simplesmente à regularização fundiária, nos moldes da ação do GETAT, na década de 70. A partir deste momento, os lavradores foram pressionados, não só pela COBRAPE, como pelo INCRA, a assinar imediatamente o acordo.

A outra parte ficou bem mais fraca [refere-se as famílias excluídas da negociação], nós éramos 103, ficamos só em 33. Ai aconteceu o seguinte a COBRAPE mudou a filosofia é. Invés de tentar ganhar na justiça a causa, para readquirir o direito de posse, eles resolveu usar dinheiro, pra convencer o cara de comprar os direitos dele. Ai foi uma maneira muito inteligente da COBRAPE, o dinheiro chegou a dominar, quase que vence todo mundo. (Entrevista 2)

Ao final de um ano, a implantação do projeto de assentamento ainda marcado pela resistência dos posseiros, motivou o MIRAD a apresentar, como alternativa, a redivisão dos lotes desapropriados às famílias excluídas da área negociada, proposta rejeitada pelos posseiros, residindo aí o pivô da desagregação dos posseiros e conseqüentemente, o enfraquecimento do grupo à medida que os posseiros eram jogados uns contra os outros e, de forma individual, foram cooptados pelo INCRA e pela COBRAPE.

A desintegração do grupo está ligada a questões inerentes ao caráter e ao comportamento do camponês, alicerçadas na produção familiar e na "legalidade da posse" que, nesse momento, tomou rumos diferenciados e se materializou basicamente no tamanho e na viabilidade da produção familiar e na representação sócio-política do posseiro. O conflito envolvia pequenos e médios proprietários; alguns controlavam seis hectares e outros, trezentos hectares. A área desapropriada somava um total de 26.802.000 hectares. O decreto de desapropriação estimava capacidade para assentar 530 famílias, cuja área, na verdade, era domínio das 70 famílias de posseiros que queriam garantir a integridade de suas posses. Por outro lado, ainda segundo depoimentos tomados, os despejos e outros tipos de violência já não eram generalizados, atingindo aqueles que não aceitaram "invadir" as posses da área desapropriada, nem vender suas benfeitorias para recomeçar em outra área:

“como situações que cada vez mais fracassou, repartiu e destelhou o grupo... nunca mais tivemos confiança e harmonia”. (Entrevista 6)

O “racha” do grupo, segundo depoimentos dos posseiros, consolidou-se no momento da “assinatura do acordo de venda” da COBRAPE com o INCRA e deste, com os posseiros “inclusos” na área negociada. Tratava-se do representante legítimo e constituído como tal, para assinar o acordo em nome dos posseiros. Instaurou-se a tensão, motivada pela desconfiança generalizada que se evidenciava em três posições: a primeira reunia esforços com objetivo de assinar rapidamente o acordo, vendo nos “exclusos” do acordo um inimigo em potencial, pois teriam que dividir com eles suas posses. Era a posição majoritária. A segunda posição era apoiada e respaldada pela CPT Araguaia/ Tocantins, e apontava como saída a luta pela total desapropriação e a permanência na área. Já a terceira posição almejava como forma de solução da questão a venda de suas benfeitorias e mudança da região, e contava com simpatizantes nos dois grupos anteriores.

3.5 Desencontros entre posseiros e CPT

A divergência de posições dividiu a comunidade basicamente em dois grupos. O primeiro formado pelas famílias que efetivamente se beneficiariam da desapropriação e queriam que esta se efetivasse a todo custo. O outro grupo, constituía-se de quase 40 famílias que ficariam fora da desapropriação e impossibilitadas de serem assentadas

E afirma o agente de pastoral:

Nos tínhamos consciência de que era impossível todas as famílias serem assentadas. Então houve uma divisão muito grande entre o pessoal e a partir do momento que houve a cisão no grupo resolvemos não mais acompanhar o grupo. Eu não sei se fomos nós ou eles mesmos que dispensaram nosso trabalho. Só sei que a relação ficou muito complicada e houve o nosso afastamento. (Entrevista C)

O acirramento dos grupos reacendeu e fortaleceu a antiga e esquecida associação dos moradores da Ilha do Formoso. Na proposta organizativa/educativa da CPT a prioridade era a fundação de sindicatos, a associação criada antes da sua intervenção na área propositadamente foi desconstituída pelos agentes.

Diante da ação persuasiva do INCRA e da COBRAPE e da fragilidade do grupo, a antiga associação foi reativada pelos posseiros, iniciativa aprovada por setenta famílias. A partir desse momento, a associação, sob controle e direção dos posseiros da área desapropriada — o primeiro grupo — passou a ser a representante legal dos posseiros e recebeu o reconhecimento da COBRAPE e do INCRA que homologaram o acordo. Um posseiro declara:

Dividiu, porque aqueles que ficaram dentro da área desapropriada, acharam que o problema deles tava resolvido. Achavam que o problema mesmo era com a COBRAPE. Tinham resolvido o problema com a COBRAPE, tudo bem. Logo alguns ainda militavam com a gente mas a maioria se dividiu foi viver sua vida pra lá e a gente ficou só, nosso grupo de 30 e poucos, ficamos fracos e sem esse apoio dos outros, claro e mas tinha o apoio da CPT, que não sempre nos deixou, e lá toda vida nos acompanhou e mais apoio de nada, nem governo nem prefeito, nem nada. (Entrevista 3)

Em campo oposto, a COBRAPE intensificava sua pressão jogando um grupo contra outro e, de forma assustadora aumentava as ameaças ao segundo grupo que resistiu, e não desocupou a área. A Empresa continuou a fazer ameaças de morte, fechou a estrada, montou guarita com forte esquema de “segurança”, começou operação de revista a todos os carros, ônibus e pessoas que passavam pela região. Além disso, abriu canais, jogando água e veneno, alagando e destruindo as lavouras e pastos dos posseiros, que insistiam em permanecer na área. Segundo um dos posseiros:

Já depois dessa divisão da área que foi desapropriada, ficamos mais pouco. A COBRAPE teve um certo período aí que ela tentou pressionar mais forte através de pistoleiro, ameaçando com pistoleiro dentro da área, foi mais ou menos nos anos 90. Chegou a contratar até 12 pistoleiros, pra em tudo conté ponto que a gente ia tinha um pistoleiro lá enchendo o saco, com arma na mão, tentando humilhar a gente, tentando se aproximar, conversar, aquela coisa e infiltrando inclusive no serviço da gente lá. (Entrevista 2)

Por causa da pressão e do clima de terror estabelecido na área a partir desse momento, do grupo das 33 famílias, 11 posseiros venderam suas benfeitorias por preços irrisórios, e outros foram vendendo ao longo dos anos, restando 9 famílias na área do conflito.

Dez anos após o acordo de “regularização fundiária”, diferente de projeto do assentamento, assegurado pelo decreto de desapropriação nº 96.098, de

27 de maio de 1988, de interesse social para fins de Reforma Agrária, restam nove famílias encurraladas. A expansão do empreendimento de criação de gado de leite e corte da companhia tem sitiado esses posseiros, tirando-lhes a possibilidade de reprodução da propriedade familiar como espaço de subsistência camponesa. Um dos antigos posseiros declara:

Depois que eu me casei, eu passei a trabalhar de roça alguma coisa, um pouco de gado. Graças a Deus conquistei uma certa independência e venho lutando assim. Só que de certos anos pra cá, as coisa vem assim mudando demais, não sei se é o sistema, sei lá sei que muitas coisas tá mudando é tá agravando muito a situação da gente, tá ficando difícil, hoje o nosso sistema tradicional de trabalho de roça de toco não tá mais compensando, a gente trabalha não vê lucro, você vê já faz uns três anos que eu deixei de plantar o arroz porque quando eu vou colher um saco de arroz eu já gastei o valor de três, então não vale a pena, é melhor a gente ganhar um dinheiro de outro jeito e comprar esse alimento do que tentar produzir. (Entrevista 1)

A indecisão dos posseiros reside no fato de não possuírem o título de posse — a escritura — que lhes impede a venda do lote, mesmo quando não querem mais ficar na região. Para os que gostariam de permanecer, a falta da escritura não permite acesso bancário para financiamento da produção, além de proibir a comercialização de seu rebanho nos leilões da região, submetendo-os aos interesses de atravessadores pela simples falta do Cadastro Geral de Contribuinte (CGC). A Receita Federal só o emite quando o requerente possui escritura ou carta de anuência o que tem excluído estes produtores do mercado.

Hoje o INCRA tá cobrando para nós o preço de mercado, para adquirir o título. Tá cobrando 500 reais por alqueire e só a quem tem mais de 20 alqueire de terra, pra poder entregar o título. E ai nós não estamos querendo pagar, porque achamos que é muito, o preço é muito alto, o INCRA tá cobrando quase sessenta mil, 600 reais por alqueire. Vamos ter que desembolsar 60 mil reais pra poder adquirir a escritura dessa terra. E ai o Banco não dá, não empresta dinheiro nenhum pra nós se não legalizar. (Entrevista 4)

Um posseiro disse textualmente que *“não se sente à vontade, com seus filhos sem poder seguir nos estudos, sem assistência e tendo de saírem da posse para a cidade em busca de estudo e trabalho”* (Entrevista 1). Muitas afirmações foram feitas sobre as más condições de comercialização dos produtos agrícolas, sobre o favorecimento dos grandes proprietários, sobre juros altos, sobre inviabilidade da agricultura familiar, sobre os posseiros que vendem suas posses a

COBRAPE, sobre migrações de pequenos agricultores, sobre seu fim. Em todas essas falas, não mais a primazia da terra, mas a defesa do direito ao trabalho, do respeito ao valor do trabalho e ao trabalho como centro na definição da vida do posseiro, mas trabalho vinculado ao seu meio de trabalho, a terra. Foram claras as queixas contra o trabalho incerto. E trabalho como meio de assegurar à família e aos filhos, saúde, escola, casa, trabalho, paz, justiça, etc.

As preocupações expressadas pelos entrevistados apontam uma clara definição do direito à terra como direito ao meio de trabalho e aquilo que o trabalho pode assegurar. O trabalho é pensado como produtor de mercadoria para um mercado que se reconhece como fator de desvalorização do trabalho e, portanto, carente de uma intervenção do Estado por meio de uma política de preços justos, educação, assistência técnica e acesso a créditos bancários. Portanto, os posseiros falaram do trabalho como mediação da sobrevivência, um trabalho que se explica e se revela por meio de seus resultados na continuidade das gerações. A questão da terra e do trabalho foi posta em termos de reformas sociais e não em termos de reformas meramente econômicas, de uma redistribuição e titularização da propriedade.

Para Martins, o problema agrário tende agora a aparecer com maior clareza e maior pureza. *“Não aparece como pretexto (e meio) para outras transformações sociais que poderiam ser do interesse de outras classes e grupos sociais: a reforma agrária aparece como necessidade dos próprios trabalhadores”*. E acrescenta:

Os Trabalhadores querem mais. Querem mais do que a reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma que reconheça a ampliação histórica das suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros e integrantes da sociedade inteira. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. (Martins, 1994: 154)

Ainda segundo Martins (1994), muito do problema vem do fato de que os trabalhadores rurais não conseguiram aliados políticos, a não ser escassos aliados nominais. *“A pedagogia que as entidades de mediação utilizaram não convenceu o outro, porque não reconheceu os problemas do outro.”* Os posseiros são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação

com outros agentes. A política reinventada pelos posseiros e a socialização e reelaboração de saberes teve de enfrentar a velha política predominante no sistema estatal.

Com a divisão do estado de Goiás, a partir de 1988, resultando na criação do estado do Tocantins e de novos municípios, a área em estudo foi repartida em dois municípios: Formoso do Araguaia e Ilha do Formoso, o que tem dificultado a intervenção do poder administrativo na região. A falta de recursos para desenvolver a produção pelos motivos de ordem jurídica, acima elencados, além da escassez de estradas, transportes, assistência médico-hospitalar, escola, lazer e etc. revelam o quadro de completo abandono e descaso a que os posseiros estão submetidos, segundo um dos depoimentos:

Nem governo nem prefeito, nem nada, inclusive hoje nós estamos numa região isolados de todos esses apoios de entidades públicas. Porque nós estamos dentro do município de Lagoa da Confusão, porque não tem acesso nenhum de transporte, e todo nosso acesso, toda nossa relação é com Formoso. Dentro dessa ilha, sem apoio de nenhum dos lados. Lá não tem uma escola, não tem nada. é aquela coisa e quem tá dançando somos nós. (Entrevista 7)

Para a COBRAPE, a situação foi satisfatória, pois teve seu patrimônio territorial significativamente ampliado, graças a “desistências” dos posseiros que, de forma desordenada repassaram seus lotes a preços irrisórios, além do que o parque industrial se modernizou com a incorporação de tecnologias sofisticadas.

Ai aconteceu o seguinte: a COBRAPE resolveu usar dinheiro, para convencer de comprar nossos direitos. O dinheiro chegou a dominar, quase que vence todo mundo. Desses 33 hoje nós estamos em 09 famílias, os outros todos já venderam. (Entrevista 3)

Com a criação do novo estado, a COBRAPE multiplicou por três sua produção de arroz irrigado e diversificou a produção para carne, leite e armazenagem, além de obter novos incentivos fiscais e mercados consumidores. O estado do Tocantins nasceu com o *slogam* — *O Estado da Livre Iniciativa* — e dobrou os incentivos, com a justificativa de ser o maior empreendimento econômico da iniciativa privada do Tocantins.

3.6 Novas experiências como práticas educativas

A histórica luta pela terra construiu novas experiências como práticas educativas para os envolvidos no espaço de socialização política. O dimensionamento da práxis, com base na elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, contribuiu efetivamente para conscientização do trabalhador rural, como sujeito coletivo e, conseqüentemente, para a criação de uma identidade social política, o que possibilitou o avanço da luta.

Para Fernandes, a importância da práxis está no que ela representa no processo de formação do movimento, e acrescenta:

O seu significado mais concreto é a participação. Esse é o sentido da sua totalidade: a participação efetiva do sujeito na reflexão e na ação contidas no processo e na realidade que determinam seu próprio destino. A reflexão como práxis cognitiva é o núcleo gerador de idéias e identidade do movimento. (Fernandes, 1996: 132)

A práxis cognitiva é precisamente:

A criação, a articulação e a formulação de novos pensamento e idéias — novo conhecimento — que o movimento social define para si mesmo e para a sociedade. Esse processo de aprendizagem criativa da práxis cognitiva ocorre em vários níveis: o debate acalorado, as reuniões, a criação de palavras de ordem e a organização de atividades específicas são a essência de todo movimento social e exemplo de práxis cognitiva. (Eyerman & Jamison, 1991, *apud* Fernandes, 1996:132)

Assim, os trabalhadores elaboraram as mais diferentes formas de resistência que resultaram das experiências concretas, nascidas no dia-a-dia da luta, do seu fazer. Com esse propósito, destacamos dois aspectos que permitem visualizar as formas de aprendizagem dos posseiros.

O primeiro diz respeito à capacidade de ruptura, apresentado pelo movimento dos posseiros em relação à tradição camponesa, na perspectiva de avançar para a construção da cidadania. O segundo refere-se à capacidade de pressão do movimento sobre o Estado, conseguindo a modificação das decisões tomadas, o que remete à discussão das possibilidades e aos limites do movimento para a construção de uma sociedade democrática.

O caráter localizado, fragmentário, e a dinâmica contraditória dos movimentos dos posseiros podem ser vistos como fatores que tornam irrelevante a potencialidade do movimento em relação à cultura autoritária brasileira. No entanto, uma postura puramente negativa pode excluir outros aspectos “positivos”, e assim escamotear a verdade. Para tanto, é importante analisar alguns elementos do movimento que representaram novas formas de aprendizagem.

A luta dos posseiros procurou estruturar-se fora dos espaços sociais que tradicionalmente apresentam concepções oportunistas de controle e direção. A autonomia do movimento permitiu-lhe questionar os mecanismos de controle externo. A própria ação da CPT Araguaia-Tocantins (como Igreja) caracterizou-se por uma ressocialização de seu papel em uma perspectiva popular e de rompimento das concepções de dicotomização entre hierarquia e povo. Pode-se afirmar que o movimento dos posseiros representou uma reformulação no espaço eclesial, tradicionalmente elitista, na região. Pela importância da participação da CPT, a ruptura sugeria motivações para as ações entre os próprios posseiros, em uma perspectiva de igualdade e democratização. Um exemplo dessa ressocialização e seu significado para os posseiros está expresso na seguinte colocação:

Os padres, irmãs e advogados se tornou muito amigo da gente, assim, dormiam, comiam e lutava com agente. A gente tinha impressão, assim que eles era mais que a gente, que eles não podiam estar no meio que a gente tava. Então, a gente começou a conhecer que, eles se sentiam iguais a nós, isso aí deu muita força prá gente. (Entrevista 3)

A organização interna dos posseiros foi permeada por práticas mais ou menos constantes, com características de democracia de base. As reuniões de vizinhança, as assembléias e as relações comunitárias foram práticas que incorporaram uma nova postura política, mais democrática. Portanto, em nível interno, o movimento chegou a construir elementos democráticos, em contraposição às estruturas centralizadas e verticais.

Estes elementos visualizadores de uma nova cultura política não se restringiram ao âmbito interno do movimento. Houve a extrapolação dessas características para outras ações políticas, em outras esferas. Os posseiros passaram a atuar em outras esferas (sindicato e partido), nelas procurando introduzir elementos que questionavam e modificavam as idéias e práticas políticas tradicionais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso do Araguaia, fundado em 1992, foi assumido pelos posseiros, sobretudo pelos excluídos do acordo de negociação que desapropriou parte da área de terra em conflito. Estes lideraram a campanha de mobilização e criação do sindicato, assumindo novas propostas de atuação.

A primeira direção do sindicato compunha-se de 60% de posseiros da Fazenda Pantanal de Cima, evidenciando sua projeção como liderança no município de Formoso do Araguaia, bem como o reconhecimento de sua luta em prol dos demais trabalhadores da região. A direção introduziu práticas sindicais com novas características como a organização da base e o apoio à luta dos sem-terra. A principal bandeira de luta implementada pelo sindicato incentivou a participação de todos nas decisões, destacando-se a atuação da mulher na luta por seus direitos, o que revela uma socialização dos elementos característicos de uma nova cultura política, construídos na luta/ação dos posseiros para a concretização do movimento sindical.

Apesar dos limites e das contradições, o movimento construiu elementos positivos que questionaram a cultura política tradicional dos camponeses, não como experiências restritas, mas socializando-os para outras esferas da ação política. Considera-se que a articulação dos posseiros em defesa de suas posses tornou-se fundamental para a construção da cidadania, pois rompeu a separação entre o espaço privado e o público. As "práticas" desenvolvidas anteriormente eram orientadas para a obtenção de favores dos poderes públicos, ao passo que as novas práticas coletivas dirigiam-se para instituição de direitos a serem reivindicados por meio da ação.

O movimento dos posseiros avançou parcialmente apesar de não conseguir fixar alianças mais amplas com outros setores da sociedade, entretanto transformou-se em construtor de novos direitos vinculados à socialização e politização dos indivíduos nas práticas cotidianas, com base em práticas coletivas, percebendo que o direito se conquista na luta. Vale ressaltar que os posseiros avaliaram como fundamental a ação coletiva, como a única capaz de permitir avanços na luta e introduziram, em sua concepção individualista, elementos da cidadania, como assinala Schiochet:

O coletivo percebido, não enquanto construtor de direitos, mas enquanto espaço de participação/ação pela preservação dos direitos garantidos formalmente para os indivíduos, sem questionamento de sua legitimidade. (Schiocet, 1993: 173)

Cabe ressaltar que, os diversos sujeitos coletivos que surgiram no pós-1964 não se apresentaram como organizações anti-Estado, de negação do instituído, mas se dirigiam ao Estado e dele exigiam uma interação para o atendimento das reivindicações específicas de cada setor mobilizado.

A participação dos posseiros, até então excluídos de qualquer forma de identidade ou cidadania, por meio da luta pela terra iniciada nos anos 80, no município de Formoso do Araguaia, contribuiu para alargar a vida democrática local e a solidariedade bem como para construir uma nova identidade: a de cidadãos com direitos. Outro aspecto importante foi a construção de um saber social, fruto de relações com os agentes da CPT e outros agentes da sociedade civil e política. Desenvolveram também novas formas de organização social, fundaram seu sindicato, participando de comissões e conselhos municipais de saúde e educação, tendo como suporte a aprendizagem que o processo de luta engendrou e engendra.

Por meio da luta, os posseiros construíram uma dinâmica mais participativa do que a tradicionalmente existente em Formoso do Araguaia: o simples fato da criação da associação, as caravanas para Goiânia, Gurupi, a ocupação de prédios públicos inauguraram uma prática política desconhecida regionalmente, o que nos permite indagar sobre as alterações na política local. Setores de classe média que apoiaram a luta dos posseiros, por ocasião das eleições, também disputam o poder e constitui um novo grupo político no município.

Nesse sentido, a resistência dos posseiros tornou-se acontecimento histórico ímpar, aparecendo a explicitação do conflito agrário como o centro das manifestações públicas. As mobilizações em torno da conquista da terra vieram afirmar sua influência, pela resistência organizada e pelo aprendizado sobre o caminho de acesso ao aparelho de Estado, estabelecendo canais de negociação para implementar políticas sociais. Criaram-se espaços de socialização da política envolvendo a questão agrária e as formas de resistências importantes para futuras mobilizações, representando aprendizado de como forjar a coesão de um grupo, que se organiza para participação e treinamento de lideranças para a representação dos interesses dos trabalhadores rurais.

A constituição e a delegação de poderes caminharam lado a lado com a dinâmica das relações com o poder público. Trata-se de um aprendizado adquirido durante a luta pela terra, em busca dos caminhos das instituições e dos órgãos competentes, bem como saber a hora e o lugar de encaminhar reivindicações e/ou propostas para resolução dos problemas com auxílio da CPT e outros mediadores.

Também, a participação na vida sindical do Estado e a presença de posseiros em diferentes conselhos, tanto municipal como estadual, notadamente, materializavam a conquista do poder de falar e, conseqüentemente, ser ouvido e legitimado pela sociedade, passando a ser formadores de opinião que, de uma forma ou de outra, têm reconhecimento social.

Os cargos em Conselhos e Comissões, de um lado, representam poder perante as elites locais e, de outro, a possibilidade de cooptação por essas mesmas elites, tendo em vista que a luta pela terra não garante a produção de uma identidade política única, tampouco assegura um posicionamento político crítico de sua condição de pequenos produtores com direito a créditos, saúde, educação etc., permanecendo ligados a políticas contrárias a seu projeto de luta, por lealdade anteriormente construída.

As modificações culturais em trono da formação do pensamento procede como combinação sucessiva, em que o espírito crítico vai tendo suas possibilidades de ser construído (Gramsci, 1989). Com base em Gramsci, cabe ressaltar que o processo de politização do movimento camponês não é rápido e tranqüilo, uma vez que qualquer programa, ou propaganda, ou campanha, ou linguagem ou ideologia de "fora" (ou derivada) podem esvaziar-se se não forem consideradas a experiência de vida ou a consciência social encontrada na meio rural.

A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece ser contraditória: ele admira a posição do intelectual e do funcionário público, em geral, mais finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. Não se compreende nada da vida dos camponeses, bem como dos germes e fermentos de desenvolvimento aí existente, se não levar em consideração, se não estudar concretamente e não aprofundar esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos das intelectuais e dele depende. (Gramsci, 1989: 13)

No embate posseiros/COBRAPE, o *locus* antagônico do ponto de vista geográfico não foi o campo mas a cidade, onde residiam os opositores e também era espaço em que os trabalhadores entraram em contato com os órgãos públicos. A relação campo/cidade ganhou configuração ampla. As manifestações e principais reuniões aconteceram na cidade, pois estrategicamente o debate foi transferido, adquirindo efeitos condicionantes às possibilidades do movimento.⁵⁰

A solidariedade, de modo particular, efetivou-se mediante contatos com organizações populares fora da região, por agentes de pastoral, que auxiliaram a negociação, mobilizando-se de forma a capacitar os posseiros na condução da luta, mesmo que essa assessoria, ligada a Igreja Católica obscurecesse a personalidade própria do movimento.

A análise das relações societárias confirmou a existência de um saber social construído na luta pela interação de diferentes sujeitos sociais, proporcionando um processo de aprendizagem das formas organizativas. A luta pela terra e os procedimentos de regularização fundiária proporcionaram a experiência de novas formas de participação e de sociabilidade entre os mesmos, rearranjando e/ou recuperando redes de relações pessoais anteriores, dando origem a distintas formas de organizações ou constituem novas. Para além da Associação, do Sindicato, da FETAET, dos Partidos Políticos, dos Grupos de Mulheres, dos Círculos Bíblicos, dos Grupos de Jovens, das Agremiações Religiosas, das Escolas Comunitárias etc., em grande parte consequência do “aprendizado” adquirido na luta, o saber foi socializado e esteve a serviço de outros grupos, como por exemplo, nas recentes ocupações de terra no município.

A luta pela terra no Médio Araguaia-Tocantins evidenciou que, além da conquista de um pedaço de terra, ocorreram modificações no modo de ser, pensar e existir do campesinato, isto é, “a peleja pela terra” concretizou uma nova identidade com base na troca, na produção e na transmissão de saberes entre os envolvidos no conflito.

⁵⁰ motivo pelo qual diversos autores mostraram-se preocupados com a relação entre campo e cidade (Gramsci, 1968 e 1989; Martins, 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Madre de tetas grossas, para grandes e ávidas bocas, matriz, terra dividida do maior para o grande, ou mais de gosto ajuntada do grande para o maior, por compra dizemos ou aliança, ou de roubo esperto, ou de crime estreme, herança dos avós e meu bom pai, em glória estejam. Levou séculos para chegar a isto, quem duvidará de que assim vai ficar até a consumação dos séculos?

E esta outra gente quem é, solta e miúda, que veio com a terra, embora não registrada na escritura, almas mortas, ou ainda vivas? A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita: aí está a terra e quem a há de trabalhar, cresci e multiplicai-vos. Cresci e multiplicai-me, diz o latifúndio. Mas tudo isto pode ser contado doutra maneira.

Pois do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm os campos ou voam por cima deles, levantam-se os homens e as suas esperanças. Também do chão pode levantar-se um livro, como uma espiga de trigo ou uma flor brava. Ou uma ave. Ou uma bandeira.

José Saramago

O objetivo deste trabalho foi investigar o significado político-pedagógico da luta pela terra entre posseiros e empresários na década de 80, no município de Formoso do Araguaia no estado do Tocantins, então Norte goiano, entendendo os conflitos agrários como componentes de um campo de forças no qual se modificam os atores, as organizações e as concepções de mundo dos envolvidos e, por isso, um espaço educativo.

A pesquisa procurou destacar o conhecimento gerado por meio da vivência de certas situações-problemas, uma vez que as ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, carregados de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm, evidenciando seu caráter coletivo por ser um processo de ação grupal vivida como práxis concreta de um determinado grupo, ainda que o resultado do que se apreende seja assimilado individualmente. Cabe ressaltar que o processo ocorre com base nas relações sociais, mediadas por agentes assessores que desempenham o papel de sistematização dos fatos e dos fenômenos sociais cotidianos com vista a soluções novas, para os problemas que o dia-a-dia coloca nas ações dos homens e das mulheres.

Nestes termos, a análise buscou captar e entender o significado político-pedagógico dessas lutas, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Procurou-se verificar como a práxis educa, que formas de pedagogia e de saber social são reforçados ou criados na luta social no campo.

Buscou-se explicar também o lugar ocupado pela religião e pela Igreja Católica na formação de identidades políticas, quando esta, orientada pela “opção preferencial pelos pobres”, abriu espaço para a dimensão cultural da qual a religião é parte e, deste modo, as crenças e símbolos religiosos passaram a motivar e respaldar as lutas sociais no campo. Por esse caminho, procurou-se entender o fato, aparentemente paradoxal, de que os camponeses se apropriem de um discurso religioso, para darem sentido às ações de classe, contando com o apoio de parte da hierarquia eclesiástica.

A pesquisa privilegiou as condições em que os trabalhadores rurais, como categoria profissional, se transformaram em sujeito coletivo e as mediações que organizaram a vontade dos posseiros, fazendo valer seus interesses e possibilitando que os mesmos se constituíssem em atores da sua história, no sentido de que emergiram como determinada força social, com uma vontade coletiva organizada, capaz de canalizar politicamente os conflitos nas suas relações com outros grupos sociais e o Estado.

Para que os posseiros no Médio Araguaia-Tocantins aparecessem no cenário social e político, foi necessário que eles demonstrassem vontade e capacidade para organizar politicamente as tensões sociais e pôr-se em movimento. Assim sendo, o movimento analisado não foi um atributo estrutural das determinações das classes sociais mas uma síntese da vontade e da sua capacidade de fazer valer seus interesses articulados às determinações econômicas, às condições culturais dadas, em especial, a religião que desenvolveu a união e a nucleação dos posseiros por intermédio da Comissão Pastoral da Terra.

O regime militar, pós-1964, acelerou o desenvolvimento do capitalismo no campo, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária que, de um lado, privilegiava as grandes empresas, mediante incentivos financeiros e, de outro, expulsava e reprimia os trabalhadores que lutavam pela terra. A finalidade dessa política, dentre outras, era “evitar que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado” (Martins, 1986: 61).

A política agrária dos militares concretizou a chamada “modernização conservadora da agricultura” no Médio Araguaia-Tocantins. Neste sentido, modernizou-se o aparato tecnológico, efetivou-se a expansão do capital no campo, e a estrutura fundiária permaneceu concentrada. Diante da realidade, os trabalhadores rurais criaram diversas formas de resistência, por meio de lutas sociais em confronto com o Estado, com os antigos proprietários de terra e com os novos empresários.

O intenso processo de modernização por que passou a agricultura brasileira desde a década de 70, acabou por consolidar uma diversidade de atores sociais no campo. As mudanças introduzidas pela aliança entre Estado e as várias formas de capital, ao longo do regime militar, abrangeram apenas parte dos processos de modernização e desenvolvimento (tecnologia), sem conseguir lograr um padrão de uniformidade na estrutura produtiva, no tocante à modernização da propriedade fundiária, das relações de trabalho e do acesso dos pequenos proprietários a créditos, tecnologia e assistência agrônoma.

As áreas de agricultura moderna de grande porte, altamente capitalizadas e tecnificadas, consolidaram-se não só nos conhecidos canaviais e laranjais de São Paulo, como em áreas de cerrados do Centro-Oeste, que despontaram com uma moderna produção de grãos, além dos vários pólos de fruticultura no vale do São Francisco Nordestino, convivendo, lado a lado, com extensas áreas em que os pequenos produtores enfrentam sérias dificuldades para viabilizarem suas atividades sócio-econômicas.

Vários outros exemplos poderiam ser retirados do quadro de modernização da agricultura brasileira com o objetivo de evidenciar os contrastes originários do caráter parcial e inacabado das transformações no campo. Para esse trabalho, importa reter que cada uma dessas situações, comporta diferentes formas de manifestações do conflito agrário, diferentes maneiras de se explicitarem os enfrentamentos entre assalariados rurais, posseiros, meeiros, agricultores, sem-terras de um lado, e, de outro o Estado, o patronato tradicional, as novas formas de produção da agricultura moderna, cada qual impactando, à sua maneira, as lutas sociais no campo.

O Norte do estado de Goiás, hoje Tocantins, vivenciou essas transformações e, dessa forma, em meados da década de 70, constituiu-se em espaço de intensos conflitos entre posseiros e novas empresas que se instalaram no campo, motivadas pelos fartos empréstimos e incentivos fiscais oferecidos pelo

governo federal, pelo baixo preço da terras e pela indefinição jurídica das propriedades no Norte goiano.

O presente trabalho trata da pesquisa desenvolvida junto aos posseiros do Loteamento Pantanal de Cima localizado no município de Formoso do Araguaia no Tocantins que desde os anos 40 do século XX, era ocupado por lavradores que migraram do Sul maranhense, em busca das “*terras devolutas do Goiás*” para uns e da “*terra prometida*” para outros, ocupando uma área de quinhentos mil hectares. A Companhia Brasileira de Agropecuária (COBRAPE) instalou-se na área ocupada pelos posseiros, em 1982, iniciando o processo de disputa pelos lotes e de forma sistemática e violenta, começou a tentativa de expulsar 103 famílias de posseiros da área. A referida empresa constituiu-se mediante financiamento do *International Finance Corporation* (IFC) instituição ligada ao Banco Mundial, de recursos da SUDAM e de incentivos fiscais para produção e industrialização de arroz e carne.

Os depoimentos dos personagens do movimento referem-se às suas trajetórias de vida, ao processo vivenciado na luta pela resistência na terra, às suas experiências de educação, trabalho e organização, aos motivos de seu engajamento na luta e seus sonhos. Os depoimentos evidenciaram que o processo de luta pela terra deixou grandes marcas nas vidas dos posseiros, e permanecem em suas memórias coletivas, relacionadas com o seu modo de pensar, as suas noções e concepções de mundo, capacidade de análise e grau de formação e informação.

Sob vários aspectos, o conflito instaurado nos anos 80 entre posseiros e COBRAPE revela como aconteceram a formação e a expansão da empresa rural no município de Formoso do Araguaia. A luta não envolveu somente a disputa pela posse — de fato, ou o domínio — jurídico, da terra, mas também a expulsão do produtor autônomo, ou a sua proletarização; compreende sobretudo a expropriação de grande parte dos camponeses do seu mais importante meio de produção, depois da sua força de trabalho — a terra. Ao mesmo tempo, o conflito envolveu a atuação do Estado, mais freqüentemente a favor da formação e expansão da empresa agropecuária no Médio Araguaia-Tocantins.

O processo de resistência à expulsão da terra desenvolvido pelos posseiros e a forma de organização da luta estiveram marcados por duas fases distintas. A primeira, por ações de cooptação da empresa, visando a expropriação dos posseiros e a sua transformação em mão-de-obra assalariada. Nessa fase, os posseiros fundaram a Associação de Moradores da Ilha do Formoso em 1983, que

viabilizou a experiência de ressocialização política, à medida que ajudou a construir um novo conhecimento sobre a sociedade, sobre os outros e sobre eles mesmos, com base em ações e atitudes tomadas em conjunto no tocante aos encaminhamentos do conflito.

A segunda fase caracterizou-se pela violência praticada pelos pistoleiros, funcionários da empresa, policiais e posseiros, bem como pelo momento em que, de forma organizada, os posseiros reagiram e se constituíram como grupo ou movimento social, redefinindo seus espaços sociais e consolidando sua identidade camponesa. Os posseiros passaram a trilhar o caminho da constituição de sua identidade como camponeses e este caminho impôs a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso do Araguaia/TO, em 1992.

A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Médio Araguaia-Tocantins, junto aos posseiros, foi inicialmente facilitada pela incorporação de uma linguagem que buscou articular a religiosidade ao cotidiano da vida política, por meio da politização de rituais que simbolizava a vida camponesa: "missa da terra", "romaria da terra", "caminhada" e "canções da terra". Essas práticas possibilitavam reforçar os laços solidários fundados nas crenças e na ação camponesa. A religião acabou por fornecer matéria-prima para diferentes formas de resistência, utilizando politicamente, e de forma eficaz, a religiosidade preexistente.

A CPT, nesse momento, constituiu-se em intelectual orgânico junto aos posseiros do Médio Araguaia-Tocantins, e teve papel importante na transformação dos conflitos que emergiram em fatos políticos, obrigando diversos setores da sociedade a se posicionarem com relação a luta dos trabalhadores rurais.

Esta mediação potencializou as possibilidades de atuação política dos posseiros, e tempo depois, os posseiros fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, organizaram ocupações no município, como também, militaram em partidos políticos, o que implica dizer que a luta não se esgotou no município, mas se estendeu ao âmbito regional, estadual, nacional, permitindo que uma questão local fosse tratada de forma bem ampla, evidenciando que a luta envolvia interesse mais globais, ao mesmo tempo que constituía novas possibilidades de disputa pelo poder, ameaçando a antiga elite política da região.

O movimento dos posseiros articulou-se com entidades internacionais, defensoras dos direitos humanos, especialmente com a sociedade norte-americana, surtindo efeitos imediatos, como a suspensão dos empréstimos do IFC e a

instauração de comissão para apurar as denúncias de violação dos direitos humanos e do meio ambiente e, conseqüentemente, a desapropriação parcial da área em conflito.

No processo de luta, é possível identificar diferentes momentos da trajetória dos posseiros. O primeiro deles refere-se ao histórico da região em que se localizaram os conflitos, as diversas dimensões e os agentes envolvidos. O processo gerou lideranças, construiu alianças e oposições, produziu solidariedades e identidades, como também provocou alterações nas relações sociais da região. A luta pela terra emergiu como uma questão “nova” e a partir da resistência dos posseiros impôs-se como questão política pelo envolvimento das forças políticas locais, de diferentes esferas do Estado e da Igreja Católica que reconheceram a como uma situação de tensão.

Em um segundo momento, considerou-se a ação do Estado, que interveio no conflito, com a regularização fundiária, provocando uma reordenação de relações em âmbito municipal. Com a aparente resolução do conflito posseiros/COBRAPE, o Estado reconheceu os direitos dos trabalhadores rurais, muitos das quais, até então, eram ignorados na região, transformando-se em direito, a partir da batalha jurídica. Dai deriva uma das primeiras dimensões do que se poderia chamar “impacto” da luta: trazer para a região a experiência com o mundo do direito, à medida que a desapropriação significou o reconhecimento do direito a um determinado pedaço de terra, mesmo que, para alguns, seja diferente do reconhecimento do direito à terra em geral.

A trajetória dos posseiros, sua relação com a CPT, suas alianças, as possibilidades de coesão e de constituição de espaços de poder, bem como as relações que estabeleceram entre si, com o Estado e com as forças políticas locais foram determinantes para a desapropriação parcial dos lotes. Desse modo, a desapropriação representou a ruptura de uma situação anterior, e apareceu, ela mesma, como resultado de relações de poder.

A participação dos posseiros até então excluídos de qualquer forma de identidade ou cidadania, por meio do espaço de luta iniciado nos anos 80, no município de Formoso do Araguaia, contribuiu para alargar a vida democrática local, e a solidariedade, além de construir uma nova identidade: a de cidadãos com direitos. Outro aspecto importante é que os posseiros construíram um saber social, com base nas relações com a CPT e outros agentes da sociedade civil e política;

também desenvolveram novas formas de organização social, fundaram seu sindicato graças à aprendizagem que todo o processo de luta engendrou.

Implica afirmar que as lutas sociais, no campo, não se restringiram à simples obtenção da sobrevivência; pelo contrário, a experiência do envolvimento nos confrontos gerou um saber social que pôde ser transmitido e estendido a outras esferas da vida social e que serviu de base para o enfrentamento da situação de precariedade e instabilidade dos posseiros. Hoje, esse saber fundamenta e complementa a articulação entre sua inserção no mercado e a continuidade da pequena produção, efetuada com base na divisão do trabalho interno da família.

A análise das relações societárias explicitou a existência de um saber social, construído na luta pela interação de diferentes sujeitos sociais, proporcionando um processo de aprendizagem das formas organizativas. A disputa pela terra e os procedimentos de regularização fundiária proporcionaram experiências de novas formas de participação e de sociabilidade entre os posseiros. A criação da Associação, do Sindicato, a filiação à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET), Partidos Políticos, Grupos de Mulheres, Círculos Bíblicos, Grupos de Jovens, Agremiações Religiosas, ocupações de terra, etc., em grande parte foram manifestação do saber adquirido na luta, saber socializado e reelaborado no curso das lutas.

Os dados examinados autorizam a concluir que a concepção de mundo nas formas espontâneas também orientaram a ação política dos posseiros num sentido transformador. A religião popular crítica está na base da concepção de mundo desses camponeses, fornecendo a linguagem principal para a sua expressão crítico-social. Para os posseiros, a fé ajudou-os a suportar as dificuldades e a manter a esperança de alcançar a "terra prometida".

A luta pela terra no Médio Araguaia-Tocantins evidenciou que, além da conquista de um pedaço de terra, ocorreram modificações no modo de ser, pensar e existir do campesinato, isto é, a luta pela terra concretizou uma nova identidade com base na troca, na produção e na transmissão de saberes entre os envolvidos nos conflitos, forjando o reconhecimento de princípios e regras fundamentais do exercício de cidadania, criando a identidade do camponês cidadão.

O movimento social significou espaço educativo, situações de aprendizagem *"que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos pedagógicos. Se constrói de várias*

formas, em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade" (Gohn, 1994:17). A produção e a transmissão de saberes são inerentes à sociedade humana. O homem vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação. O desenvolvimento de formas e conteúdos, cuja validade é estabelecida pela experiência, configura o processo de aprendizagem, tanto nas práticas políticas, como cotidianas de sobrevivência, que produz não só a vida material mas também as idéias e as representações, que conformam as suas condições de existência.

Pessoa (1998) destaca como característica fundamental do saber social, o ato de entendê-lo, não como algo que justifique, em si mesmo, a produção e transmissão do saber, acrescentando:

Ele acontece quando os sujeitos e grupos buscam compreender melhor a realidade em que vivem, tentando aumentar a capacidade de defesa dos seus próprios interesses econômicos, políticos e culturais. Portanto, ele é necessariamente um "saber social" que além do mais, é um saber produzido e reproduzido nos conflitos vivenciados pela classe trabalhadora. (Pessoa, 1998:84)

Trata-se de um saber não-escolar que não ocorre espontaneamente, exigindo a participação de vários agentes sociais. Dessa forma *"a consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre a engrenagem da sociedade"* e, conforme destaca Gohn:

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os vários cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. (Gohn, 1994: 19)

Constata-se na experiência estudada, que o conhecimento se processa na própria experiência de vida, sem lugares específicos para transmissão do saber, isto é, vive-se o ensinar e o aprender, não necessariamente vinculados à escola, embora não prescindindo dela. Cabe destacar que a escola ganha importância valendo-se da conscientização dos trabalhadores rurais sobre a necessidade da educação formal para a própria luta, ou seja, emerge o desejo de uma escola

vinculada às necessidades e aos desafios da luta pela transformações sociais mais amplas do país.

O presente estudo reafirma as análises que procuram entender o caráter educativo das mobilizações, das organizações e dos movimentos das camadas populares e médias da sociedade brasileira, na década de 80. A educação apresentou-se como forma de aprendizagem aos participantes dos movimentos, como efeito pedagógico multiplicador que espalhou ações coletivas por todo o país, colocando demandas específicas dentro e fora da instituição escolar, o que implica dizer que os movimentos sociais possuem caráter educativo, percebido pelos envolvidos e pela sociedade como um todo. Os resultados das situações de aprendizagem traduzem-se em modos e formas de construção da democracia brasileira.

A pesquisa constata o que vários estudos têm observado. A secular luta pela terra no Brasil entre as décadas de 80 e 90 pode ser resumida em quatro grandes fatos: a retomada das lutas com ocupações de terras e a criação do Movimento Sem Terra (MST), no início de 1980; o frustrado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ensaiado pelo governo da Nova República; os limites impostos para o processo de desapropriação de terras, por ocasião da Constituição Federal de 1988; e, por último já em meados da década de 90, um novo crescimento da visibilidade e ressonância social da reforma agrária como estratégia de democratização do acesso à terra e da sociedade brasileira, motivado, sobretudo, pelo vigor do movimento dos trabalhadores sem-terra.

Estes fatos inscreveram os trabalhadores rurais no atual debate sobre a reforma agrária, valendo-se de uma dinâmica ação de posseiros, na região Norte/Nordeste brasileira que se organizou nos anos 70, com o apoio da Igreja Católica e que nos anos seguintes mostrou-se capaz de ampliar sua ação, desenvolver metodologias de organização interna, interferir nas políticas públicas e multiplicar ocupações e assentamentos rurais no país.

A atual luta dos trabalhadores rurais objetiva mudanças sociais que os reconheçam como membros e integrantes da sociedade inteira. Assim sendo, infere-se que os trabalhadores rurais devem continuar o processo de luta como sujeitos coletivos. As conseqüências dessas estão articulados às relações com o Estado e com a sociedade na sua totalidade. Esse processo mais amplo é imprescindível, dado que a simples aquisição de um lote sem as devidas condições de acesso aos

mercados, estradas, escolas, saúde pública, créditos e assistência técnica não resolve o problema dos trabalhadores rurais.

Nesta mesma linha, os camponeses nas últimas décadas enfrentam outros problemas ligados à produção e à circulação de mercadorias, que dizem respeito aos rumos da economia globalizada e ao caráter neoliberal que o Estado brasileiro vem assumindo na nova ordem mundial. Como assinala Martins:

Muito do problema vem do fato de que os trabalhadores rurais não conseguiram aliados *políticos*, a não ser escassos aliados nominais. A pedagogia que as entidades de mediação utilizaram não convenceu o *outro*, porque não reconheceu os problemas do outro. Esqueceram-se, os trabalhadores, de que estão sub-representados no Congresso Nacional, que teria papel fundamental na definição dos limites do direito de propriedade. Sem apoio de outros grupos e classes, a reforma agrária é inviável. Não houve reforma agrária nas sociedades capitalistas sem intervenção de um grupo estranho aos trabalhadores rurais, que a considerasse vital para a sobrevivência do conjunto social. (Martins, 1994:158, grifos do autor.)

Os posseiros ontem e os sem-terra hoje são resultado não somente de suas próprias ações, mas também da interação com outros agentes. Os trabalhadores rurais, ao longo de suas lutas, socializaram, reelaboraram saberes, enfrentando a velha política predominante na ordem social e estatal. Nestas lutas impuseram transformações aos seus adversários, reelaboraram outras formas de tratar e encaminharam a questão do acesso à terra e ao mesmo tempo, também sofreram transformações criando novas identidades. Esse processo exigiu necessidades de mudanças nas estratégias de sobrevivência imediatas e a criação de estratégias políticas mais elaboradas. Os mesmos atos, as mesmas reivindicações, os mesmos sonhos, os mesmos fatos têm agora outro significado, uma vez que a luta mudou as circunstâncias com a publicização dos conflitos que, por sua vez, ampliou o exercício da cidadania.

Cabem, ainda, à guisa de conclusão dessa análise da luta pela terra como espaço educativo e determinante na democratização da sociedade brasileira, algumas considerações. A questão fundamental refere-se à potencialidade dos movimentos sociais no cenário nacional e mundial. No final dos anos 70, as análises sobre os movimentos sociais em curso eram otimistas, pois visualizavam o potencial político dos mesmos, difundindo a crença de que uma nova sociedade mais democrática, mais mobilizada e menos dependente do Estado estava emergindo por todo o país.

Decorridas três décadas, é possível ter-se agora um balanço mais realista desses movimentos. A maioria deles, estruturados a partir de reivindicações de caráter estritamente comunitário, revelam-se particularmente vulneráveis a estratégias de cooptação e, não raro, tornaram-se extensão de máquinas populistas e clientelistas. Pouco representativos e com objetivos políticos muito limitados, raros foram os movimentos capazes de um vôo político próprio. Além disso, muito deles desenvolveram uma postura avessa à participação política e outros, com uma prática basista e corporativista, pouco concorrem para um projeto de construção da democracia brasileira.

Também, são estas controvérsias que estão presentes no movimento sindical. Embora tenha havido mudanças significativas, com o aparecimento de novas lideranças e de um novo sindicalismo, constata-se, ainda, no conjunto do meio sindical, a presença de arranjos típicos da era Vargas, de base corporativa, dotado de pouca autonomia e sem resposta, a curto prazo, diante da onda de desemprego, arrocho salarial e retirada de direitos sociais, decorrentes da pauta neoliberal de reestruturação e globalização dos mercados mundiais. Este cenário impõe muitos desafios para os movimentos, seja no espaço rural ou no meio urbano.

O ideário neoliberal acusa os sindicatos e, de maneira mais geral, o movimento dos trabalhadores como raiz da crise de acumulação do capital na década de 80. Alega que as organizações de trabalhadores corroeram as bases de acumulação do capital com suas pressões reivindicativas sobre o salário e com suas pressões parasitárias, forçando o Estado a aumentar cada vez mais os gastos sociais. Diante do diagnóstico, recomendam a manutenção de um Estado forte, capaz de romper o poder do movimento sindical, e mínimo no que se refere aos gastos sociais e às intervenções econômicas, como condição para retomada do crescimento e da estabilidade econômica.⁵¹

Com as transformações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais neste final de século ou a chamada globalização da economia, fica cada vez mais claro que a nova ordem mundial não traduz apenas uma nova divisão internacional do trabalho. Instituiu-se um novo sistema de poder, que exclui e inclui parcelas significativas da população, segundo as conveniências do lucro, destrói por meio do

⁵¹ Para maior aprofundamento ver Anderson (1995).

mercado sistemas de controle das economias nacionais, retira os direitos sociais dos trabalhadores, desintegrando a sociedade civil.

Neste contexto, as greves, passeatas, mobilizações e outras formas de reivindicações e protestos dos trabalhadores não objetivam prioritariamente parar a produção por aumento de salários ou melhores condições de trabalho. As manifestações são pela garantia do emprego, por trabalho, pela não-demissão, pela inclusão, pelo não-corte de vagas e postos de trabalho. Nitidamente estas ações indicam a dificuldade dos trabalhadores reagirem a configuração da ordem capitalista, construindo concepções de mundo capazes de contraporem-se à hegemonia neoliberal.

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminaram a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, sejam confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (...) este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa. (Anderson, 1995:23)

A ordem econômica vigente, ao dismantelar o sistema produtivo voltado para o mercado interno, destrói as formas de organização, luta e participação política dos trabalhadores. Também, ao retirar os direitos sociais, despolitiza a sociedade civil, deslocando para o subemprego, mendicância e delinqüência milhões de pessoas que, outrora, seriam ativistas de movimento sindicais, sociais e populares, lutando e conquistando direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Em uma conhecida passagem de Lewis Carroll, Alice mantém um estranho diálogo com o gato de Cheschire, aquele que *"desapareceu bem devagarinho, começando com a ponta da cauda e terminando com o sorriso que ainda ficou suspenso no ar algum tempo que o corpo tinha desaparecido"*.

gatinho de Cheschire... poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui? E o gato respondeu com placidez: isso depende bastante do lugar onde você quer chegar.
O lugar não me importa muito. Disse Alice.
Nesse caso não importa por onde você vá. Replicou o gato com uma lógica implacável.

... contanto que eu chegue a algum lugar, acrescentou Alice, confiante de que havia finalmente encontrado uma resposta à altura para aquele interlocutor ferino.

Mas o gato retrucou: É claro que isso acontecerá, desde que você ande durante algum tempo, e com essa resposta encerrou o assunto (Carroll, 1998: 84)

A ansiedade e a perplexidade de Alice representam o sentimento dominante hoje na sociedade brasileira. Todos nós queremos “*um caminho para sair*”, e, é certo, como no fim do diálogo, que chegaremos a algum lugar. Mas que lugar será este? A democracia ou o autoritarismo institucional ditado pelo mercado?

Face às tendências atuais da política brasileira, é provável que o nosso futuro político seja a continuidade do autoritarismo institucional, implementado com a Nova República. Não parece existir no horizonte, a curto prazo, possibilidades de alteração estrutural do regime político e econômico, objetivando a efetivação de uma sociedade realmente democrática com participação da sociedade organizada, com fundos públicos voltados para o desenvolvimento social e um Estado controlado e orientado pela vontade da maioria da população.

Ontem, na campanha das diretas, havia o cansaço do autoritarismo; hoje, há desânimo, desalento e uma propensão ao autoritarismo institucionalizado. Com todo esse processo, vai se chegar a *algum lugar*, mas certamente ele não será novo. Na busca de um novo lugar, mais do que nunca precisamos de uma nova concepção acerca da transformação social e da prática política que vislumbre o caminho e apresente práticas diferenciadas, simultaneamente locais e global.

Crescemos e aprendemos na “ida” e devemos aprender e crescer na “volta”. Nesse movimento, o fragmento faz parte do todo, reconhece-se no todo e no próprio movimento. Na luta cotidiana de construção de cidadania, os trabalhadores rurais vão se descobrindo e garantindo a delimitação de espaços para a atenuação da exclusão social e da miséria que atingem milhões de brasileiros, além de estabelecer as bases para constituição de um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico para o Brasil.

É claro que não bastam uma maior organização ou a constituição de novas identidades políticas para que prevaleçam os interesses dos trabalhadores rurais. É óbvio que as lutas sociais no campo, por si só, não são suficientes para se contraporem ao poder burguês ou aproveitarem das condições materiais que surgem com o desenvolvimento tecnológico como base para a construção de uma nova

sociedade. Mas nem por isso a organização e a luta perdem importância como momento de recriação de novas solidariedades e de novos caminhos. É ilusório pensar que o desenvolvimento da agricultura prescinde dos trabalhadores rurais, ou que a nova ofensiva burguesa encontra-se desencarnada das relações de classe.

A mudança no processo de trabalho e a diversidade de categorias de trabalhadores rurais existentes favorece a ampliação da prática política – o que pode vir a ser o ponto de partida para a formação de um novo coletivo político, de uma nova concepção de mundo, de aliança e de luta. Trata-se de “construir a unidade na diversidade”, criando sujeitos históricos que reajam e que questionem a exploração e a opressão e abram caminhos para construção de uma nova sociedade.

O resgate da luta dos posseiros no Médio Araguaia-Tocantins evidenciou que as experiências de aprendizagens, sonhos, paixões e persistência desses homens e mulheres que se puseram a lutar pela terra não podem ser reduzidas a “peleja” e a conquista de um pedaço de chão. O processo de luta a partir da conquista imediata da terra atualizou valores tais como: lealdade, solidariedade e construção de saberes que tendem fazer aflorar novos objetivos e escolhas, dentre estes a escolha de se resignar diante da atual conjuntura, ou a escolha de se unir aos outros para transformar suas vidas e a de todos, tornando-se intelectuais orgânicos para fazer avançar a democracia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALDIGHIERI, Mário. *Josimo: A terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Universalização e localismo. Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. CESE Debate, Salvador, v.4, n.3, maio 1994.
- . *Atualização agônica*. Rio de Janeiro, 1991 (mimeo).
- . *GETAT: A segurança nacional e o revigoramento do poder regional*. Goiânia, 1980.(mimeo).
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Plablo. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas públicas e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARNS, Paulo Evaristo, *O que é Igreja*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *Conflitos sociais na fronteira Amazônica: o Projeto Rio Formoso*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luís A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRAGATTO, Sandra. Descendente de escravos da fazenda Santa Rita do Bracuhy. In: CARNEIRO, Maria José... *et alii*. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CANESIN, Maria Teresa. *Formas de organização camponesa em Goiás. (1954/1964)*. Goiânia: UFG-Editora, 1982. Coleção Teses Universitárias.

- CANESIN, Maria Teresa. *A questão do método dialético no estudo da vontade coletiva, segundo Gramsci*. Inter-Ação. Revista da Faculdade de Educação. Goiânia, n.1/2, jan./dez. 1993 a
- . *Um protagonista em busca de interlocução: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993 b. (Tese de Doutorado)
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: UFG-Editora, 1986. Coleção Teses Universitárias.
- CARVALHO, Abdias Vilar de, A Igreja Católica e a Questão Agrária. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Pastoral da terra: posse e conflito. Estudos*. São Paulo: Paulinas, 1976, v. 13.
- . *Reforma agrária; terra para quem trabalha na terra. Estudos*. Regional NE III. São Paulo: Paulinas, 1979.
- . *Exigências éticas da ordem democrática. Documentos*. São Paulo: Paulinas, 1989, v. 42.
- . *Educação, igreja e sociedade. Documentos*. São Paulo; Paulinas, 1992, v. 47.
- COSTA, Beatriz. *Se Deus quiser, amanhã chegaremos lá*. Goiânia, 1995, (mimeo).
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: LP&M, 1981.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento estratégico*. Brasília: Editora UnB, 1981.
- Comissão Pastoral da Terra (CPT). *Pastoral e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- . *Conquistar a terra, reconstruir a vida: dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- . *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997.
- DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do enfrentamento no cotidiano das lutas do campo*. Cadernos ANPED. São Paulo, n. 6 out. 1994.
- DELGADO, Guilhermes da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.
- ENGELKE, Inocência. *Conosco, sem nós e contra nós se fará a reforma agrária*, in Pastoral da Terra, *Estudos CNBB*. v.11. São Paulo: Paulinas, 1986.

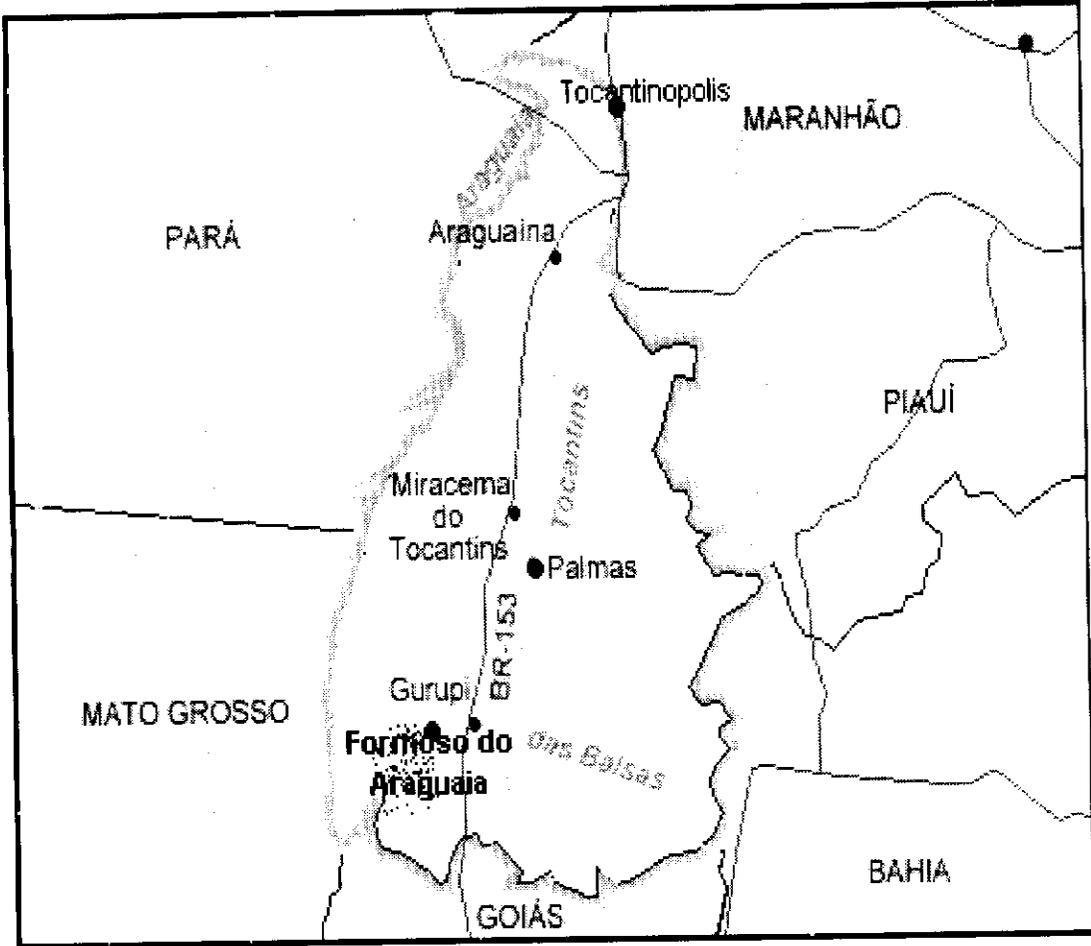
- ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972. (Dissertação de Mestrado).
- . *Conflitos no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ESTERCI, Neide. *Sindicalismo e luta por terra*. In: *Sindicalismo no campo: balanços e controvérsias*. Cadernos do CEDI, Rio de Janeiro, n.21, 1991.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexão de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde *et alii* (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- FERREIRA, B e TEIXEIRA, J. G. *Constituinte e reforma agrária: embates de classe*. *Ciências Sociais, Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1988.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- . *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- . *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- . *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: vozes, 1987.
- . A hora da mudança dos movimentos sociais. In: TORRES, Artemis. (org.). *Moto Grosso em movimento: Ensaio de Educação Popular*. Cuiabá: EduFMT, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- . *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- . *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- . *Dialética e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- IOKAI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KRAMER, Sonia. Leitura e escrita de professores: da prática de pesquisa à prática de formação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.7, Jan./Abr. 1998.
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1988.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência a questão política na campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- . *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.
- . *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- . *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986 a.
- . *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986 b.
- . *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova Republica"*. São Paulo: Hucitec, 1986 c.
- . *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- . *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- . *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- . (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- . *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: *A reforma agrária e a luta do MST*, Org. STEDILE, João Pedro. Petrópolis: Vozes, 1997 a.
- . *Fronteira a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997 b.
- . *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997 c.

- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- . e LEITE, Sérgio. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SANTOS, Raimundo.(org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus,1999.
- NOVAES, Regina Reys. A questão agrária e o papel da igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- . *A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*. In: Leonilde et alii (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora UNESP: 1994.
- . *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco. *A reconquista da Amazônia*. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.38 mar. 1994.
- PACHECO, Maria Emilia. *O joio e o trigo na defesa da reforma agrária*. *Proposta*, Rio de Janeiro, v.17, n.57, jul. 1993.
- PALACÍN, G. Luis. *Coronelismo no extremo Norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola/CEGRAF-UFG, 1990.
- PALMEIRA, Moacir. *Burocracia, política e reforma agrária*. In: MEDEIROS, Leonilde. et alii (org.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- . e LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. In: COSTA, L. e SANTOS, R. (org.) *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad,1998.
- PERANI, Cláudio. *Comissão Pastoral da Terra. novos desafios espirituais*. São Paulo: Loyola, 1992.
- PESSOA, Jadir Moraes. *Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás*. *Revista da ANPED*. São Paulo, n.10, jan./abr. 1999.
- POLETTO, Ivo. *A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da História da CPT*. In: CPT-Nacional (Org.). *A luta pela terra*. . São Paulo: Paulus, 1997.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito cível: direito das coisas*. São Paulo: Saraiva, 1987, v.5.

- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANDRONI, Paulo. *Questão agrária e campesinato*, São Paulo: Pólis, 1980.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos.(org.) *Violência em tempos de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Rede de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHIOCHET, Valmor. *Esta terra é minha terra: movimento dos Desapropriados de Papanduva*. Blumenau: Ed. FURB, 1993.
- SILVA, Sérgio. *Valor e renda da terra*, São Paulo: Pólis, 1981.
- SORJ, Bernardo. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- TAVARES, Ricardo. *Reforma e contra-reforma agrária na transição política. Brasil (1979-1988)*. Rio de Janeiro. *Série Estudo, n.70*, 1989
- TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- VELHO, Otávio Guilhermes. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1979
- a.
- . *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1979 b.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *O trabalho de engrupamento na organização do Divino Pai Eterno*. In: ESTERCI, Neide. (org.). *cooperativização e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- . *Em busca da "Bandeira Verde"*. *Tempo e Presença*, Publicação do CEDI, Rio de Janeiro n. 231, Jun. 1988. .
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. São Paulo: UNICAMP, 1981.
- WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ANEXO 1



Mapa do Estado do Tocantins

ANEXO 2

CARACTERÍSTICAS E CRITÉRIOS DO GRUPO ENTREVISTADO POSSEIROS

| | |
|--|---|
| Primeira família de posseiro da região | 1 |
| Dirigentes sindicais | 2 |
| Animador Comunitário da Igreja Católica | 1 |
| Filiado a Associação | 2 |
| Não participou do Movimento | 1 |
| Família que vendeu sua posse ⁵² | 1 |

CARACTERÍSTICAS E CRITÉRIOS DO GRUPO ENTREVISTADO AGENTES DA CPT

| | |
|--------------|---|
| Advogado (a) | 2 |
| Religiosa | 1 |

⁵² Durante a pesquisa presenciei dois posseiros venderem suas benfeitorias à COBRAPE. A transação foi efetivada pelos advogados da empresa no cartório de Formoso do Araguaia. Enquanto isso, suas famílias arrumavam seus pertences para imediatamente seguirem para o Sul do Pará.

ANEXO 3

Listagem dos primeiros compradores

| Nº do Lote | Nome do Comprador | Área em Hectares | Data da compra |
|------------|-----------------------------------|------------------|----------------|
| 01 | José Belo Filho | 1.700 | 16.10.62 |
| 02 | Hélio Juvenal de Almeida | 1.325 | 19.10.62 |
| 03 | Maria José Juvenal de Almeida | 1.707,50 | 23.10.62 |
| 04 | Coracy Juvenal de Almeida | 1.887,50 | 22.10.62 |
| 05 | Maria Eliza Juvenal Almeida | 2.000 | 19.10.62 |
| 06 | Maria Juvenal de Almeida | 1.825 | 19.10.62 |
| 07 | Maria Célia Juvenal de Almeida | 2.000 | 17.10.62 |
| 08 | Antônio Francisco Juvenal Almeida | 2.000 | 19.10.62 |
| 09 | Wanderlei do Nascimento | 2.000 | 19.10.62 |
| 10 | Angela Valadares Dutra | 1.740 | 19.10.62 |
| 11 | Gilvan Juvenal Dutra | 2.000 | 19.10.62 |
| 12 | Delino M. Pinheiro | 1.720 | 19.10.62 |
| 13 | Wanderlei Dutra | 1.937,50 | 19.10.62 |
| 14 | Jair Belo Sobrinho | 1.600 | 19.10.62 |
| 15 | João Cesar Neto | 1.970 | 19.10.62 |
| 16 | José Monteiro Moraes | 1.750 | 01.04.71 |
| 17 | Vicente Ferreira | 1.915 | 19.10.62 |
| 18 | Cairo Antônio Duarte | 1.725 | 19.10.62 |
| 19 | Carlos Alberto Duarte | 1.737 | 22.10.62 |
| 20 | Cia. INDAIÁ ADMINISTRAÇÃO | 1.932 | 18.08.62 |
| 21 | Pedro Rodrigues | 2.000 | 19.10.62 |
| 22 | José dos Santos | 2.000 | 19.10.62 |
| 23 | Joaquim Rodrigues | 1.610,50 | 19.10.62 |
| 24 | Cia. INDAIÁ ADMINISTRAÇÃO | 1.690 | 18.08.62 |
| 30 | Cia. INDAIÁ ADMINISTRAÇÃO | 1.850 | 20.08.62 |
| 31 | Cia. INDAIÁ ADMINISTRAÇÃO | 1.737 | 18.08.62 |
| 32 | Cia. INDAIÁ ADMINISTRAÇÃO | 1.575 | 20.08.62 |

Quadro elaborado pelo autor, com base nos Processos Judiciais e Arquivos da CPT/Araguaia-Tocantins e escrituras.